



**20
24**

**Banco Santander (Brasil) S.A.
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de
Relatórios
Financeiros - IFRS**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas	1
Balanço Patrimonial Consolidado	8
Demonstração Consolidada do Resultado	10
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	11
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	15
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações	16
2. Políticas contábeis e critérios de apuração	18
3. Base para consolidação	33
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	36
5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	36
6. Instrumentos de dívida	38
7. Instrumentos de patrimônio	39
8. Instrumentos financeiros derivativos	40
9. Empréstimos e adiantamento a Clientes	50
10. Ativos não correntes mantidos para venda	56
11. Participações em coligadas e controle em conjunto	56
12. Ativo imobilizado	60
13. Ativo intangível - Ágio	60
14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis	62
15. Outros ativos	63
16. Depósitos de instituições de crédito	63
17. Depósitos de clientes	64
18. Obrigações por títulos e valores mobiliários	64
19. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	65
20. Outros passivos financeiros	66
21. Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares	66
22. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	70
23. Ativos e passivos fiscais	74
24. Outras obrigações	77
25. Outros Resultados Abrangentes	77
26. Participações de não-controladoras	78
27. Patrimônio líquido	80
28. Lucro por Ação	82
29. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	83
30. Índices operacionais	86
31. Receitas com juros e similares	87
32. Despesas com juros e similares	87
33. Receitas de instrumentos de patrimônio	87
34. Receitas de tarifas e comissões	88
35. Despesas de tarifas e comissões	88
36. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	89
37. Variações cambiais (líquidas)	89
38. Outras Despesas Operacionais (Líquidas)	89
39. Despesas com pessoal	89
40. Outras Despesas Administrativas	93
41. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	93
42. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	93
43. Outras divulgações	94
44. Segmentos operacionais	97
46. Gestão do risco	102
47. Eventos Subsequentes	120
ANEXO I – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO	121
ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	124
Relatório da Administração	125
Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2024	129
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	131
Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes	132
Relatório do Comitê de Auditoria	133



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

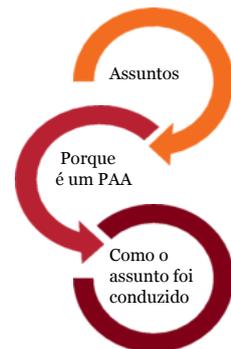
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Estimativa de perdas por redução ao valor recuperável das operações de crédito (Notas 1(c.3.1 (ii)), 2(h), 9 e 46(b))

A estimativa de perda por redução ao valor recuperável das operações de crédito, considerando os requerimentos do IFRS 9 - Financial Instruments, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, conseqüentemente, o valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e de forma individual ou coletiva para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração e fatores econômicos.

Dessa forma, essa mantém-se como uma área de foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas esperadas de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) modelos e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos créditos; (ii) mensuração das garantias na determinação do valor recuperável; (iii) aprovação e registro de operações renegociadas; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; (vi) elaboração das notas explicativas.

Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos, em base amostral, os critérios utilizados para a determinação do valor recuperável com base no risco de crédito.

Para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito. Em base amostral, com o auxílio de nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pelo IFRS 9. A classificação nos estágios considera o nível de risco de crédito do devedor e, quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, renegociações, garantias, projeções de fluxo de caixa, entre outros aspectos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das estimativas de perdas por redução ao valor recuperável das operações de crédito com base no IFRS 9 são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA

Provisões para processos judiciais e administrativos (Notas 1(c.3.1(iv)), 2(q) e 22)

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração, o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nas circunstâncias, essa mantém-se como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de provisões para processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, trabalhista e cível, e as divulgações em notas explicativas, incluindo, entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para processos judiciais e administrativos, trabalhistas e cíveis, que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas aos processos judiciais e administrativos, trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a existência dos processos e as informações. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade do prognóstico dos processos atribuídos pela Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Porque é um PAA

Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 46 (d))

O Banco e suas controladas têm um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à Tecnologia de Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco e suas controladas.

Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável, para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Outros assuntos

Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido

A conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e do lucro líquido atribuído à Controladora referente ao exercício findo nessa mesma data, entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen Gaap) e as normas contábeis IFRS apresentada no Anexo I, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esse Anexo I está conciliado com as demonstrações financeiras consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, bem como efetuamos procedimentos para testar a integridade e acuracidade da informação apresentada como informação suplementar. Em nossa opinião, a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo II como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se esse Anexo II está conciliado com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial Consolidado

Ativo	Nota explicativa	2024	2023
Disponibilidades	4	37.084.254	23.122.550
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		231.001.886	208.921.896
Instrumentos de Dívida	6	107.585.055	84.291.192
Instrumentos de Patrimônio	7	2.968.823	3.422.154
Derivativos	8.a	40.175.818	29.269.652
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	9	4.911.803	3.040.712
Reservas no Banco Central do Brasil		75.360.387	88.898.186
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		92.078.540	59.052.090
Instrumentos de Dívida	6	92.058.907	59.036.137
Instrumentos de Patrimônio	7	19.633	15.953
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		768.324.784	723.710.121
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	5	30.177.627	25.716.845
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	9	561.178.111	514.936.423
Instrumentos de Dívida	6	84.529.222	101.087.321
Reservas no Banco Central do Brasil		92.439.824	81.969.532
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	8.a	30.481	25.069
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	10	1.042.273	914.072
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	11	3.640.176	1.609.780
Ativos Fiscais		59.790.262	52.839.470
Correntes		11.566.385	9.393.766
Diferidos	23.d	48.223.877	43.445.704
Outros Ativos	15	6.955.457	5.996.651
Ativo Imobilizado	12	6.021.900	7.085.564
Ativo Intangível		32.826.797	32.375.513
Ágio	13	27.892.878	27.852.568
Outros Ativos Intangíveis	14	4.933.919	4.522.945
Total do Ativo		1.238.796.810	1.115.652.776

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2024	2023
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		82.722.610	49.581.441
Derivativos	8.a	39.280.448	23.763.857
Posições Vendidas	8.b	39.396.666	19.831.991
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	18	4.045.496	5.985.593
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		1.001.581.240	910.550.506
Depósitos de Instituições de Crédito	16	158.565.482	118.511.957
Depósitos de Clientes	17	605.068.163	583.220.576
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	18	135.632.632	124.397.422
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19	23.137.784	19.626.967
Outros Passivos Financeiros	20	79.177.179	64.793.584
Derivativos Utilizados como Hedge Accounting	8.a	129.826	1.176.571
Provisões		10.976.930	11.473.781
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares	22	1.364.437	2.543.504
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões	22	9.612.493	8.930.277
Passivos Fiscais		10.175.193	8.999.893
Correntes		4.485.753	5.300.461
Diferidos	23.d	5.689.440	3.699.432
Outras Obrigações	24	13.383.879	19.014.230
Total do Passivo		1.118.969.678	1.000.796.422
Patrimônio Líquido	27	126.199.224	118.421.219
Capital Social	27.a	65.000.000	55.000.000
Reservas de Capital		630.011	607.677
Ações em Tesouraria	27.d	(884.707)	(1.106.783)
Reserva de Lucros		61.453.920	63.920.325
Outros Resultados Abrangentes		(6.707.539)	(3.968.215)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		119.491.685	114.453.004
Participações Não-Controladoras	26	335.447	403.350
Total do Patrimônio Líquido		119.827.132	114.856.354
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.238.796.810	1.115.652.776

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado

	Nota Explicativa	2024	2023	2022
Receitas com juros e similares	31	137.183.478	128.282.707	115.225.118
Despesas com juros e similares	32	(80.504.918)	(81.398.673)	(67.721.941)
Receita Líquida com Juros		56.678.560	46.884.034	47.503.177
Receitas de instrumentos de patrimônio	33	83.647	22.179	38.073
Resultado de equivalência patrimonial	11.a	312.986	239.236	199.179
Receitas de tarifas e comissões	34	23.664.987	22.454.778	21.237.723
Despesas de tarifas e comissões	35	(6.459.778)	(6.814.813)	(6.361.843)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	36	(1.358.674)	2.729.519	4.153.336
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(641.147)	3.440.830	4.801.086
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(180.427)	(463.844)	(239.777)
Outros		(537.100)	(247.467)	(407.973)
Variações cambiais (líquidas)	37	1.487.679	1.065.167	545.890
Outras despesas operacionais (líquidas)	38	(652.121)	(715.790)	(841.002)
Total de Receitas		73.757.286	65.864.310	66.474.533
Despesas administrativas		(20.416.504)	(19.562.641)	(18.240.113)
Despesas com pessoal	39.a	(11.597.996)	(10.813.926)	(9.896.995)
Outras despesas administrativas	40.a	(8.818.508)	(8.748.715)	(8.343.118)
Depreciação e amortização		(2.731.018)	(2.740.950)	(2.585.502)
Ativo Imobilizado	12.a	(1.586.278)	(1.841.616)	(1.860.043)
Ativo intangível	14	(1.144.740)	(899.334)	(725.459)
Provisões (líquidas)	22	(4.595.238)	(4.424.412)	(1.215.490)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	9.c	(28.484.030)	(28.008.086)	(24.828.749)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(28.484.030)	(28.008.086)	(24.828.749)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(252.487)	(250.173)	(161.434)
Outros ativos intangíveis	14	(48.897)	(19.473)	(31.251)
Outros ativos		(203.590)	(230.700)	(130.183)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	41	1.806.183	998.408	22.355
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	42	106.036	45.195	109.127
Resultado Operacional Antes da Tributação		19.190.228	11.921.651	19.574.727
Impostos sobre a renda	23	(5.776.465)	(2.422.839)	(5.235.252)
Lucro Líquido Consolidado do Exercício		13.413.763	9.498.812	14.339.475
Lucro atribuível à Controladora		13.365.506	9.449.313	14.287.093
Lucro atribuível às participações não-controladoras	26	48.257	49.499	52.382

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

	2024	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	13.413.763	9.498.812	14.339.475
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(1.978.264)	1.166.391	(1.108.715)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(2.164.544)	537.438	(707.433)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(4.130.998)	878.395	(1.333.521)
Impostos	1.966.454	(340.957)	626.088
Hedges de fluxo de caixa	186.280	628.953	(401.282)
Ajuste ao valor justo	355.207	1.199.318	(771.020)
Impostos	(168.927)	(570.365)	369.738
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	(761.060)	(648.164)	28.701
Planos de Benefícios Definidos	(502.235)	(620.233)	28.701
Planos de Benefícios Definidos	(955.096)	(988.263)	202.674
Impostos	452.861	368.030	(173.973)
Outros	(258.825)	(27.931)	-
Contratos de Previdência - IFRS 17	27.734	(46.552)	-
Ágio em aquisições de controladas	(256.936)	-	-
Outros	(18.529)	-	-
Impostos	(11.094)	18.621	-
Total do Resultado Abrangente	10.674.439	10.017.039	13.259.461
Atribuível à controladora	10.626.182	9.967.540	13.207.079
Atribuível às participações não-controladoras	48.257	49.499	52.382
Total	10.674.439	10.017.039	13.259.461

As notas explicativas são parte integralmente destas demonstrações financeiras consolidadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora												
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Plano de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas - Hedge de fluxo de Caixa e de investimento	Total	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		55.000.000	371.941	54.387.672	(713.039)	-	(47.576)	(2.924.221)	859.370	(1.294.001)	105.640.146	334.349	105.974.495
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	14.287.093	(707.433)	28.701	-	(401.282)	13.207.079	52.382	13.259.461
Lucro líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	14.287.093	-	-	-	-	14.287.093	52.382	14.339.475
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(707.433)	28.701	-	(401.282)	(1.080.014)	-	(1.080.014)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(707.433)	-	-	-	(707.433)	-	(707.433)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	28.701	-	-	28.701	-	28.701
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	(401.282)	(401.282)	-	(401.282)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	-	-	-	-	(8.100.000)	-	-	-	-	(8.100.000)	-	(8.100.000)
Ações em tesouraria	27.d	-	-	-	(506.277)	-	-	-	-	-	(506.277)	-	(506.277)
Remuneração baseada em ações		-	73.837	-	-	-	-	-	-	-	73.837	-	73.837
Outros		-	-	(131.951)	-	-	-	-	-	-	(131.951)	110.611	(21.340)
Destinações:													
Reserva Legal		-	-	714.355	-	(714.355)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para equalização de dividendos		-	-	5.472.738	-	(5.472.738)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	445.778	60.442.814	(1.219.316)	-	(755.009)	(2.895.520)	859.370	(1.695.283)	110.182.834	497.342	110.680.176

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Patrimônio líquido atribuível à Controladora														
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Plano de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Ganhos e perdas - Hedge de fluxo de Caixa e de investimento	Total	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000.000	445.778	60.442.814	(1.219.316)	-	(755.009)	(2.895.520)	859.370	-	(1.695.283)	110.182.834	497.342	110.680.176
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	9.449.313	537.438	(620.233)	-	(27.931)	628.953	9.967.540	49.499	10.017.039
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	9.449.313	-	-	-	-	-	9.449.313	49.499	9.498.812
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	537.438	(620.233)	-	(27.931)	628.953	518.227	-	518.227
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	537.438	-	-	-	-	537.438	-	537.438
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(620.233)	-	-	-	(620.233)	-	(620.233)
Contratos de Previdência - IFRS 17		-	-	-	-	-	-	-	-	(27.931)	-	(27.931)	-	(27.931)
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	628.953	628.953	-	628.953
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.b	-	-	-	-	(6.200.000)	-	-	-	-	-	(6.200.000)	-	(6.200.000)
Remuneração baseada em ações	39.b	-	161.899	-	-	-	-	-	-	-	-	161.899	-	161.899
Ações em tesouraria	27.d	-	-	-	112.533	-	-	-	-	-	-	112.533	-	112.533
Dividendos Prescritos		-	-	56.858	-	-	-	-	-	-	-	56.858	-	56.858
Lucro não Realizado		-	-	171.340	-	-	-	-	-	-	-	171.340	-	171.340
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(143.491)	(143.491)
Destinações:														
Reserva Legal		-	-	472.466	-	(472.466)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para equalização de dividendos		-	-	2.776.847	-	(2.776.847)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	607.677	63.920.325	(1.106.783)	-	(217.571)	(3.515.753)	859.370	(27.931)	(1.066.330)	114.453.004	403.350	114.856.354

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Patrimônio líquido atribuível à Controladora														
	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros Acumulados	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Plano de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Contratos de Previdência - IFRS 17	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ganhos e perdas - Hedge de fluxo de Caixa e de Investimento	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		55.000.000	607.677	63.920.325	(1.106.783)	-	(217.571)	(3.515.753)	859.370	(27.931)	-	(1.066.330)	403.350	114.856.354
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	13.365.506	(2.164.544)	(502.235)	-	16.640	(275.465)	186.280	48.257	10.674.439
Lucro Líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	13.365.506	-	-	-	-	-	-	48.257	13.413.763
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(2.164.544)	(502.235)	-	16.640	(275.465)	186.280	-	(2.739.324)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	(2.164.544)	-	-	-	-	-	-	(2.164.544)
Plano de Benefícios a Funcionários (1)		-	-	-	-	-	-	(502.235)	-	-	-	-	-	(502.235)
Contratos de Previdência - IFRS 17		-	-	-	-	-	-	-	-	16.640	-	-	-	16.640
Ganhos e Perdas-Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	186.280	-	186.280
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial – ágio em aquisições de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(256.936)	-	-	(256.936)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial – Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.529)	-	-	(18.529)
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	27.b	-	-	-	-	(6.000.000)	-	-	-	-	-	-	-	(6.000.000)
Remuneração baseada em ações		-	22.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.334
Ações em Tesouraria	27.d	-	-	-	222.076	-	-	-	-	-	-	-	-	222.076
Dividendos Prescritos		-	-	57.513	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.513
Lucro não Realizado		-	-	19.213	-	49.175	-	-	-	-	-	-	-	68.388
Aumento de Capital		10.000.000	-	(10.000.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	42.188	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.188
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(112.710)
Outros		-	-	42.188	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38.738
Destinações:														
Reserva Legal		-	-	668.275	-	(668.275)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para equalização de dividendos		-	-	6.746.406	-	(6.746.406)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	630.011	61.453.920	(884.707)	-	(2.382.115)	(4.017.988)	859.370	(11.291)	(275.465)	(880.050)	335.447	119.827.132

(1) Inclui os efeitos da obrigação constituída em função da transação firmada entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos em 27 de junho de 2024. Vide detalhes na nota 18, item d.2.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

	Nota Explicativa	2024	2023	2022
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido Consolidado		13.413.763	9.498.812	14.339.475
Ajustes ao Lucro		1.058.360	5.971.012	50.774.841
Depreciação do Ativo Tangível	12.a	1.586.278	1.841.616	1.860.043
Amortização do Ativo Intangível	14	1.144.740	899.334	725.459
Perdas com Outros Ativos (Líquidas)		252.487	250.173	161.434
Provisões (Líquidas)		4.595.238	4.424.412	1.215.490
Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)		28.484.030	28.008.086	24.828.749
Ganhos Líquidos na Alienação do Ativo Tangível, Investimentos e Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		(1.912.219)	(855.565)	(130.673)
Participação no Resultado de Equivalência Patrimonial	11.a	(312.986)	(239.236)	(199.179)
Variação nos Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	23.d	(885.976)	(5.550.813)	64.318
Atualização de Depósitos Judiciais		(689.787)	(728.716)	(677.373)
Atualização de Impostos a Compensar		(376.938)	(557.008)	(813.225)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(30.769.354)	(21.430.674)	23.513.187
Outros		(57.153)	(90.597)	226.611
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais		(187.674.524)	(129.083.634)	(90.965.616)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		(20.980.632)	(88.026.729)	(86.362.989)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(38.961.379)	(3.895.444)	45.756.767
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(124.915.673)	(41.870.299)	(46.336.754)
Outros Ativos		(2.816.840)	4.708.838	(4.022.640)
Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais		157.494.648	156.121.109	38.775.762
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		33.141.169	(86.825)	5.255.915
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		130.916.324	144.383.135	32.558.536
Outros Passivos		(6.562.845)	11.824.799	961.311
Imposto Pago	23.a	(5.423.514)	(5.892.511)	(6.077.436)
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (1)		(21.131.267)	36.614.788	6.847.026
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Investimentos		(3.435.838)	(3.963.094)	(3.804.400)
Aumento em Participações		(114.206)	(5.054)	(460.245)
Ativo Tangível	12.a	(854.993)	(1.445.847)	(1.126.111)
Ativo Intangível		(1.754.988)	(1.906.872)	(1.737.548)
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		(711.651)	(605.321)	(480.496)
Alienação		1.044.835	719.747	926.167
Ativo Tangível	12.a	333.413	117.312	148.555
Ativo Intangível		110.067	185.206	144.698
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda		601.355	417.229	632.914
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		375.236	663.032	172.944
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (2)		(2.015.767)	(2.580.315)	(2.705.289)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Aquisição (Alienação) de Ações Próprias	27.d	222.076	112.533	(506.277)
Emissão (Recompra) de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19	68.477	-	-
Emissão de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo	18	39.541.342	75.404.958	60.583.109
Dividendos Pagos e Juros sobre o Capital Próprio		(5.618.714)	(5.450.390)	(7.393.031)
Pagamentos de Outros Passivos Financeiros Exigíveis a Longo Prazo	18	(33.038.049)	(63.400.960)	(39.154.639)
Pagamentos dos Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19	(132.243)	(713.974)	(861.717)
Aumento (Decréscimo) em Participações Não-controladoras	26.b	(112.710)	(134.214)	20.446
Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações Minoritárias	26.b	-	-	66.957
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (3)		930.179	5.817.953	12.754.848
Aumento (Decréscimo) Líquido nas Disponibilidades (1+2+3)		(22.216.855)	39.852.426	16.896.585
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	89.417.760	49.565.334	32.668.749
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	67.200.905	89.417.760	49.565.334

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2025.

As referidas Demonstrações Financeiras foram objeto de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander e de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes.

b) Base da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas (preparadas de acordo com o IAS 1)

As Demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a International Financial Reporting Standards (IFRS®) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB®) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como "normas contábeis IFRS®") e as interpretações emitidas pela IFRS® Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC®).

Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pelo Banco Santander em sua administração.

c) Outras informações

c.1) Adoção de novas normas e interpretações.

- **Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** as alterações têm o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que se entende por direito de adiar a liquidação; que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações financeiras; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações ao IAS 1 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e não apresentaram impactos relevantes.
- **Alteração ao IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no IAS 7 e IFRS 7 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e não apresentaram impactos relevantes.
- **Alteração ao IFRS 16 – Arrendamentos:** esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e não apresentaram impactos relevantes.

c.2) Novas normas e interpretações em vigor em exercícios futuros

- **Alteração ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Santander não vislumbra impactos materiais.
- **Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Os requisitos de aplicação da IFRS 9 são alterados incluindo contratos para comprar e receber eletricidade, além de permitir a utilização destes contratos em uma contabilidade de hedge. Inclui também requisitos de divulgação sobre estes contratos na IFRS 7. Adicionalmente, esclarecem que um passivo financeiro é desreconhecido na "data de liquidação" e introduzem uma escolha de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados usando um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação. Outros esclarecimentos incluem a classificação de ativos financeiros com características vinculadas a ESG por meio de orientação adicional sobre a avaliação de características contingentes. Divulgações adicionais são introduzidas para instrumentos financeiros com características contingentes e instrumentos de patrimônio classificados a valor justo por

meio de outros resultados abrangentes. As emendas são efetivas para os períodos de relatório iniciados a partir 1º de janeiro de 2026. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

- **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

- **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em, ou após, 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. O Santander está avaliando os impactos desta alteração.

c.3) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com os IFRSs, são a melhor estimativa da administração de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas

c.3.1) Estimativas críticas

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

As **notas 2.e & 46.c.8** apresentam a prática contábil e análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros, respectivamente.

ii. Provisões para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de “Perdas com ativos financeiros (líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado” na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

As **notas 2.h & 46.b.2** apresentam a prática contábil e medidas de mensuração do risco de crédito, respectivamente.

iii. Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (Líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na **nota 2.w**.

iv. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza.

A nota explicativa **2.q** apresenta informações e eventuais mudanças significativas sobre as provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

v. Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na **nota 13**.

vi. Expectativa de realização de créditos tributários de IR e CS

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera recuperar ou pagar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos de prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Outros ativos fiscais diferidos (créditos de prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são revistos na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

2. Políticas contábeis e critérios de apuração

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das entidades e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade no exterior e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

b) Base para consolidação

i. Subsidiárias

"Subsidiárias" são definidas como entidades sobre as quais o banco tem o controle. O controle é baseado: i) poder sobre a investida; ii) exposição, ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e iii) capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar a quantidade de retornos, conforme estabelecido na lei, estatutos ou contrato.

A consolidação de uma subsidiária começa quando o Banco obtém o controle sobre a subsidiária e termina quando perde o controle. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e Outros Resultados Abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária.

O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Conglomerado Santander são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Qualquer mudança nas participações do Conglomerado Santander em controladas que não resultem em perda do controle sobre as controladas são registradas como transações de capital. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são

ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Banco perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em “Outros Resultados Abrangentes” relacionados à controlada são contabilizados como se o Banco tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelos IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento devido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo IFRS 9 Instrumentos Financeiros ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

ii. Participações em joint ventures (entidades sob controle conjunto) e coligadas

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades (“empreendedoras”) adquirem participações em entidades (“entidades sob controle conjunto”) ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a *joint venture* dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a participação do Banco nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na **nota 11**.

iii. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de negócios significa a união de duas ou mais entidades individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com IFRS 3 – “Combinações de Negócios”.

As combinações de negócios são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

- O Banco calcula o custo da combinação de negócios, definido como o valor justo dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.
- Os valores justos dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados na data de aquisição e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.
- O excedente do custo de aquisição sobre o valor justo do ativo líquido identificável adquirido é reconhecido como ágio (**nota 13**). O excedente do valor justo dos ativos líquidos identificáveis sobre os custos de aquisição é considerado como uma compra vantajosa e reconhecido no resultado na data de aquisição.

A **nota explicativa 3** possui as descrições das transações mais significativas ocorridas em 2024 e 2023.

iv. Fundos de Investimento

Inclui os Fundos de Investimento nos quais o Banco e suas controladas possuem participação substancial ou a totalidade de suas cotas e sobre os quais o Banco e suas controladas estão expostos, ou têm direito, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, portanto são consolidadas nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

“Instrumentos financeiros híbridos” são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (**notas 3 & 11**).

Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (**nota 21**).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativos não correntes mantido para venda” ou se forem referentes a “Disponibilidades”, “Derivativos utilizados como hedge” e “Investimentos em coligadas”, os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge, cujo modelo de negócio primário do Banco é de negociá-los frequentemente, ativos financeiros que não atenderam aos critérios estabelecidos no Teste SPPI (somente pagamento de principal e juros) e
- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo em Outros Resultados Abrangentes:** são ativos financeiros que atendam ao critério de SPPI, cujo objetivo seja manter os ativos para receber fluxos de caixas contratuais e também para venda.

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o ativo financeiro é alienado ou tem indícios de declínio no valor justo por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de leasing financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras. As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, o modelo de negócio de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Disponibilidades” e “Reservas no Banco Central do Brasil”: saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no Bacen.
- “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado”: inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.
- “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito”: créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- “Empréstimos e adiantamentos a clientes”: inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- “Instrumentos de dívida”: bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidados estão incluídas nesta rubrica.
- “Derivativos”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de hedge.
- “Derivativos utilizados como hedge”: inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- “Participações em coligadas e controle em conjunto”: inclui os investimentos em entidades controladas em conjunto ou coligadas.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:** essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados (“Posições vendidas”).
- **Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado:** passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.
- **Passivo financeiro ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- “Depósitos de instituições de crédito”: depósitos de qualquer natureza, inclusive obrigações por empréstimos e repasses e captações no mercado aberto, recebidos de instituições de crédito.
- “Depósitos de clientes”: inclui depósitos de qualquer natureza tais como à vista, poupança e a prazo, inclusive operações no mercado aberto recebidas de clientes.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Derivativos”: inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do hedge accounting.
- “Posições vendidas”: inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.
- “Dívidas subordinadas”: valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.
- “Outros passivos financeiros”: inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
- “Derivativos utilizados como hedge: inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (hedge).
- “Instrumentos de patrimônio”: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas.

d) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de “Notes” deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos de dívida elegíveis a capital encontra-se descrito na **nota 19**.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros” da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente” ou “fechamento teórico”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Para os “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado” são mensurados ao custo amortizado, adota-se o método dos juros efetivos. O “custo amortizado” é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos hedges.

A “Taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de arrendamento e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado” e “Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado” e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica “Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

iv. Operações de hedge

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como hedge) e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de hedge são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de hedge se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

- Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (hedge de valor justo).
- Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).
- O investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do hedge, ou seja:

- Na data do acordo, for esperado que o hedge, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).
- Há prova suficiente de que o hedge foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (efetividade retrospectiva).

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de hedge são reconhecidas da seguinte forma:

- a. Em hedges de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de hedge quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- b. Em hedges de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes - Hedges de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de hedge relativos a hedges de fluxo de caixa e hedges de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de hedge deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo mensurado a valor justo no resultado.

Quando a contabilização de operações de hedge pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de hedge accounting), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do hedge. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando operações de hedge de fluxo de caixa são descontinuadas, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de hedge reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes” (desde o período em que o hedge tenha sido iniciado, e considerado efetivo) é reconhecido imediatamente no resultado.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de hedge accounting em 31 de dezembro de 2024, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter as práticas determinadas pelo IAS 39.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros

Baixa de Ativos financeiros

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em “Outros Resultados Abrangentes” é registrada no resultado.

Eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes” com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. Exemplos dessas operações incluem cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação. Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

Baixa de Ativos financeiros por cessão de crédito

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos que são transferidos a terceiros:

Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o cedente retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:

Se o cedente não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

Se o cedente retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Baixa de Passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

g) Compensação de ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são compensados, ou seja, registrados no balanço pelo seu valor líquido, apenas se o Banco e suas subsidiárias possuem atualmente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – IFRS 07 – Instrumentos Derivativos (Divulgação) - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

A tabela a seguir fornece detalhes dos ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Em milhares de Reais				2024
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido	
Derivativos	42.380.547	(2.174.248)		40.206.299
Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido	
Derivativos	41.584.522	(2.174.248)		39.410.274
Em milhares de Reais				2023
Ativos:	Ativos financeiros, bruto	Ativos financeiros compensados no balanço	Ativos financeiros, líquido	
Derivativos	30.038.424	(743.702)		29.294.722
Passivos:	Passivos financeiros, bruto	Passivos financeiros compensados no balanço	Passivos financeiros, líquido	
Derivativos	25.684.129	(743.702)		24.940.427

h) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há evidência objetiva da ocorrência de eventos que:

- Ocasione um Impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida).
- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.
- Decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e
- Por ocasião do processo de falência.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito da despesa como "Perdas com ativos financeiros (líquidas)" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda para apuração do valor recuperável de um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil do ativo e o valor presente seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo futuras perdas de crédito que não foram incorridos), descontados os juros efetivos originais do ativo financeiro (ou seja, a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial), sendo apresentado como uma redução do saldo do ativo e reconhecido na demonstração dos resultados.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, as garantias prestadas. A perda por não-recuperação também leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber;
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito; e
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva da operação.

Especificamente em relação ao ajuste no valor recuperável decorrente da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em atraso ou por outros motivos.

O Banco, através da sua área de riscos, aplica políticas, métodos e procedimentos para mitigar sua exposição ao risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e outros compromissos, na identificação do valor recuperável e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

Os procedimentos aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, são baseados em nível individual ou agrupados por semelhança.

- Clientes com gestão individualizada: clientes de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
- Clientes com gestão padronizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão do risco baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco. Os créditos relacionados a clientes padronizados, normalmente, são considerados como não recuperável quando possuem experiência histórica de perdas e atraso maior que 90 dias.

No tocante à provisão para perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito, o Banco avalia todos os empréstimos. Os empréstimos são avaliados individualmente quanto a redução do valor recuperável ou avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável. Os empréstimos contabilizados como custo amortizado, que não são avaliados individualmente quanto a redução ao valor recuperável, são avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável, sendo agrupados considerando a similaridade de risco. Os empréstimos individualmente avaliados quanto as reduções ao valor recuperável não são incluídas em saldos avaliados em conjunto quanto a redução ao valor recuperável.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o montante de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo financeiro podem ser limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais.

Nesses casos, a entidade usa sua experiência julgamental para estimar o valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Da mesma forma, a entidade usa sua experiência julgamental para ajustar os dados observáveis de um grupo de ativos financeiros para refletir as circunstâncias atuais.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência ou “EAD - Exposure at Default” é o valor da exposição de risco na data de inadimplência pelo mutuário. O tempo de inadimplência é considerado na medição “PD - Probability of Default”.
- De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada no balanço patrimonial.
- Probabilidade de inadimplência, ou “PD - Probability of Default”, é a probabilidade de o mutuário não cumprir suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros.

PD é medido com utilização de horizonte de tempo de um ano, no caso de operações em estágio 1, bem como pelo tempo de vida do ativo (estágios 2 e 3); ou seja, quantifica a probabilidade de o mutuário incorrer em inadimplemento. O empréstimo será considerado inadimplente se o principal ou juros estiverem vencidos há noventa dias ou mais ou se o empréstimo estiver pendente, mas existirem dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos duvidosos subjetivos).

- Perda por inadimplência, ou “LGD - Loss Given at Default”, é a perda surgida na hipótese de inadimplência.

O cálculo de LGD se baseia nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos, a receita e despesas associadas ao processo de recuperação e também a época da inadimplência.

- Período de identificação de perdas, ou "LIP - Loss identification period", é o período de tempo entre a ocorrência de um evento de perda e a identificação de uma evidência dessa perda. Em outras palavras, representa o horizonte temporal desde a ocorrência da perda de crédito até a confirmação efetiva de tal perda.

Além disso, antes de baixar empréstimos vencidos (o que é feito apenas depois do Banco esgotar todos os esforços de recuperação), é constituída provisão integral para o valor devedor remanescente do empréstimo de forma que provisão para perdas com empréstimo cubra totalmente as perdas. Dessa forma, o Banco entende que sua metodologia de provisão para perda com empréstimo foi desenvolvida de forma a corresponder à sua métrica de risco e capturar empréstimos que poderiam potencialmente apresentar redução do seu valor recuperável.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

A diferença entre o custo amortizado e valor justo de instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são registradas no patrimônio líquido sob a rubrica de mesmo nome.

Quando há evidência objetiva, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a perda considerada pelo declínio no valor justo por não recuperação, elas deixam de ser reconhecidas no patrimônio líquido e são reclassificadas à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data. As perdas consideradas permanentes relativas a um investimento em instrumentos de patrimônio não são revertidas em períodos subsequentes.

i) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo, são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como aplicações (captações) em operações compromissadas, com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes", ("Depósitos de instituições de crédito" ou "Depósitos de clientes"). Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

j) Contabilização de Arrendamentos – IFRS 16

I. Identificação de Arrendamento

Na adoção do IFRS 16, o Banco reconhece os passivos de arrendamento, seguindo os princípios do IFRS 16 - Arrendamentos.

Estão sendo utilizadas também as seguintes isenções de reconhecimento:

- A contabilização de arrendamentos com um prazo remanescente de menos de 12 meses como arrendamentos de curto prazo;
- A contabilização de arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor.

O Banco arrenda imóveis e equipamentos. Predominantemente, os ativos objetos dos contratos de arrendamento são negócios imobiliários referente às agências.

O Banco Santander não possui ativos de direito de uso que se enquadram na definição de propriedades para investimento.

II. Prazo do arrendamento

Os contratos de arrendamentos são formalizados, analisados e renegociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições distintas. O Banco avalia o prazo de contrato, bem como a intenção de permanência nos imóveis. Assim, as estimativas de prazos podem variar de acordo com as condições contratuais, considerando opções de extensão e disposições legais.

O Banco assume que as multas por rescisão contratual cobradas antes do prazo de vencimento não compõem uma parcela significativa.

Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

III. Mensuração Inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento de leasing feito antes ou na data de início reduzidos de qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo inicial diretamente atribuído; e
- Custos de restauração, caso os requisitos do IAS 37 sejam atendidos para o registro de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O Grupo Santander utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no Santander

Brasil, pela curva de custo de financiamento (funding) de um ativo livre, aplicada individualmente a cada contrato de acordo as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de leasing:

- Pagamentos fixos reduzidos de qualquer incentivo;
- Pagamentos variáveis que são baseados em uma taxa ou indexador;
- Valores esperados para serem pagos pelo arrendatário com base no valor residual de garantias;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tem certeza razoável sobre o exercício da opção; e
- Pagamentos de penalidades pelo encerramento do leasing se o prazo da operação reflete o exercício da opção pelo arrendatário.

Os passivos de arrendamento são corrigidos principalmente pela inflação (IGP-M), cujas projeções estimadas na data-base de 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir:

Projeção IGP-M	
Até 3 meses	1,6%
De 3 a 12 meses	6,2%
De 1 ano a 3 anos	4,0%
De 3 anos a 5 anos	4,0%
Mais de 5 anos	4,0%

IV. Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 / CPC 27 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Os direitos de uso estão sujeitos a teste de redução ao valor recuperável.

k) Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda por meio da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Estes ativos não são depreciados.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Resultado na alienação e despesas com ativos não corrente mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não corrente destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

l) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados no final dos exercícios de 2024 e 2023 é informada na **nota 43-d**.

m) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática (hardware) e outros utensílios de propriedade do Banco, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em liquidação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em leasings financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Edificações para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% ou até o vencimento do contrato

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada em "Perdas com outros ativos (líquidas)". Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, o Banco reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

n) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de combinações de negócios ou softwares desenvolvidos internamente, com vida útil determinada ou indeterminada. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados deduzidos de qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

i. Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida (controlada ou coligada) é contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinação de Negócios".

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e, portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

Anualmente ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de impairment (teste de recuperabilidade) e se existir alguma perda, o ágio é baixado com o reconhecimento como Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros ativos intangíveis na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os ajustes do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida em relação ao seu valor contábil são alocados individualmente aos ativos identificáveis adquiridos e aos passivos assumidos que o compõem com base em seus respectivos valores justos na data da compra.

No caso de combinação de negócios realizada em estágios, é mensurada novamente a participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição que se obtém o controle desta adquirida.

ii. Outros ativos intangíveis

É um ativo não monetário, identificável e sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de software, bem como aquisição de direitos que são capazes de gerar benefícios econômicos para o Banco. Podem ter característica de prazo definido ou indefinido.

Outros ativos intangíveis são considerados com vida útil indefinida, quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para o Banco, ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados: ao final de cada período a entidade revisa a classificação como vida útil indefinida, mantida esta classificação estes estão sujeitos aos testes anuais de redução ao valor recuperável (IAS36).

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis. A despesa de amortização é reconhecida sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração consolidada do resultado.

O Banco avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de outros ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação as atividades do Banco.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

o) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), relacionamento com clientes adquiridos, o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial consolidado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

O Banco utiliza o valor em uso de relacionamento com clientes como base para mensuração do valor recuperável, uma vez que não é razoavelmente possível determinar o valor líquido de venda, porque não há base para se fazer uma estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. O valor em uso de relacionamento com clientes adquiridas relacionadas a compra das “folhas de pagamento” é determinado individualmente. É preparado pelas áreas de negócios uma análise que tem como objetivo demonstrar a expectativa de geração de benefício econômico futuro e o valor presente dos fluxos de caixa esperados. Trimestralmente, estas análises são revisadas tendo por base os fluxos de caixa reais de cada negócio (valor em uso), que são comparados com o valor contábil, verificando se existe ou não a necessidade de registro de perda por não recuperabilidade.

p) Contratos de seguros

Os contratos de seguro reconhecidos pelo Banco, são considerados onerosos, conforme preceitos estabelecidos pelo IFRS 17. Um contrato de seguro é oneroso na data de reconhecimento inicial se os fluxos de caixa de cumprimento alocados ao contrato, quaisquer fluxos de caixa de aquisição previamente reconhecidos e quaisquer fluxos de caixa decorrentes do contrato na data de reconhecimento inicial no total forem uma saída líquida. Reconhecendo-se uma perda em lucro ou prejuízo para o fluxo de saída líquido para o grupo de contratos onerosos, que resulta no valor contábil do passivo para o grupo sendo igual aos fluxos de caixa de cumprimento e a margem de serviço contratual do grupo sendo zero.

q) Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

s) Remuneração baseada em ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor justo das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são

reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

t) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas no resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza (notas 34 e 35). Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas;
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

u) Garantias

u.1) Garantias Financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as comissões das garantias financeiras como passivos no balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões ou juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica “Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões” no balanço patrimonial consolidado (nota 22).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar são reconhecidas sob a rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado – Outros Passivos financeiros” no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

u.2) Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O Banco Santander tem como prática o controle dos riscos de crédito por meio da utilização de garantias em suas operações. Cada unidade de negócio é responsável pela gestão do risco de crédito e formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O Banco Santander utiliza garantias com o objetivo de aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Anualmente, o Banco revisa suas políticas de garantias para capturar mudanças no mercado, nas características dos ativos dados em garantia e nas condições dos ativos, esses são exemplos de parâmetros técnicos revisados.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

v) Ativos sob administração, fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado. A **nota 43-b** contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são registrados no balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e as comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (sob gestão e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado.

w) Benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado.

Planos de benefício definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na **nota 21**. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Para os planos de benefício definido, a última versão do IAS 19 - Benefícios aos Empregados estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

Adicionalmente, há reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido ("Outros Resultados Abrangentes").

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e provisões (líquidas).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

x) Outros benefícios de longo prazo a funcionários

Outros benefícios de longo prazo a funcionários, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados - gratificações por tempo para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (**nota 21**).

y) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

z) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorrem da aplicação das respectivas alíquotas sobre o lucro real, e as alíquotas de PIS e COFINS aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Para as despesas de Imposto de Renda resultante de transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, o efeito fiscal é reconhecido também no patrimônio líquido.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

O programa de integração social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são consideradas como componente de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como imposto de renda.

Ativos e Passivos fiscais (exceto provisões para impostos) classificados como “Correntes” são valores de impostos a serem recuperados e valores de impostos a pagar nos próximos 12 meses.

Ativos e passivos fiscais diferidos de IR e CS incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado e são reavaliados na data de cada balanço patrimonial.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos como diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrada na **nota 23**.

aa) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor e normalmente com um vencimento de cerca de três meses ou menos a contar da data de aquisição original.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”. O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens “Disponibilidades” e “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, as atividades operacionais do Banco Santander.

3. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 11.

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		31/12/2024	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (Nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00%	100,00%
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	95,00%	95,00%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	872.186	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	14.067.640	14.067.640	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviço de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Tecnologia	500.411	-	100,00%	100,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	461	-	100,00%	100,00%
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00%	100,00%
Controlada Santander Corretora de Seguros					
América Gestão Serviços em Energia S.A.	Energia	653	-	70,00%	70,00%
Fit Economia de Energia S.A.	Comércio de Energia	10.400	-	65,00%	65,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	100,00%	100,00%

Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora	21.559	-	59,64%	59,64%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	13,23%	13,23%

Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.

Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77%	86,77%
-------------------------	---------------	---------	---	--------	--------

Controlada em Conjunto da Sancap

Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	50,00%	50,00%
---------------------	------------	--------	---	--------	--------

Controlada da Toro Investimentos S.A.

Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	100,00%	100,00%
----------------------------	---------------	---------	---	---------	---------

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (2);
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (3);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (3);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet;
- Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (3);
- San Créditos Estruturados – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (3);
- D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (3);
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo; e
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

(1) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam imóveis como garantia. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(2) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e de seu fundo exclusivo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(3) Fundo controlado pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Incorporação da Return Capital S.A. pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

Em 30 de setembro de 2024 foi realizada a incorporação total da Return Capital S.A. ("Return Capital") pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) ("Return Participações"). A incorporação resultou em um aumento no capital social da Return Participações, no valor de R\$ 8.540.942.366,72 (oito bilhões, quinhentos e quarenta milhões, novecentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos), mediante a emissão de 439.224.359 (quatrocentos e trinta e nove milhões, duzentas e vinte e quatro mil, trezentas e cinquenta e nove) novas ações ordinárias. Como efeito da incorporação ocorreu a extinção da Return Capital, de pleno direito, sendo essa sucedida pela Return Participações em todos os seus direitos e obrigações.

b) Incorporação da Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. pela Toro Investimentos S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills Labs") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Labs não implicou um aumento de capital social da Toro Investimentos, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Labs era detida pela Toro Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

c) Incorporação da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. pela Santander Holding Imobiliária S.A.

Em 28 de junho de 2024, a Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11") foi incorporada totalmente, tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Apê11 não implicou em um aumento de capital social da SHI, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Apê11 eram detidas pela SHI e, portanto, já estavam refletidas em sua conta de investimento por equivalência.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% remanescentes do capital social da Apê11 ("Operação"). Como resultado da Operação, a SHI passou a deter 100% do capital social da Apê11.

d) Parceria entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Pluxee International e Pluxee Pay Brasil Ltda.

Em 27 de junho de 2024, após a conclusão das condições precedentes da operação anunciada em 24 de julho de 2023, o Banco Santander (Brasil) S.A. concluiu a constituição de uma parceria com o Grupo Pluxee (anteriormente denominado Sodexo).

O racional econômico da operação está fundamentado essencialmente: (i) nas sinergias decorrentes da combinação dos negócios da Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") com o Grupo Pluxee no Brasil e (ii) na capacidade da empresa de explorar a base de clientes do Santander para a oferta dos seus produtos e serviços (i.e. na capilaridade do balcão do Santander).

Para a formação da parceria, o Banco Santander aportou o valor equivalente a R\$ 2.044 milhões atribuído: (i) ao seu investimento na sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A."); (ii) a uma parcela de recursos em dinheiro; (iii) ao contrato de exclusividade para exploração de sua base de clientes.

Como resultado da operação, o Banco Santander e o Grupo Pluxee, passaram a deter 20% e 80% de participação, respectivamente, no capital social da Pluxee Benefícios Brasil S.A. ("Pluxee"), veículo de investimento da parceira.

e) Incorporação da Mobills Corretora de Seguros Ltda. pela Toro Asset Management S.A.

Em 31 de maio de 2024, a Mobills Corretora de Seguros Ltda. ("Mobills Corretora") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Corretora não implicou um aumento de capital social da Toro Asset, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Corretora era detida pela Toro Asset e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

f) Aquisição da parcela remanescente da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) pela Return Capital S.A.

Em 17 de maio de 2024, a Return Capital S.A. ("Return"), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios minoritários da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) ("Gira"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 20% do capital social da Gira detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Gira.

g) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com vistas a aquisição de 70% do capital social total e votante da América Energia ("Operação"). A conclusão da Operação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 04 de julho de 2024, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 70% da participação acionária da América Energia.

h) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. (“Companhia”), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia (“Operação”).

i) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A. e incorporação pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 03 de janeiro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes, o Banco Santander concluiu a operação para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, passou a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada a incorporação da Toro Participações S.A. pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

j) Incorporação Total da Mob Soluções em Tecnologia Ltda pela Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Mob Soluções em Tecnologia Ltda. (“Mob”) foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. (“Mobills”), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mob não implicou um aumento de capital social da Mobills, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mob era detida pela Mobills e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

k) Venda da totalidade da participação detida no Banco PSA Finance Brasil S.A. e na Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 31 de agosto de 2023, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Aymoré”) e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (“Santander Corretora de Seguros”) concluíram a operação de venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. (“Banco PSA”), para o Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (“Stellantis Corretora”), para a Stellantis Services Ltda. (“Operação”).

Com a conclusão da Operação, a Aymoré deixou de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

l) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD.

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (“Santander Corretora”) concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. (“Webmotors”) para a Carsales.com Investments PTY LTD (“Carsales”) (“Operação”). Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Caixa	3.639.280	3.770.483	4.001.885
Disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira no exterior	33.444.974	19.352.067	18.001.554
Compromissadas	28.103.405	65.766.340	27.344.519
Aplicações em depósito interfinanceiro (CDI)	2.013.246	528.870	217.376
Total	67.200.905	89.417.760	49.565.334

As informações relativas a 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.

5. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e outros valores com instituições de crédito” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2024	2023
Classificação:		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	30.177.627	25.716.845
Sendo:		
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ao custo amortizado	30.179.048	25.724.609
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (nota 9.c)	(1.421)	(7.764)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquidos	30.177.627	25.716.845
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, brutos	30.179.048	25.724.609

Tipo:

Aplicações em depósito a prazo	14.667.515	10.337.746
Operações compromissadas (1)	3.032.113	2.980.557
Depósitos judiciais	12.356.984	10.730.571
Outras contas	122.436	1.675.735
Total	30.179.048	25.724.609

(1) Garantidas por instrumentos de dívida.

Em milhares de Reais	2024	2023
Moeda:		
Real	27.299.731	23.885.181
Dólar norte-americano	2.235.826	775.000
Euro	643.491	1.064.428
Total	30.179.048	25.724.609

A **nota 43-d** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” é a seguinte:

Em milhares de reais	2024	2023
Classificação:		
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	107.585.055	84.291.192
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	92.058.907	59.036.137
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	84.529.222	101.087.321
Sendo:		
Instrumentos de dívida ao Custo Amortizado	86.598.778	102.673.487
Estimativa de perdas por não recuperação ("impairment") (nota 9.c)	(2.069.556)	(1.586.166)
Total	284.173.184	244.414.650

Tipo:

Títulos do governo - Brasil (1)	190.643.118	148.750.440
Debêntures e Notas promissórias	70.450.135	49.083.296
Outros títulos de dívida	23.079.931	46.580.914
Total	284.173.184	244.414.650

(1) Referem-se, substancialmente, a Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-A, NTN-B, NTN-C e NTN-F).

Os Instrumentos de Dívidas são compostos, principalmente, por:

Em milhares de Reais	2024	2023
Moeda:		
Real	262.560.537	227.117.943
Dólar norte-americano	19.541.153	14.748.652
Peso Mexicano	2.071.494	2.548.055
Total	284.173.184	244.414.650

Em milhares de Reais	2024	2023
Instrumentos de dívida vinculadas a:		
Operações Compromissadas	84.894.642	61.802.969
Garantia de Operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.)	22.083.244	16.924.556
Vinculados a depósitos judiciais e outras garantias	12.736.275	18.283.802
Total	119.714.161	97.011.327

A **nota 43-d** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes.

7. Instrumentos de patrimônio

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023
Classificação:		
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	2.968.823	3.422.154
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	19.633	15.953
Total	2.988.456	3.438.107
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	2.048.007	1.955.931
Ações de empresas estrangeiras	54.886	99.424
Fundos de investimentos (1)	885.563	1.382.752
Total	2.988.456	3.438.107

(1) Composto, principalmente, por investimento em ativos de renda fixa e títulos públicos e privados.

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Saldo no início do exercício	3.422.154	2.605.279	2.498.317
Adições/Baixas (Líquidas)	(453.331)	816.875	106.962
Saldo no final do exercício	2.968.823	3.422.154	2.605.279

As variações nos saldos da rubrica "Instrumentos de patrimônio - Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Saldo no início do exercício	15.953	33.493	29.187
Adições/Baixas (Líquidas)	3.680	(17.540)	4.306
Saldo no final do exercício	19.633	15.953	33.493

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

8. Instrumentos financeiros derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado, quando disponíveis. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black-Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o valor justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais.

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como Hedge

	2024	2023
Ativo		
Swap- Diferencial a Receber	16.710.659	12.360.719
Prêmios de Opções a Exercer	4.960.933	2.635.506
Contratos a Termo e Outros	18.534.707	14.298.496
Total	40.206.299	29.294.721
Passivo		
Swap- Diferencial a Receber	16.746.167	13.226.716
Prêmios de Opções a Exercer	4.455.074	2.685.361
Contratos a Termo e Outros	18.209.033	9.028.351
Total	39.410.274	24.940.428

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Resumo por Categoria

	2024		2023			
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Negociação						
Swap	858.277.413	(5.247.457)	(35.508)	811.921.798	(1.927.124)	(865.997)
Ativo	421.892.846	11.989.199	16.710.659	402.812.781	9.193.215	12.360.719
Juros	212.769.602	8.288.494	9.155.516	188.604.258	5.054.833	6.383.261
Moeda Estrangeira	207.863.441	3.593.516	7.449.012	212.970.458	4.136.463	5.977.193
Outros	1.259.803	107.189	106.131	1.238.065	1.919	265
Passivo	436.384.567	(17.236.656)	(16.746.167)	409.109.017	(11.120.339)	(13.226.716)
Juros	300.101.297	(13.645.096)	(13.848.265)	262.437.458	(9.117.639)	(9.680.343)
Moeda Estrangeira	133.470.413	(3.588.425)	(2.726.684)	143.788.702	(1.907.489)	(3.332.851)
Outros	2.812.857	(3.135)	(171.218)	2.882.857	(95.211)	(213.522)
Opções	538.580.487	(1.728.092)	505.859	857.662.210	(1.112.873)	(49.854)
Compromissos de Compra	248.136.848	2.889.580	4.960.933	419.095.673	2.252.815	2.635.507
Opções de Compra Moeda Estrangeira	17.652.929	1.170.432	2.035.002	7.711.827	497.534	426.074
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.969.754	449.432	297.814	5.326.447	408.144	489.785
Opções de Compra Outras	25.078.274	769.593	2.530.004	89.142.771	661.537	1.183.085
Mercado Interfinanceiro	4.228.408	420.720	1.456.616	3.729.452	217.219	265.824
Outras (2)	20.849.866	348.873	1.073.388	85.413.319	444.318	917.261
Opções de Venda Outras	194.435.891	500.123	98.113	316.914.628	685.600	536.563
Mercado Interfinanceiro	553.161	111.802	80.262	543.157	46.852	30.439
Outras (2)	193.882.730	388.321	17.851	316.371.471	638.748	506.124
Compromissos de Venda	290.443.639	(4.617.672)	(4.455.074)	438.566.536	(3.365.688)	(2.685.360)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	10.516.526	(597.168)	(786.706)	3.453.152	(288.349)	(466.324)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	11.046.513	(555.932)	(275.212)	4.642.411	(288.799)	(431.952)
Opções de Compra Outras	57.500.051	(2.868.865)	(3.203.477)	113.106.162	(2.029.925)	(999.258)
Mercado Interfinanceiro	21.145.788	(2.104.995)	(1.578.796)	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)
Outras (2)	36.354.263	(763.870)	(1.624.681)	95.810.882	(550.201)	(289.137)
Opções de Venda Outras	211.380.549	(595.707)	(189.679)	317.364.811	(758.615)	(787.826)
Mercado Interfinanceiro	1.395.691	(155.776)	(29.908)	370.221	(24.912)	(23.004)
Outras (2)	209.984.858	(439.931)	(159.771)	316.994.590	(733.703)	(764.822)
Contratos de Futuros	785.337.224	-	-	325.170.915	-	-

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Posição Comprada	396.239.839	-	-	164.682.752	-	-
Cupom Cambial (DDI)	143.814.584	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	135.768.788	-	-	48.254.715	-	-
Moeda Estrangeira	106.481.787	-	-	68.838.058	-	-
Índice (3)	7.717.797	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.456.883	-	-	988.325	-	-
Posição Vendida	389.097.385	-	-	160.488.163	-	-
Cupom Cambial (DDI)	143.814.584	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	138.131.331	-	-	48.339.061	-	-
Moeda Estrangeira	96.976.790	-	-	64.559.123	-	-
Índice (3)	7.717.797	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.456.883	-	-	988.325	-	-
Contratos a Termo e Outros	443.722.256	6.675.015	325.674	331.009.278	3.288.881	5.270.145
Compromissos de Compra	226.379.907	13.065.871	18.534.707	167.191.253	17.249.113	14.298.496
Moedas	176.481.430	4.649.383	2.617.536	134.610.617	17.042.331	4.932.719
Outros	49.898.477	8.416.488	15.917.171	32.580.636	206.782	9.365.777
Compromissos de Venda	217.342.349	(6.390.856)	(18.209.033)	163.818.025	(13.960.232)	(9.028.351)
Moedas	177.766.056	(5.934.009)	(6.151.264)	130.779.288	(13.211.003)	(1.766.190)
Outros	39.576.293	(456.847)	(12.057.769)	33.038.737	(749.229)	(7.262.161)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	2024			
	Clientes	Partes		Total
		Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	
Swap	248.822.684	408.569.543	200.885.186	858.277.413
Opções	72.193.642	7.707.652	458.679.193	538.580.487
Contratos de Futuros	13.890.950	3.628.688	767.817.586	785.337.224
Contratos a Termo e Outros	180.609.297	193.284.055	69.828.904	443.722.256

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Valor Referencial	2023			Total
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	
Swap	185.745.740	224.140.567	402.035.491	811.921.798
Opções	37.900.600	2.114.539	817.647.071	857.662.210
Contratos de Futuros	9.280.965	-	315.889.950	325.170.915
Contratos a Termo e Outros	152.776.820	118.459.171	59.773.287	331.009.278

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	2024			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Swap	118.831.333	142.493.857	596.952.223	858.277.413
Opções	80.264.346	375.497.526	82.818.615	538.580.487
Contratos de Futuros	415.684.910	197.209.979	172.442.335	785.337.224
Contratos a Termo e Outros	273.869.288	104.483.252	65.369.716	443.722.256

Valor Referencial	2023			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Swap	148.297.616	146.064.207	517.559.975	811.921.798
Opções	695.558.723	110.627.263	51.476.224	857.662.210
Contratos de Futuros	168.364.771	70.492.546	86.313.598	325.170.915
Contratos a Termo e Outros	187.900.674	90.382.978	52.725.626	331.009.278

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial	2024		
	Bolsas (1)	Balcão	Total
Swap	167.924.413	690.353.000	858.277.413
Opções	415.336.707	123.243.780	538.580.487
Contratos de Futuros	781.708.536	3.628.688	785.337.224
Contratos a Termo e Outros	55.754.746	387.967.510	443.722.256

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A

Valor Referencial	2023		
	Bolsas (1)	Balcão	Total
Swap	93.891.621	718.030.177	811.921.798
Opções	782.343.569	75.318.641	857.662.210
Contratos de Futuros	325.170.915	-	325.170.915
Contratos a Termo e Outros	28.054.581	302.954.697	331.009.278

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A

a.5) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito por meio dos quais ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e onde, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial.

	2024		2023	
	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	4.421.208	16.153.307	3.456.614	10.293.916
Total	4.421.208	16.153.307	3.456.614	10.293.916

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2024		2023	
	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros - Bruto				
Por Instrumento				
CDS	20.574.515	20.574.515	13.750.530	13.750.530
Total	20.574.515	20.574.515	13.750.530	13.750.530
Por Classificação de Risco				
Abaixo do Grau de Investimento	20.574.515	20.574.515	13.750.530	13.750.530
Total	20.574.515	20.574.515	13.750.530	13.750.530
Por Entidade de Referência				
Governo Brasileiro	20.574.515	20.574.515	13.750.530	13.750.530
Total	20.574.515	20.574.515	13.750.530	13.750.530

a.6) Hedge Accounting

As relações de hedge são de três tipos: Hedge de Valor Justo, Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior. Os derivativos utilizados como instrumentos de hedge por indexador são representados como seguem:

a.6.1) Hedge de Valor Justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco consiste em hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de valor justo como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré-Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa swap de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como hedge de risco de mercado dos créditos correspondente
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento contrata futuros de DI na Bolsa ou swaps de juros e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting
- O Banco possui risco ao índice de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo) gerado por debêntures na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco segue o IAS 39, que exige que o teste de efetividade seja efetuado no início (teste prospectivo) da estrutura de hedge, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de hedge permanece efetiva.

a) Teste prospectivo: segundo a norma, o teste prospectivo deve ser feito na data de início (inception) e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de hedge é alta.

a.1) O teste prospectivo inicial (no inception): restringe-se a uma revisão qualitativa dos termos críticos e condições do instrumento e do objeto de hedge, para uma conclusão de que mudanças no valor justo de ambos os instrumentos são esperadas para se anularem completamente.

a.2) O teste periódico prospectivo: periodicamente será computada a sensibilidade do valor presente do objeto de hedge e do instrumento de hedge a uma variação paralela de 10 Basis Points na curva de taxa de juros. Para fins de efetividade a razão das duas sensibilidades deverá estar compreendida no intervalo entre 80% e 125%.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Teste retrospectivo: o teste retrospectivo de efetividade será conduzido por meio da comparação da variação do market to market (mtm) do instrumento de hedge desde a data início com a variação do mtm do objeto de hedge desde o início.

Em hedges de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

Estratégias	31/12/2024			31/12/2023		
	Curva	Valor Justo	Instrumentos de Hedge Valor Contábil	Curva	Valor Justo	Objetos de Hedge Valor Contábil
Contratos de Swap	30.481	222.625	253.106	10.979	200.658	211.637
Hedge de Operações de Crédito	30.481	222.625	253.106	10.979	200.658	211.637
Contratos de Futuro	160.951	43.416.076	43.577.027	(222.149)	38.332.070	38.109.921
Hedge de Operações de Crédito	156.408	13.238.024	13.394.432	(54.560)	10.017.522	9.962.962
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(142.206)	25.344.183	25.201.977	213.204	22.504.539	22.717.743
Hedge de Captações	146.749	4.833.869	4.980.618	(380.793)	5.810.009	5.429.216

Estratégias	31/12/2024			31/12/2023		
	Curva	Valor Justo	Instrumentos de Hedge Valor Contábil	Curva	Valor Justo	Objetos de Hedge Valor Contábil
Contratos de Swap	183.368	288.766	472.134	138.079	272.805	410.884
Hedge de Operações de Crédito	183.368	288.766	472.134	138.079	272.805	410.884
Contratos de Futuro	144.508	25.701.246	25.845.754	(3.535.965)	28.817.259	25.281.294
Hedge de Operações de Crédito	2.497.014	12.759.016	15.256.030	(2.290.079)	15.593.616	13.303.537
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(1.489.802)	2.496.723	1.006.921	623.749	579.793	1.203.542
Hedge de Captações	(862.704)	10.445.507	9.582.803	(1.869.635)	12.643.850	10.774.215

(*) O Banco possui estratégias de hedge de risco de mercado, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do ajuste diário calculado, registrado em conta de compensação.

a.6.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mensurados a custo amortizado.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

• O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados nas agências Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.

Em março de 2022, o Congresso dos EUA aprovou a Lei de Taxa de Juros Ajustáveis (LIBOR) (“a Lei LIBOR”). Esta legislação estabelece um processo uniforme, em âmbito nacional, para substituir a LIBOR em contratos existentes cujos termos não contenham cláusulas de fallback, substituindo automaticamente a LIBOR, na data de substituição da LIBOR (espera-se que seja o primeiro dia útil bancário de Londres após 30 de junho de 2023), com a “Substituição de referência selecionada pelo Conselho”. Em 16 de dezembro de 2022, o Federal Reserve Board adotou uma regra final que implementa a Lei LIBOR e identifica essas substituições de referência, que diferem para diferentes contratos, mas são todas baseadas em SOFR.

Focamos e continuamos a focar em fazer todas as mudanças contratuais, comerciais, operacionais e tecnológicas necessárias para atender aos marcos pendentes relevantes.

Nossa exposição a contratos vinculados à LIBOR em 31 de dezembro de 2021 era limitada e relacionada apenas à LIBOR em USD. Em 2021, adotamos a SOFR (Secured Overnight Finance Rate) e CME TERM SOFR em substituição à LIBOR USD para novos contratos e desde 1º de janeiro de 2022 não estamos mais realizando novas operações USD LIBOR, salvo exceções autorizadas por autoridades internacionais reguladoras (atividade de criação de mercado). Estamos nos comunicando com nossos clientes para alterar os acordos existentes para incluir cláusulas de fallback apropriadas para quando a LIBOR do USD deixar de ser publicada.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o Banco Santander segue o IAS 39 que indica que o teste de efetividade deve ser efetuado na concepção/início da estrutura de hedge (teste prospectivo) e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a expectativa da relação de hedge permanece efetiva (entre 80 e 125%).

Nesta estratégia de hedge, os testes de efetividade (prospectivo / retrospectivo) são conduzidos por meio da comparação de duas proxies, uma para o objeto de hedge e outra para o instrumento.

A proxy do objeto de hedge é um swap “conceitual”, onde a “ponta” passiva simula a parte da Porção Estável a ser protegida e a “ponta” pré-fixada ativa é idêntica ao conjunto de futuros designado como hedge, estando está coerente com as taxas de mercado praticadas no dia da designação do hedge. A proxy do instrumento de hedge é um swap “conceitual”, onde a “ponta” ativa é constituída pelo número de contratos de futuro designados como hedge, e a “ponta” pré-fixada passiva é a taxa negociada na aquisição destes contratos. A proxy é estável ao longo da estratégia uma vez que os contratos são mantidos até o vencimento.

Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado na linha de Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

a) Teste Prospectivo: segundo a normativa, o teste prospectivo deve ser executado na data de início e trimestralmente para demonstrar que a expectativa em relação à efetividade da relação de hedge é alta, porém os testes são efetuados mensalmente para acompanhamento pró-ativo e mais eficiente das projeções, além de melhor manutenção das rotinas relacionadas aos testes.

a.1) Teste Prospectivo Periódico: Risco de Mercado realiza as projeções de três cenários para os testes, sendo: 1º 10bps na curva; 2º 50bps na curva e 3º 100bps na curva. Utilizando as estimativas validadas, são efetuados os testes prospectivos por meio da valorização das duas pernas variáveis da operação a mercado.

a.2) Teste Prospectivo Inicial: a metodologia do teste prospectivo periódico também deverá ser aplicada na data de início de cada nova estratégia.

b) Teste Retrospectivo: deve ser efetuado mensalmente com dados históricos para demonstrar de forma cumulativa de que o hedge foi efetivo, conforme metodologia apresentada anteriormente. Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado.

A parcela Inefetiva é mensurada por meio do teste prospectivo do hedge e se identificada reconhecida no resultado na linha de Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

Efetividade deve ficar entre 80% e 125%.

Em hedges de fluxo de caixa a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes – hedges de fluxo de caixa” (**nota 25**) até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações consolidadas do resultado. E a parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de hedge de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” nas demonstrações consolidadas do resultado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estrutura de Hedge	Parcela Efetiva Acumulada	2024		2023	
		Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada
Cash Flow Hedge					
CDB	511.175	-	(69.919)	-	-
Total	511.175	-	(69.919)	-	-

Estratégias	Curva	Valor Justo	Instrumentos de Hedge		Consolidado 31/12/2024	
			Valor Contábil	Curva	Valor Justo	Objetos de Hedge Valor Contábil
Contratos de Futuro	(5.610)	79.915.645	79.910.035	(177.822)	77.474.456	77.296.634
Hedge de Operações de Crédito	(73.277)	1.639.466	1.566.189	8.011	730.322	738.333
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(40.187)	35.717.857	35.677.670	56.491	27.556.993	27.613.484
Hedge de Captações	107.854	42.558.322	42.666.176	(242.324)	49.187.141	48.944.817

Estratégias	Curva	Valor Justo	Instrumentos de Hedge		Consolidado 31/12/2023	
			Ajuste a Valor Contábil	Curva	Valor Justo	Objetos de Hedge Valor do Contábil
Contratos de Swap	(547.710)	10.807.983	10.260.273	(464.400)	13.176.910	12.712.510
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(547.710)	10.807.983	10.260.273	(464.400)	13.176.910	12.712.510
Contratos de Futuro	393.863	18.630.833	19.024.696	(1.327.113)	24.612.842	23.285.729
Hedge de Operações de Crédito	2.138	2.431.537	2.433.675	(3.105.374)	7.619.634	4.514.260
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	294.688	8.228.328	8.523.016	465.051	9.525.807	9.990.858
Hedge de Captações	97.037	7.970.968	8.068.005	1.313.210	7.467.401	8.780.611

a.6) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

Valor Referencial	2024	2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	23.592.560	20.960.140
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.891.750	2.122.045
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.775.236	4.988.403
Total	35.259.546	28.070.588

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

b) Posições Vendidas

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de posições vendidas totalizou R\$ 39.396.666 (2023 - R\$ 19.831.991) o qual inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

9. Empréstimos e adiantamento a Clientes**a) Composição**

A composição dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023
Classificação:		
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	4.911.803	3.040.712
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	561.178.111	514.936.423
Sendo:		
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	594.776.041	548.495.491
Estimativa para perdas sobre créditos por redução ao valor recuperável ("impairment")	(33.597.930)	(33.559.068)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	566.089.914	517.977.135
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	599.687.844	551.536.203

Em milhares de Reais	2024	2023
Tipo:		
Operações de crédito(1)	573.391.121	514.325.061
Operações de arrendamento mercantil	3.343.208	3.154.887
Outros recebíveis(2)	22.953.515	34.056.255
Total	599.687.844	551.536.203

(1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.

(2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.

A **nota 43-d** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondentes. Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por redução ao valor recuperável:

Em milhares de Reais	2024	2023
Por setor devedor:		
Comercial e industrial	241.177.143	233.946.173
Crédito imobiliário - construção	64.820.223	61.747.721
Empréstimos a pessoas físicas	290.347.270	252.687.422
Leasing	3.343.208	3.154.887
Total	599.687.844	551.536.203

Em milhares de Reais	2024	2023
Fórmula de taxa de juros:		
Juros prefixados	427.753.814	371.917.215
Juros pós-fixados	171.934.030	179.618.988
Total	599.687.844	551.536.203

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Setor Devedor por Vencimento							2024	
	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	161.568.313	50,37 %	75.022.533	37,55 %	4.586.297	5,79 %	241.177.143	40,22 %
Crédito imobiliário	5.426.403	1,69 %	12.241.469	6,13 %	47.152.351	59,58 %	64.820.223	10,81 %
Empréstimos a pessoas físicas	152.201.789	47,45 %	110.761.071	55,44 %	27.384.410	34,60 %	290.347.270	48,42 %
Leasing	1.577.662	0,49 %	1.743.417	0,87 %	22.129	0,03 %	3.343.208	0,56 %
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	320.774.167	100,00 %	199.768.490	100,00 %	79.145.187	100,00 %	599.687.844	100,00 %

Setor Devedor por Vencimento							2023	
	Menos de 1 ano	% do total	1 a 5 anos	% do total	mais de 5 anos	% do total	Total	% do Total
Comercial e industrial	158.059.250	55,00 %	70.766.467	38,07 %	5.120.456	6,54 %	233.946.173	42,42 %
Crédito imobiliário	4.994.192	1,74 %	11.620.801	6,25 %	45.132.728	57,68 %	61.747.721	11,19 %
Empréstimos a pessoas físicas	122.734.480	42,71 %	101.955.558	54,84 %	27.997.383	35,77 %	252.687.422	45,82 %
Leasing	1.578.949	0,55 %	1.564.656	0,84 %	11.283	0,01 %	3.154.887	0,57 %
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	287.366.871	100,00 %	185.907.482	100,00 %	78.261.850	100,00 %	551.536.203	100,00 %

Em milhares de Reais	2024		2023	
Por Vencimento				
Menos de 1 ano		320.774.167		287.366.871
Entre 1 a 5 anos		199.768.489		185.907.482
Mais de 5 anos		79.145.188		78.261.850
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto		599.687.844		551.536.203
Por classificação interna de risco				
Baixo		454.224.878		408.973.258
Médio-baixo		95.687.016		87.232.484
Médio		15.804.991		16.643.774
Médio-alto		12.180.529		13.238.069
Alto		21.790.430		25.448.618
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto		599.687.844		551.536.203

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Perdas por redução ao valor recuperável

As tabelas a seguir apresentam as reconciliações dos saldos inicial e final da estimativa de perdas por categoria de instrumento financeiro. Os termos perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil e perdas por redução ao valor recuperável são explicados na nota de práticas contábeis.

As variações nas provisões para as perdas por redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" são as seguintes:

Em milhares de Reais	2024			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
	Perdas de crédito esperadas em 12 meses	Perdas de crédito esperadas durante vida útil não sujeitas a redução ao valor recuperável	Perdas de crédito esperadas durante a vida útil sujeitas a redução ao valor recuperável	
Saldo no início do exercício	3.551.060	5.809.160	25.791.851	35.152.071
Perdas por não-recuperação contra o resultado	3.596.815	4.407.546	17.969.153	25.973.514
Transferências entre estágios	(1.090.735)	2.055.390	17.064.748	18.029.403
Movimentação do período	4.687.550	2.352.156	904.405	7.944.111
Sendo:				
Comercial e industrial	325.319	810.188	4.894.190	6.029.697
Crédito imobiliário - construção	(153.110)	135.523	265.825	248.238
Empréstimos a pessoas físicas	3.423.858	3.460.624	12.796.319	19.680.801
Leasing	747	1.210	12.821	14.778
Movimentação por estágio	(2.941.647)	(4.780.338)	7.721.985	-
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	-	-	(25.401.779)	(25.401.779)
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	(7.447.925)	(7.447.925)
Crédito imobiliário - construção	-	-	(76.697)	(76.697)
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	(17.875.232)	(17.875.232)
Leasing	-	-	(1.925)	(1.925)
Variação Cambial	(22.575)	(12.176)	(20.148)	(54.899)
Saldo no final do exercício	4.183.653	5.424.192	26.061.062	35.668.907
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.047.725	5.369.369	24.180.836	33.597.930
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	1.421	-	-	1.421
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	134.507	54.823	1.880.226	2.069.556
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	-	-	993.906	993.906
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	49.838	49.838
Crédito imobiliário - construção	-	-	396.276	396.276
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	542.986	542.986
Leasing	-	-	4.806	4.806
Desconto Concedido	-	-	(3.504.422)	(3.504.422)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2023			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
	Perdas de crédito esperadas em 12 meses	Perdas de crédito esperadas durante vida útil não sujeitas a redução ao valor recuperável	Perdas de crédito esperadas durante a vida útil sujeitas a redução ao valor recuperável	
Saldo no início do exercício	2.885.197	6.861.458	25.464.248	35.211.623
Perdas por não-recuperação contra o resultado	2.957.616	5.934.927	17.651.545	26.544.088
Transferências entre estágios	(825.063)	2.168.360	14.224.243	15.567.540
Movimentação do período	3.782.679	3.766.567	3.427.302	10.976.548
Sendo:				
Comercial e industrial	923.079	962.933	4.922.975	6.808.987
Crédito imobiliário - construção	(43.573)	(190.714)	577.993	343.706
Empréstimos a pessoas físicas	2.072.745	5.165.671	12.150.872	19.389.288
Leasing	5.365	(2.962)	(296)	2.107
Movimentação por estágio	2.298.090	6.988.340	9.286.430	-
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	-	-	(26.626.574)	(26.626.574)
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	(7.137.059)	(7.137.059)
Crédito imobiliário - construção	-	-	(209.309)	(209.309)
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	(19.276.369)	(19.276.369)
Leasing	-	-	(3.837)	(3.837)
Variação Cambial	5.618	1.116	17.129	23.863
Saldo no final do exercício	3.551.059	5.809.160	25.792.779	35.152.998
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.462.526	5.766.166	24.330.376	33.559.068
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	7.764	-	-	7.764
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	80.769	42.994	1.462.403	1.586.166
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	-	-	1.381.879	1.381.879
Sendo:				
Comercial e industrial	-	-	946.029	946.029
Crédito imobiliário - construção	-	-	95.692	95.692
Empréstimos a pessoas físicas	-	-	337.722	337.722
Leasing	-	-	2.435	2.435
Desconto Concedido	-	-	(2.845.876)	(2.845.876)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2024	2023
Saldo no início do exercício	35.152.071	35.211.623
Perdas por não-recuperação contra o resultado	25.973.514	26.544.088
Sendo:		
Comercial e industrial	6.029.697	6.808.987
Crédito imobiliário - construção	248.238	343.706
Empréstimos a pessoas físicas	19.680.801	19.389.288
Leasing	14.778	2.107
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(25.401.779)	(26.626.574)
Sendo:		
Comercial e industrial	(7.447.925)	(7.137.059)
Crédito imobiliário - construção	(76.697)	(209.309)
Empréstimos a pessoas físicas	(17.875.232)	(19.276.369)
Leasing	(1.925)	(3.837)
Variação Cambial	(54.899)	23.863
Saldo no final do exercício	35.668.907	35.152.998
Sendo:		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	33.597.930	33.559.068
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (Nota 5)	1.421	7.764
Provisão de Instrumento de Dívidas (Nota 6)	2.069.556	1.586.166
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	993.906	1.381.879
Sendo:		
Comercial e industrial	396.276	946.029
Crédito imobiliário - construção	49.838	95.692
Empréstimos a pessoas físicas	542.986	337.722
Leasing	4.806	2.435

Considerando os valores reconhecidos em "Perdas por não-recuperação contra o resultado", "Recuperação de empréstimos baixados para prejuízo" e "Desconto Concedido", as "Perdas com ativos financeiros - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" totalizavam em 31 de dezembro de 2024, R\$ 28.484.030 (2023 - 28.008.086 e 2022 - 24.828.749).

Os saldos da estimativa de perdas por redução ao valor recuperável por setor devedor são os seguintes:

Em milhares de Reais	2024	2023
Comercial e industrial	10.512.903	11.931.131
Crédito imobiliário - Construção	589.884	418.342
Empréstimos a pessoas físicas	24.545.476	22.795.733
Leasing	20.644	7.792
Total	35.668.907	35.152.998

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros registrados como "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes", "Instrumento de Dívida" que estão classificados como custo amortizado e classificados como não recuperáveis (conforme definição descrita na **nota 1.h**) devido a risco de crédito são os seguintes:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Saldo no início do exercício	39.886.905	39.223.835	26.923.312
Adições líquidas	30.069.416	30.393.982	31.920.565
Ativos baixados	(27.713.967)	(29.730.912)	(19.620.042)
Saldo no final do exercício	42.242.354	39.886.905	39.223.835

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros não recuperáveis, classificados por prazo de vencimento:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2024	2023
Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	23.183.630	21.703.718
Com saldos vencidos de:		
3 a 6 meses	5.591.700	4.806.604
6 a 12 meses	9.564.597	9.013.258
12 a 18 meses	2.018.442	2.499.491
18 a 24 meses	750.668	1.046.074
Mais de 24 meses	1.133.317	817.760
Total	42.242.354	39.886.905

Em milhares de Reais	2024	2023
Por setor devedor:		
Comercial e industrial	13.175.496	16.292.100
Crédito imobiliário - Construção	1.736.049	1.351.934
Empréstimos a pessoas físicas	27.283.775	22.239.229
Leasing	47.034	3.642
Total	42.242.354	39.886.905

e) Empréstimos vencidos há menos de 90 dias e não classificados como não recuperáveis nas datas indicadas

	2024	% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias	2023	% do total de empréstimos vencidos há menos de 90 dias
Comercial, financeiro e industrial	7.439.903	25,97%	5.319.746	21,81%
Crédito imobiliário - Construção	6.046.747	21,11%	5.142.110	21,09%
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	15.123.824	52,79%	13.898.143	56,99%
Leasing financeiro	37.325	0,13%	27.284	0,11%
Total(1)	28.647.799	100,00%	24.387.283	100,00%

(1) Refere-se exclusivamente a empréstimos entre 1 e 90 dias.

f) Arrendamento mercantil

Abertura por vencimento

Investimento bruto nas operações de arrendamento mercantil

Em milhares de Reais	2024	2023
Vencidas	8.581	875
A Vencer:		
Até 1 ano	1.456.825	2.076.223
De 1 a 5 anos	2.294.813	1.451.931
Acima de 5 anos	26.684	21.401
Total	3.786.903	3.550.430

g) Transferência de ativos financeiros com retenção de riscos e benefícios

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo registrado em “Empréstimos e adiantamentos a clientes” referente a operações cedidas é de R\$21.024 (2023 - R\$26.696) e R\$ 19.740 (2023 – R\$25.497) de “Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos” (nota 20).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- contratos inadimplentes por um período de superior a 90 dias consecutivos;
- contratos objeto de renegociação;
- contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- contratos objeto de interveniência.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Ativos não correntes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e de 2022, o valor total dos ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis. A variação da rubrica "Ativos não correntes mantidos para venda" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Saldo no início do exercício	1.097.212	909.546	1.065.420
Execuções de empréstimos - retomada de bens	691.020	591.126	201.391
Aumento de Capital em Sociedades mantidas para Venda	25.826	44.079	56.512
Alienações	(667.668)	(447.539)	(413.777)
Saldo no final do exercício, bruto	1.146.390	1.097.212	909.546
Provisão para perdas por não recuperação ("impairment") (1)	(104.117)	(183.140)	(210.410)
Provisão como percentual dos ativos executados	9,08%	16,69%	23,13%
Saldo no final do exercício	1.042.273	914.072	699.136

(1) Em 2024, inclui o montante de R\$47.381 (2023 – R\$76.321 e 2022 - R\$196.649) de reversão de provisões para desvalorizações sobre imóveis, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada, contabilizada como provisão para perdas por não recuperação ("impairment").

11. Participações em coligadas e controle em conjuntoControle conjunto

O Banco Santander e suas controladas consideram os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			2024	2023
Controle conjunto do Banco Santander				
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (1)(2)	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito (1)	Birô de Crédito	Brasil	15,56%	15,56%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Hyundai Corretora de Seguros	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Controlada da Webmotors S.A.				
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	Brasil	51,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	Brasil	66,67%	66,67%
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.				
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.				
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Controlada da Tbnet				
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	Brasil	100,00%	100,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Núclea S.A.	Outras Atividades	Brasil	17,53%	17,53%
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (3)	Benefícios	Brasil	20,00%	—%
Santander Auto S.A.	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros				
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	Outras Atividades	Brasil	18,98%	18,98%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	Outras Atividades	Brasil	20,00%	20,00%
Biomax - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras Atividades	Brasil	16,66%	16,67%
Webmotors S.A.	Outras Atividades	Brasil	30,00%	30,00%

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Investimentos	
	2024	2023
Controle conjunto do Banco Santander	644.426	548.339
Banco RCI Brasil S.A.	591.951	491.623
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	387	209
Gestora de Inteligência de Crédito	52.088	56.507
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.307	1.607
Hyundai Corretora de Seguros	2.307	1.607
Influência Significativa do Banco Santander	2.422.571	540.684
Núcleo S.A.	306.521	503.922
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (3)	2.059.643	-
Santander Auto S.A.	56.407	36.762
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	570.872	519.150
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN (1)	248.951	246.083
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	41.027	42.565
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	2.923	3.585
Webmotors S.A.	277.971	226.917
Total	3.640.176	1.609.780

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/12/2024 a posição de 30/11/2024.

(2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista, ou seja, as decisões exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle".

(3) O saldo da operação de aquisição de participação na Pluxee inclui o seu investimento em sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") e ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura, conforme termos descritos na Nota 3.d

	Resultados de equivalência patrimonial		
	2024	2023	2022
Controle conjunto do Banco Santander	91.247	60.813	121.499
Banco RCI Brasil S.A.	95.674	66.229	84.214
Núcleo S.A.	-	-	50.607
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	(8)	20	43
Gestora de Inteligência de Crédito	(4.419)	(5.436)	(13.365)

	Resultados de equivalência patrimonial		
	2024	2023	2022
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	700	353	52.079
Webmotors S.A.	-	-	52.085
Hyundai Corretora de Seguros	700	353	(6)
Influência Significativa do Banco Santander	184.987	128.414	12.544
Núcleo S.A.	106.160	109.223	-
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	53.039	-	-
Santander Auto S.A.	25.788	19.191	12.544
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros	36.052	49.656	13.057
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.868	2.435	11.540
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	-	1.925	1.021
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	(1.538)	2	496
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	(5.663)	(1.415)	-
Webmotors S.A.	40.385	46.709	-
Total	312.986	239.236	199.179

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2024		
	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	14.064.120	13.920.211	212.082
Banco RCI Brasil S.A.	12.806.942	12.663.035	239.839
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	1.784	1.783	1
Gestora de Inteligência de Crédito	1.255.393	1.255.393	(27.759)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.003.077	3.034.120	(31.043)
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.752.924	2.755.450	(2.526)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	7.152	5.753	1.399
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	211.773	211.538	235
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	31.228	61.379	(30.151)
Influência Significativa do Banco Santander	11.442.660	10.558.737	883.923
Núcleo S.A.	2.779.787	2.212.634	567.153
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	8.240.021	7.974.827	265.194
Santander Auto S.A.	422.852	371.276	51.576
Influência Significativa da Corretora de Seguros	634.889	510.446	124.443
Webmotors S.A.	634.889	510.446	124.443
Total	29.144.746	28.023.514	1.189.405

	2023		
	Ativo	Passivo	Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	12.806.907	12.739.895	67.012
Banco RCI Brasil S.A.	11.547.631	11.442.688	104.943
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	1.784	1.783	1
Gestora de Inteligência de Crédito	1.257.492	1.295.424	(37.932)
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	3.066.701	3.048.870	17.830
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	2.815.300	2.795.143	20.156
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	5.246	4.540	707
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A	219.149	213.693	5.455
BIOMAS – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	27.006	35.494	(8.488)
Influência Significativa do Banco Santander	3.614.898	3.028.583	586.315
Núcleo S.A.	3.298.189	2.750.256	547.933
Santander Auto S.A.	316.709	278.327	38.382
Influência Significativa da Corretora de Seguros	485.398	366.626	118.772
Webmotors S.A.	485.398	366.626	118.772
Total	19.973.904	19.183.974	789.929

O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Variação

As variações no saldo desse item nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram:

	2024	2023
Controle conjunto		
Saldo no início do exercício	878.944	1.320.129
Mudanças na participação societária	-	(386.437)
Adição/(alienação)	186	5.000
Baixas/ redução de capital	-	(2.667)
Resultados de equivalência patrimonial	91.947	83.304
Dividendos	(81.467)	(96.701)
Ajuste ao valor de justo	86.121	(43.684)
Saldo no final do exercício	975.731	878.944
Influência Significativa		
Saldo no início do exercício	730.836	407.441
Mudanças na participação societária	-	386.437
Resultados de equivalência patrimonial	221.039	155.932
Dividendos	(297.832)	(34.423)
Adição/Alienação (1)	2.011.369	54
Baixas/ redução de capital	(2.364)	(185.371)
Ajuste ao valor de justo	1.396	766
Saldo no final do exercício	2.664.444	730.836

(1) Operação de aquisição de participação na Pluxee Benefícios Brasil S.A.

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação dos investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos em 2024 e 2023.

d) Outras informações

Detalhes da principal empresa controlada em conjunto:

- Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

	2024	2023
	Banco RCI Brasil	Banco RCI Brasil
Ativo	12.276.584	11.124.080
Passivo	10.782.915	9.908.213
Caixa e equivalentes de caixa	336.955	314.601
Depreciação e Amortização	(1.937)	(1.628)
Receitas	736.066	625.436
Receitas com Juros	1.891.374	1.858.010
Despesas com Juros	(1.119.050)	(1.224.094)
Receita / (Despesa) com Imposto de renda	(139.420)	(128.590)
Passivo Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	4.698.162	3.854.007
Passivo não Circulante (excluindo Negociação, Outras Obrigações e Provisões)	6.084.753	6.054.206

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

12. Ativo imobilizado

Os ativos imobilizados do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não possui ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento e nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

a) Composição

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos imobilizados nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Custo	Terrenos e Edificações	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizados em Curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.644.882	7.896.258	3.266.685	1.870.381	4.075.464	110.171	19.863.841
Adições	440	450.877	130.696	29.535	138.179	105.267	854.993
Baixa	(47.160)	(516.980)	-	(133.840)	(650.968)	(394)	(1.349.343)
Cancelamento de contratos de arrendamento	-	-	(601.124)	-	-	-	(601.124)
Transferências	-	82.214	-	7.169	20.306	(109.690)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.598.162	7.912.368	2.796.257	1.773.245	3.582.982	105.354	18.768.368

Depreciação acumulada	Terrenos e Edificações	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Imobilizado de Arrendamento	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizados em Curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.033.630)	(5.386.398)	(1.873.759)	(1.427.031)	(3.052.923)	-	(12.773.741)
Adições	(84.982)	(831.244)	(390.712)	(89.836)	(189.503)	-	(1.586.278)
Baixa	39.899	429.930	527.577	115.207	504.441	-	1.617.053
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.078.712)	(5.787.712)	(1.736.894)	(1.401.660)	(2.737.986)	-	(12.742.965)

Perdas por não-recuperação ("impairment"):

Impacto no resultado	(502)	(447)	-	-	-	-	(949)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(4.537)	-	-	-	-	-	(4.537)
Impacto no resultado	1.034	-	-	-	-	-	1.034
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(3.503)	-	-	-	-	-	(3.503)

Valor Contábil

Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.606.716	2.509.860	1.392.926	443.350	1.022.541	110.171	7.085.564
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.515.947	2.124.656	1.059.363	371.584	844.995	105.354	6.021.900

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

b) Perdas por não recuperação

No período findo em 31 de dezembro de 2024 houve impacto de uma despesa de R\$ 14.720 de impairment (31/12/2023 – R\$4.984).

c) Compromisso de compra de ativos imobilizados

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco não possui valores compromissos contratuais para aquisição de ativo imobilizado.

13. Ativo intangível - Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IAS 36 o ágio é testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade (nota 2.n.i). O principal ágio do Banco, conforme quadro abaixo, é decorrente da aquisição do Banco Real e foi alocado de acordo com o segmento operacional (nota 44).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Para o exercício de 2024, apresentamos as premissas utilizadas e resultados obtidos nos testes de recuperabilidade dos principais ágios do Grupo:

	2024	Banco Real 2023
Principais premissas:		
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo (1)	4,5%	5,4%
Taxa de desconto antes de impostos (2)	20,8%	20,3%
Taxa de desconto (2)	13,6%	13,0%

	Em Dia 2024	Toro Corretora 2024
Principais premissas:		
Bases para determinação do valor recuperável	Valor em uso: fluxos de caixa	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo (1)	3,6%	3,6%
Taxa de desconto (2)	13,6%	15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Em milhares de reais	2024	2023
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.566	27.217.565
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	160.770	160.770
Em Dia Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	184.447	184.447
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)	62.800	62.800
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	32.590	32.590
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	21.304	41.324
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.381	16.381
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (Nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.)	-	5.271
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A.	9.777	9.777
Monetus Investimentos S.A.	39.919	39.919
Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.	39.589	39.589
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	42.135	42.135
FIT Economia de Energia S.A.	3.992	-
América Gestão Serviços em Energia S.A.	61.608	-
Total	27.892.878	27.852.568

Em milhares de reais	2024	2023
Saldo no início do exercício	27.852.568	27.889.327
Aquisições (baixas):		
Em Dia Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	-	(52.180)
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (Nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.)	(5.271)	-
Banco PSA Finance Brasil S.A.	-	(1.557)
FIT Economia de Energia S.A.	3.992	-
América Gestão Serviços em Energia S.A.	61.608	-
Outros	(20.019)	16.978
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	1	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	(20.020)	16.978
Saldo no final do exercício	27.892.878	27.852.568

Um teste quantitativo de recuperabilidade de ágio é realizado anualmente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No teste de recuperabilidade do ágio, efetuado considerando-se o cenário de dezembro de 2024, e cujas taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados, verificou-se que esses não resultaram em redução de valor por impairment.

Baseado nos testes efetuados, não foi identificado perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

14. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

Os detalhes, por categoria de ativo, dos outros ativos intangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

Custo	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.025.609	430.029	7.455.638
Adições	1.536.146	201.402	1.737.548
Baixas	(186.429)	(1.345)	(187.774)
Transferências	5.986	(38)	5.948
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.381.312	630.048	9.011.360
Adições	1.821.519	85.353	1.906.872
Baixas	(239.768)	(28.383)	(268.151)
Transferências	6.679	-	6.679
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.969.742	687.018	10.656.760
Adições	1.654.226	35.162	1.689.388
Baixas	(59.759)	(424.421)	(484.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.564.209	297.759	11.861.968
Amortização acumulada			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(4.208.942)	(275.283)	(4.484.225)
Adições	(651.724)	(73.735)	(725.459)
Baixas	40.085	2.991	43.076
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(4.820.581)	(346.027)	(5.166.608)
Adições	(712.984)	(186.350)	(899.334)
Baixas	34.231	48.714	82.945
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(5.499.334)	(483.663)	(5.982.997)
Adições	(1.079.186)	(65.554)	(1.144.740)
Baixas	10.862	388.541	399.403
Transferências	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(6.567.658)	(160.676)	(6.728.334)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Desenvolvimento de Tecnologia da Informação	Outros Ativos	Total
Perda por não-recuperação ("impairment") - TI			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(93.000)	(7.094)	(100.094)
Impacto no resultado (1)	(10.091)	(21.160)	(31.251)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(103.091)	(28.254)	(131.345)
Impacto no resultado (1)	(16.044)	(3.429)	(19.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(119.135)	(31.683)	(150.818)
Impacto no resultado (1)	(48.897)	-	(48.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(168.032)	(31.683)	(199.715)

Valor Contábil

Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.457.640	255.767	3.713.407
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.351.273	171.672	4.522.945
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.828.519	105.400	4.933.919

(1) Refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

As despesas com amortização foram incluídas no item "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023
Serviços de cobrança e pagamento:		
Outros valores a receber de clientes	1.909.055	1.853.699
Despesas antecipadas	1.204.673	1.272.342
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496
Ativo Atuarial (nota 21)	341.013	338.820
Outros recebíveis (1)	3.500.220	2.531.294
Total	6.955.457	5.996.651

(1) Corresponde, principalmente, a pagamento de prêmios da carteira de folha de pagamento.

16. Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos desses itens é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	158.565.482	118.511.957
Total	158.565.482	118.511.957
Tipo:		
Depósitos à vista (1)	858.846	5.100.220
Depósitos a prazo (2)	126.587.555	95.289.502
Operações compromissadas	31.119.081	18.122.235
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (3)	13.688	62.882
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	31.105.393	18.059.353
Total	158.565.482	118.511.957

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finape) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

Em milhares de Reais	2024	2023
Moeda:		
Real	46.181.480	43.195.827
Euro	8.739.945	-
Dólar norte-americano	101.701.923	71.924.538

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Outras moedas	1.942.134	3.391.592
Total	158.565.482	118.511.957

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação e tipo, do item “Depósitos de clientes” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	605.068.163	583.220.576
Total	605.068.163	583.220.576
Tipo:		
Depósitos à vista		
Contas correntes (1)	41.297.264	36.598.932
Cadernetas de poupança	57.369.286	58.075.460
Depósitos a prazo	425.286.952	390.497.032
Operações compromissadas	81.114.661	98.049.152
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	13.688.402	21.550.508
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	67.426.259	76.498.644
Total	605.068.163	583.220.576

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

A **nota 43-d** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.**18. Obrigações por títulos e valores mobiliários**

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023
Classificação:		
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	4.045.496	5.985.593
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	135.632.632	124.397.422
Total	139.678.128	130.383.015
Tipo:		
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	45.798.532	41.677.823
Eurobonds	19.851.326	13.612.088
Letras financeiras (2)	24.515.804	22.729.058
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	32.447.165	36.422.805
Letra Imobiliária Garantida - LIG (3)	17.065.301	15.941.241
Total	139.678.128	130.383.015

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034 (2023 - com prazo de vencimento entre 2024 e 2030).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034 (2023 - com prazo de vencimento entre 2024 e 2033).

(3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2035 (31/12/2023- com prazo de vencimento entre 2024 e 2035).

Indexadores	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Letras Financeiras	100% a 107% do CDI	—
	100% do IPCA	—
	Pré-fixadas: 6,42% a 16,38%	—
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	70% a 105,8% do CDI	—
	Pré-fixadas: 4,98% a 15,66%	—
Letras de Crédito Agronegócio - LCA	70% a 108% do CDI	—
	Pré-fixadas: 7,74% a 15,76%	—
Letra Imobiliária Garantida - LIG	80% a 106% do CDI	—
Eurobonds	—	Até 9% + CDI
	—	4,3% da SOFR

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A composição por moeda do saldo desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais			
Moeda:		2024	2023
Real		119.826.802	116.770.927
Dólar norte-americano		19.851.326	13.612.088
Total		139.678.128	130.383.015

Moeda:		2024	2023
Real		11,4%	11,9%
Dólar norte-americano		6,1%	4,9%
Total		8,8%	8,4%

As variações no saldo "Obrigações por títulos e valores mobiliários" foram as seguintes:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Saldo no início do exercício	130.383.015	116.042.393	86.496.576
Emissões	39.541.342	75.404.958	60.583.109
Pagamentos	(33.038.049)	(63.400.960)	(39.154.639)
Juros	3.778.418	4.998.766	6.951.908
Varição cambial e outros	(986.598)	(2.662.142)	1.165.439
Saldo no final do exercício	139.678.128	130.383.015	116.042.393

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, nenhum desses instrumentos foram convertidos em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

A **nota 43-d** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado correspondentes em cada exercício.

A composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2024	2023
2021	2031	Até 9% + CDI	4.195.534	3.337.315
2022	2035	Até 9% + CDI	1.459.607	1.918.929
2023	2031	Até 9% + CDI	3.102.939	8.355.844
2024 (1)	2035	Até 9% + CDI	11.093.246	-
Total			19.851.326	13.612.088

(1) Inclui taxa SOFR

19. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Em milhares de Reais	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)	2024	2023
Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$ 1.250	7,250%	—	6.116.218
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov.-21	nov.-31	R\$ 5.300	CDI+2%	7.995.673	7.072.124
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez.-21	dez.-31	R\$ 200	CDI+2%	301.468	266.647
Letras Financeiras - Nível II (2)	out.-23	out.-33	R\$ 6.000	CDI+1,6%	6.949.991	6.171.978
Letras Financeiras - Nível I (3)	set.-24	sem prazo (perpétuo)	R\$ 7.600	CDI+1,4%	7.890.652	—
Total					23.137.784	19.626.967

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em 2021 e 2023 possuem opção de resgate e recompra.

(3) Letras Financeiras emitidas em setembro 2024 possuem opção de resgate e recompra, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 05 de março de 2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2024	2023	2022
Saldos no início do exercício	19.626.967	19.537.618	19.641.408
Emissão	7.600.200	6.000.000	-
Juros Nível I (1)	786.823	461.186	484.291
Juros Nível II (1)	1.736.383	1.464.586	379.103
Varição Cambial e Outros	1.051.377	(614.496)	(105.467)
Pagamento de juros - Nível I	(132.243)	(507.291)	(467.099)
Pagamento de juros - Nível II	-	(206.683)	(394.618)
Recompra	(7.531.723)	(6.507.953)	-
Saldo no final do exercício	23.137.784	19.626.967	19.537.618

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares" (Nota 32).

As Notes possuem as seguintes características comuns:

- (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
- (b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º(quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desse item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023
Cartões de crédito	52.876.437	54.169.518
Transações pendentes de liquidação (1)	23.951.903	7.685.564
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar	109.442	137.284
Contas de cobrança fiscal - tributos a recolher	1.545.784	1.208.245
Passivo associado à transferência de ativos (nota 9.g)	19.740	25.497
Outros passivos financeiros	673.873	1.567.476
Total	79.177.179	64.793.584

(1) Inclui operações a liquidar com a B3 S.A. e ordens de pagamento em moeda estrangeira.

21. Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de provisões para fundo de pensões e obrigações similares totalizou R\$1.364.437 (2023 - R\$2.543.504 e 2022 - R\$1.775.202).

I. Plano de pensão complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Os planos de benefícios definidos e variáveis administrados pela entidade Banesprev são: Plano I, Plano II, Plano III, Plano IV, Plano V, Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão – Pré 75, Plano Sanprev I, Plano Sanprev II, Plano Sanprev III, DCA, DAB e CACIBAN. Todos os planos estão fechados para novas adesões.

• Ex-Empregados do Banespa

A ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa), pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA, teve uma decisão final desfavorável ao Banco Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmada uma transação entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. Até 23 de agosto de 2024 (conclusão do prazo de adesão), aproximadamente 90% dos beneficiários elegíveis formalizaram suas adesões à referida transação, que, posteriormente, foram homologadas por decisão judicial, sendo que os respectivos processos judiciais individuais serão extintos. O Banco Santander registrou obrigação referente aos valores efetivamente devidos para o pagamento da transação. Os valores devidos referente às parcelas liquidadas até a presente data, equivalente a R\$ 2.187 milhões, foram aportados pelo Banco Santander nos respectivos planos administrados pelo Banesprev, responsável pela administração dos planos de previdência complementar e pelo pagamento da transação aos respectivos beneficiários. As parcelas remanescentes serão aportadas ao Banesprev até maio de 2026 (nota 24), atualizadas de acordo com o critério e com o índice de reajuste dos benefícios previstos no regulamento dos planos aos quais cada titular esteja vinculado.

Os demais processos individuais, cujos beneficiários não aderiram à referida transação, estão pendentes de decisão final a respeito das questões jurídicas controvertidas, as quais serão dirimidas quando do julgamento do IRDR e da ADPF.

• Sanprev – Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

• Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 62.076 (2023 – R\$54.774 e 2022 – R\$58.960).

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 32.505 (2023 – R\$29.348 e 2022 – R\$22.068).

II. Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade. Os planos administrados pela entidade são:

- Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi);
- Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares).

Aposentados pela Bandeprev:

Plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores Saúde:

Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do diretor, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para aposentados (Seguros de Vida):

Concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida):

Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Assistência Médica Fundação Sudameris:

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

• Método de avaliação

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos	2024		2023		2022	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Actuarial	10,6%	10,5%	8,7%	8,7%	9,44% ¹ e 9,64%	9,46% ² e 9,64%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,6%	10,5%	8,7%	8,7%	9,44% ¹ e 9,64%	9,46% ² e 9,64%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A	3,5%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev Planos II, V e Pré75

(2) Cabesp

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido e abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas de 2024 e dos últimos 2 anos é a seguinte:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Custos dos serviços correntes (Nota 39)	26.241.550	24.106.720	26.503.960	5.130.333	4.588.664	5.123.868
Custos dos serviços correntes (Nota 39)	586	(911)	1.432	5.694	4.903	5.015
Custo dos juros	2.247.577	2.188.015	2.175.565	438.944	429.103	427.484
Benefícios pagos	(4.721.231)	(2.487.932)	(3.269.089)	(489.818)	(448.912)	(398.149)
Perdas (ganhos) atuariais	(1.040.157)	2.433.313	(1.347.974)	(395.757)	556.575	(569.554)
Outros	268.045	2.345	42.826	—	—	—
Valor presente das obrigações no fim do exercício	22.996.370	26.241.550	24.106.720	4.689.396	5.130.333	4.588.664
Menos:						
Valor justo dos ativos do plano (1)	26.158.640	27.328.362	27.316.715	5.008.751	5.570.353	4.945.407
Ativos não reconhecidos (1)	(3.617.497)	(2.649.505)	(4.141.741)	(877.078)	(1.082.010)	(907.430)
Provisões -líquidas	455.228	1.562.694	931.746	557.724	641.990	550.687

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Total de provisões para fundos de pensões, líquidas	1.023.424	2.204.684	1.482.433			
Sendo:						
Provisões atuariais	1.364.437	2.543.504	1.775.202			
Ativos atuariais (nota 15) (1)	341.013	338.820	292.770			
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(1.200.878)	(99.752)	(950.298)	(772.305)	387.599	(399.946)
Experiência do Plano	(2.343.241)	(585.676)	(739.281)	(416.984)	(171.107)	(10.858)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	3.347.376	(1.652.752)	2.087.825	770.940	(419.306)	580.286
Mudanças em Hipóteses Demográficas	—	(178.125)	(174)	41.519	33.838	126
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	1.004.135	(2.416.553)	1.348.370	395.475	(556.575)	569.554
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(1.183.609)	(127.052)	(962.916)	(771.685)	387.599	(403.979)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	(1.183.609)	(127.052)	(962.916)	(771.685)	387.599	(403.979)
Mudança no Superávit / Déficit Irrecuperável	(704.716)	1.801.693	(82.891)	304.272	(89.852)	(254.205)

(1) Refere-se aos planos superavitários Banesprev I e III, Sanprev I,II e III e Bandeprev.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Resultado						
Despesas de pessoal - Custos dos serviços correntes (nota 39)	586	(911)	1.432	5.694	4.903	5.015
Receitas e Despesas com juros e similares - Custo dos juros (líquido) (notas 31 e 32)	(115.866)	(198.288)	2.175.565	(52.667)	(42.656)	427.484
Receitas e Despesas com juros e similares - Juros sobre ativo não reconhecido (notas 31 e 32)	273.924	308.381	(2.064.384)	99.728	84.729	(382.028)
Outros movimentos - Encargos Extraordinários	(67)	(280)	41.546	—	(91)	31
Total	158.577	108.902	154.159	52.755	46.885	50.502

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

	Planos pós-emprego			Outras obrigações similares		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	27.328.362	27.316.715	28.321.826	5.570.354	4.945.407	5.096.263
Receitas (Despesas) com Juros	2.363.706	2.386.330	2.477.872	491.611	471.759	449.758
Remensuração – Ganho (perda) real nos ativos atuariais excluindo as despesas com juros (líquidas)	(1.200.878)	(99.752)	(950.298)	(772.305)	387.599	(399.946)
Contribuições	2.388.681	212.719	750.690	177.614	173.335	164.876
Sendo:						
Pelo Banco	2.386.461	210.367	747.913	177.614	173.335	164.876
Por participantes do plano	2.220	2.352	2.777	-	-	-
Benefícios pagos	(4.721.231)	(2.487.650)	(3.269.258)	(458.523)	(407.746)	(365.544)
Variações cambiais e outros itens	-	-	(14.117)	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	26.158.640	27.328.362	27.316.715	5.008.751	5.570.354	4.945.407

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2024		2023		Sensibilidade 2022	
	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações	Custo do Serviço Corrente e Juros	Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros						
(+)0,5%	(23.750)	(231.019)	(27.627)	(346.439)	(22.524)	(240.984)
(-)0,5%	25.895	251.828	24.768	266.243	24.802	265.351
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral						
Aplicada (+) 2 anos	(48.858)	(475.167)	(50.263)	(611.723)	(42.586)	(455.624)
Aplicada (-) 2 anos	50.445	490.605	48.527	544.105	45.310	484.763
Custo Assistência Médica						
(+)0,5%	28.376	275.982	26.968	291.763	29.297	313.438
(-)0,5%	(26.451)	(257.258)	(30.133)	(376.538)	(27.104)	(289.978)

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos pós-emprego		Outras obrigações similares	
Planos	Duração (Média em Anos)	Planos	Duração (em Anos)
Banesprev	7,75	Cabesp	10,44
Sanprev	7,17	Bandepe	8,64
Bandeprev	5,65	Clínica Grátis	8,22
SantanderPrevi	5,36	Diretores Vitalícios	6,2
CACIBAN / DAB / DCA	5,41 / 4,61 / 4,9	Diretores Saúde	22,6
		Circulares	7,98 / 7,36
		Seguro de Vida	4,75

22. Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Obrigações e Provisões" é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023
Obrigações para fundos de pensões e obrigações similares (Nota 21)	1.364.437	2.543.504
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	9.612.493	8.930.277
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores (nota 15)	496	496
Processos judiciais e administrativos	9.065.853	8.457.667
Sendo:		
Cíveis	3.330.621	2.888.359
Trabalhistas	2.946.482	3.277.476
Fiscais e Previdenciárias	2.788.750	2.291.832
Provisões para compromissos contingentes (Nota 22.b.1)	440.113	382.485
Provisões diversas	106.031	89.629
Total	10.976.930	11.473.781

b) Variações

As variações no saldo de "Obrigações e Provisões" foram as seguintes:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2024		
	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	2.543.504	8.930.277	11.473.781
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	205.119	—	205.119
Despesas com pessoal (nota 39)	6.280	—	6.280
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	(24)	4.537.708	4.537.684
Outros Resultados Abrangentes	736.938	—	736.938
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	—	57.628	57.628
Pagamentos a fundos externos (2)	(2.417.724)	—	(2.417.724)
Valor pago	—	(3.913.120)	(3.913.120)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	24.452	—	24.452
Transferências, variações cambiais e outras variações	265.892	—	265.892
Saldo no final do exercício	1.364.437	9.612.493	10.976.930
			2023
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	1.775.202	7.339.941	9.115.143
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	154.499	-	154.499
Despesas com pessoal (nota 39)	3.788	-	3.788
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	(89)	4.472.411	4.472.322
Outros Resultados Abrangentes	834.702	-	834.702
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	-	(47.999)	(47.999)
Pagamentos a fundos externos	(251.467)	-	(251.467)
Valor pago	-	(2.834.076)	(2.834.076)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	26.869	-	26.869
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	-	-
Saldo no final do exercício	2.543.504	8.930.277	11.473.781
			2022
Em milhares de Reais	Fundos de Pensões (1)	Outras Provisões	Total
Saldo no início do exercício	2.728.126	8.876.356	11.604.482
Adições debitadas ao resultado:			
Receitas e Despesas com juros e similares	156.637	-	156.637
Despesas com pessoal (nota 39)	6.447	-	6.447
Constituições / Reversões e Atualizações de provisões	40.470	1.652.562	1.693.032
Outros Resultados Abrangentes	(401.147)	-	(401.147)
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	-	(477.543)	(477.543)
Pagamentos a fundos externos	(783.187)	-	(783.187)
Valor pago	-	(2.713.474)	(2.713.474)
Transferência para Outros Ativos - Ativo Atuarial (Nota 15)	27.856	-	27.856
Transferências, variações cambiais e outras variações	-	2.040	2.040
Saldo no final do exercício	1.775.202	7.339.941	9.115.143

(1) Para maiores informações, consultar a nota 21. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares.

(2) Variação majoritariamente decorrente da AFABESP. (Nota 21)

b.1) Provisões para compromissos contingentes

Conforme **nota 1.iv**, o IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizada a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avaliado não cumprir com suas obrigações contratuais. Abaixo consta a movimentação dessas provisões no exercício de 2024, 2023 e 2022.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Saldo no início do exercício	382.485	430.484	908.027
Constituição / Reversão de provisões para compromissos contingentes	57.628	(47.999)	(477.543)
Saldo no final do exercício	440.113	382.485	430.484

c) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

c.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.167 milhões (31/12/2023 - R\$ 1.099 milhões) no Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 142 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 138 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras – R\$ 366 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 379 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **nota 22 c.4.**

c.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

c.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

c.4) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 35.834 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R\$ 34.829 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 31 de dezembro de 2024, o valor envolvido é de R\$2.225 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$9.804 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 3.635 milhões.

Compensação Não Homologada – o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$6.524 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 1.092 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 2.522 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº14.689/2023 (voto de qualidade). Será movida ação judicial para a parcela remanescente. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 837 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 573 milhões.

IRRF – Remessa Exterior – A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2024, o valor era de aproximadamente R\$ 1.109 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$459 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPM – Ação coletiva ajuizada pela Afabesp pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. Inicialmente a ação foi julgada desfavoravelmente ao Banco Santander que recorreu desta decisão inicial e em 23 de agosto de 2024, foi julgado favorável ao Banco Santander. Desta nova decisão, em 30 de agosto de 2024, a AFABESP opôs Embargos de Declaração que estão pendentes de julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$ 3.249 milhões no Consolidado, tendo como principal processo:

Ação Indenizatória Referente à Serviços de Custódia prestadas pelo Banco Santander. O processo está em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

23. Ativos e passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Resultado Operacional antes da tributação	19.190.228	11.921.651	19.574.727
Alíquota (25% de imposto de renda e 20% contribuição social) (3)	(8.635.601)	(5.364.743)	(8.890.954)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) (1)	(3.258.281)	(3.789.866)	(3.629.609)
Não tributável/Não dedutível:			
Equivalência patrimonial	140.870	108.380	3.880
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2)	1.345.411	1.016.111	1.161.311
Ajustes:			
Constituição (Reversão) de IR/CS sobre diferenças temporárias	(224.038)	127.166	312.227
Juros sobre o Capital Próprio	2.589.128	2.660.040	2.361.830
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (3)	1.441.329	684.133	715.075
Outros ajustes	824.718	2.135.940	2.730.988
Imposto sobre a renda	(5.776.465)	(2.422.839)	(5.235.252)
Sendo:			
Impostos correntes	(6.193.804)	(7.962.995)	(4.597.818)
Impostos diferidos	417.339	5.540.156	(637.434)
Impostos pagos no exercício	(5.423.514)	(5.892.511)	(6.077.436)

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(2) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que são diferenças permanentes.

(3) No Consolidado consideramos as diferenças de alíquotas de CSLL de 9% (empresas não financeiras), 15% (empresas Financeiras) e 20% (Bancos).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determinou que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal ainda distinto para os tributos PIS e COFINS, de tais diferenças cambiais, resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

	2024	2023	2022
Variações cambiais (líquidas)			
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	13.627.778	(3.281.452)	(2.643.931)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros			
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	(14.292.394)	3.444.617	2.773.337
Impostos sobre a renda			
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge- PIS/COFINS	664.616	(163.165)	(129.406)
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge- IR/CS	-	-	-

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Resultado Operacional antes da tributação	19.190.228	11.921.652	19.574.727
Imposto sobre a renda	(5.776.465)	(2.422.839)	(5.235.252)
Alíquota efetiva	30,10%	20,32%	26,74%

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco tem registrado os seguintes valores diretamente no patrimônio líquido:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	339.389.357	139.356.609	4.853.421
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	333.401.042	136.550.936	2.061.631
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	2.607.676	223.487	758.045
Avaliação de hedge de investimento	562.353	562.353	562.352
Avaliação de plano de benefício definido	2.818.286	2.019.833	1.471.393
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	(346.808.871)	(140.799.732)	(1.474.107)
Avaliação de títulos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(335.837.710)	(133.417.362)	(1.465.965)
Avaliação de hedge de fluxo de caixa	(2.628.353)	(430.444)	-
Avaliação de hedge de investimento	(1.421.361)	(1.421.361)	-
Avaliação de plano de benefício definido	(6.921.447)	(5.530.565)	(8.142)
Total	(7.419.514)	(1.443.123)	3.379.314

Refere-se a impostos diferidos reconhecidos no patrimônio líquido derivados de diferenças temporárias contabilizadas no patrimônio líquido.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos dos itens “Ativos fiscais diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” são:

Em milhares de Reais	2024	2023
Ativos Fiscais Diferidos	48.223.877	43.445.704
Sendo:		
Diferenças temporárias(1)	42.737.528	37.877.300
Prejuízo fiscal	5.486.349	5.561.066
CSLL 18%	-	7.338
Total de ativos fiscais diferidos	48.223.877	43.445.704
Passivos fiscais Diferidos	5.689.440	3.699.432
Sendo:		
Depreciação excedente de bens arrendados	394.257	391.490
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	5.295.183	3.307.942
Total de passivos fiscais diferidos	5.689.440	3.699.432

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por não-recuperação (“impairment”) sobre empréstimos e valores a receber, provisões para processos judiciais e administrativos e ao efeito do valor justo de instrumentos financeiros.

As movimentações dos saldos dos itens “Ativos fiscais diferidos” e “Passivos fiscais diferidos” nos últimos três exercícios foram:

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor justo (1)	Outros (2)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Ativos Fiscais Diferidos	43.445.704	3.124.515	2.460.496	(806.838)	48.223.877
Diferenças temporárias	37.877.300	3.206.570	2.460.496	(806.838)	42.737.528
Prejuízo fiscal	5.561.066	(74.717)	—	—	5.486.349
CSLL 18%	7.338	(7.338)	—	—	—
Passivos fiscais diferidos	3.699.432	2.238.539	597.555	(846.086)	5.689.440
Diferenças temporárias	3.699.432	2.238.539	597.555	(846.086)	5.689.440
Total	39.746.272	885.976	1.862.941	39.248	42.534.437

Em milhares de Reais	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Ajuste no resultado	Ajustes ao valor justo (1)	Outros (2)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Ativos Fiscais Diferidos	38.607.588	5.720.657	(950.117)	67.576	43.445.704
Diferenças temporárias	33.086.551	5.673.290	(950.117)	67.576	37.877.300
Prejuízo fiscal	5.521.037	40.029	—	—	5.561.066
CSLL 18%	—	7.338	—	—	7.338
Passivos fiscais diferidos	3.642.000	169.844	(116.235)	3.823	3.699.432
Diferenças temporárias	3.642.000	169.844	(116.235)	3.823	3.699.432
Total	34.965.588	5.550.813	(833.882)	63.753	39.746.272

(1) Refere-se ao imposto reconhecido no patrimônio.

(2) Em 2024 refere-se, principalmente, ao net dos impostos diferidos no montante de R\$ 39.248 (2023 – R\$ 63.753) e 2022 – R\$(297.323), que possuem a mesma contraparte e prazo de realização.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos:

Ativos fiscais diferidos					Passivos fiscais diferidos	
Ano	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	CSLL 18%	Total	Diferenças temporárias	Total
2025	7.467.020	601.222	-	8.068.242	1.090.672	1.090.672
2026	7.516.111	30.649	-	7.546.760	1.073.259	1.073.259
2027	5.501.618	331.136	-	5.832.754	852.844	852.844
2028	4.748.573	791.529	-	5.540.102	838.550	838.550
2029	5.519.352	1.129.474	-	6.648.826	1.330.059	1.330.059
2030 a 2034	11.984.854	2.578.464	-	14.563.318	186.536	186.536
Após 2035	-	23.875	-	23.875	317.520	317.520
Total	42.737.528	5.486.349	-	48.223.877	5.689.440	5.689.440

24. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

Em milhares de Reais	2024	2023
Despesas provisionadas e receitas diferidas (1) (4)	3.542.200	3.768.139
Transações em andamento (3)	1.148.561	1.206.095
Provisão para pagamento com base em ações	278.707	368.434
Passivos por contratos de seguros	1.579.095	1.734.544
Outros (2)	6.835.316	11.937.018
Total	13.383.879	19.014.230

(1) Corresponde, principalmente, a pagamentos a efetuar - despesas com pessoal.

(2) Inclui Créditos por Recursos a Liberar como Taxas Administrativas, Valores a Pagar de Sociedades Ligadas e Fornecedores.

(3) Inclui principalmente valores a repassar às bandeiras de cartões de crédito (recursos em trânsito) e valores a liberar referentes às operações de créditos imobiliários.

(4) O montante inclui os efeitos da obrigação constituída em função da transação firmada entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos em 27 de junho de 2024. Vide detalhes na nota 21.

25. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos da rubrica Outros Resultados Abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstrações consolidadas do resultado abrangente até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das subsidiárias, participações em coligadas e empreendimentos conjunto são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

É importante observar que as demonstrações consolidadas do resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "Outros Resultados Abrangentes", como segue:

- Ajuste ao valor justo - Ganhos/(perdas): incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nessa rubrica, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.

- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de hedge: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio líquido, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de hedges de fluxo de caixa.

- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Nas demonstrações consolidadas do resultado abrangente os "Outros Resultados Abrangentes" são reconhecidos brutos, inclusive os valores relacionados às participações não controladoras, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Ativos Financeiros com efeito no Patrimônio Líquido

a.1) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes

Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes, inclui o montante líquido de mudanças não realizadas no valor justo de ativos classificados como mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (nota 6), líquidos de impostos.

A composição, por tipo de instrumento e origem geográfica do emissor, de ajustes de Outros Resultados Abrangentes – Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (IFRS 9) em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

Em milhares de Reais				2024
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor Justo
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	825.610	(4.604.296)	(3.778.686)	86.437.770
Títulos privados	2.043.223	(429.081)	1.614.142	5.621.137
Total	2.868.833	(5.033.377)	(2.164.544)	92.058.907

Em milhares de Reais				2023
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor Justo
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	2.533.250	(1.437.728)	1.095.522	58.841.921
Títulos privados	10.864	(568.948)	(558.084)	194.216
Total	2.544.114	(2.006.676)	537.438	59.036.137

Em milhares de Reais				2022
	Ganhos reconhecidos	Perdas reconhecidas	Ganhos/perdas reconhecidas líquidas	Valor Justo
Instrumentos de Dívida				
Títulos públicos	1.460.128	(2.544.087)	(1.083.959)	54.809.740
Títulos privados	428.640	(52.114)	376.526	582.438
Total	1.888.768	(2.596.201)	(707.433)	55.392.178

O Banco Santander avalia a cada divulgação ao mercado se há alguma evidência objetiva de que os instrumentos classificados como Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes (títulos de dívida) têm indícios de perda por não recuperação.

b) Hedge de Fluxo de Caixa

Outros Resultados Abrangentes - Hedge de Fluxos de Caixa inclui os ganhos ou perdas atribuíveis a instrumentos de hedge que se qualificam como hedges efetivos. Estes valores permanecerão sob esta rubrica até que eles sejam reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado, para os períodos que possuem efeito deste hedge (nota 8).

c) Hedge de investimentos no exterior e Ajustes de conversão de investimento no exterior

Outros Resultados Abrangentes - Hedges de investimentos líquidos em operações estrangeiras, inclui o montante líquido das mudanças no valor dos instrumentos que possuem hedge para os hedges de investimentos líquidos em operações no exterior. Em 2022, esse hedge foi descontinuado (nota 8.a.5).

Ajustes de conversão de investimentos no exterior, inclui o valor líquido das diferenças resultantes da transposição para Reais dos saldos das entidades consolidadas cuja moeda funcional não seja Reais (nota 2.a).

26. Participações de não-controladoras

"Participações não-controladoras" dizem respeito ao valor da parcela de lucro ou prejuízo atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a) Composição

O saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está detalhado a seguir:

Em milhares de Reais	2024	2023
Total de participações de não-controladoras	335.447	403.350
Rojo Entretenimento S.A.	11.226	8.165
Banco Hyundai Capital	324.819	268.859
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	—	(9.379)
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	—	112.023
Toro Investimentos S.A.	—	21.640
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	—	25
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	—	2.017
Fit Economia de Energia S.A.	(4.382)	—
América Gestão Serviços em Energia S.A.	3.784	—

Em milhares de Reais	2024	2023
Lucro atribuível às participações não-controladoras	48.257	49.499
Sendo:		
Banco PSA Finance Brasil S.A.	—	8.068
Rojo Entretenimento S.A.	977	697
Banco Hyundai Capital	61.493	50.530
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	(6.287)	(6.774)
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	—	(3.212)
Toro Investimentos S.A.	—	3.253
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	416	(1.785)
Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (Apê11)	—	(1.278)
Fit Economia de Energia S.A.	(7.272)	—
América Gestão Serviços em Energia S.A.	(1.070)	—

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica "Participações não-controladoras" está resumida no quadro a seguir:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Saldo no início do exercício	403.350	497.342	334.349
Incorporação/Aquisição	(112.710)	(134.214)	20.446
Dividendos pagos / Juros sobre o Capital Próprio	—	(6.790)	(7.432)
Aumento de Capital	—	—	66.957
Lucro atribuível às participações não-controladoras	48.257	49.499	52.382
Outros	(3.450)	(2.487)	30.640
Saldo no final do exercício	335.447	403.350	497.342

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária. Desta forma o capital social do Banco Santander Brasil passa a ser R\$65.000.000.000,00 (sessenta e cinco bilhões de reais).

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	2024			Ações - mil 2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	138.618	164.502	303.120	124.804	150.621	275.425
De Domiciliados no Exterior	3.680.077	3.515.334	7.195.411	3.693.891	3.529.215	7.223.106
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(19.452)	(19.452)	(38.904)	(27.193)	(27.193)	(54.386)
Total em Circulação	3.799.243	3.660.384	7.459.627	3.791.502	3.652.643	7.444.145

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.500.000	191,84	221,02	412,86	163,06	179,37	342,43
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	191,62	210,78	402,40	162,88	179,16	342,04
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	191,67	210,83	402,50	162,92	179,21	342,13
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.300.000	166,10	182,71	348,81	141,18	155,30	296,48
Dividendos intercalares (4)(5)	200.000	25,55	28,11	53,66	25,55	28,11	53,66
Total	6.000.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2024, pagos no dia 08 de fevereiro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2024, pagos no dia 15 de maio de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2024, pagos no dia 09 de agosto de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2024, pagos no dia 08 de novembro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2024.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2023

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75	388,98
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	192,03	211,23	403,26	163,22	179,55	342,77
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	192,07	211,28	403,35	163,26	179,58	342,84
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.120.000	143,42	157,76	301,18	121,91	134,10	256,00
Dividendos intercalares (4)(5)	380.000	48,66	53,53	102,19	48,66	53,53	102,19
Total	6.200.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023, pagos no dia 15 de maio de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de julho de 2023, pagos no dia 16 de agosto de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2023, pagos no dia 10 de novembro de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para equalização de dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do Capital Social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou na mesma data, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2024, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco Santander possuía 356.245.448 ações ordinárias e 384.049.858 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2024		2023	
	Quantidade		Quantidade	
	Units		Units	
Ações em Tesouraria no Início do Exercício	27.193		31.161	
Aquisições de Ações	2.770		1.272	
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(10.511)		(5.240)	
Ações em Tesouraria no Final do Exercício	19.452		27.193	
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 882.936	R\$ 1.105.012		
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	R\$ 1.771		
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 884.707	R\$ 1.106.783		
Custo/Cotação da Ação	Units		Units	
Custo Mínimo (*)	R\$ 7,55	R\$ 7,55		
Custo Médio Ponderado (*)	R\$ 27,46	R\$ 27,62		
Custo Máximo (*)	R\$ 49,55	R\$ 49,55		
Cotação da Ação	R\$ 24,93	R\$ 31,00		

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram em um ganho de R\$ 25.163 (2023 – ganho de R\$ 27.921), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

28. Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria.

	2024	2023	2022
Lucro atribuível à controladora	13.365.506	9.449.313	14.287.093
Lucro por Ação (em reais - R\$)			
Lucro Básico por 1.000 ações (em reais - R\$)			
Ações ordinárias	1.708,02	1.208,83	1.831,43
Ações preferenciais	1.878,82	1.329,71	2.014,57
Lucro líquido atribuído - Básico (em reais - R\$)			
Ações ordinárias	6.488.760	4.587.598	6.936.588
Ações preferenciais	6.876.746	4.861.715	7.350.505
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Básico			
Ações ordinárias	3.799.003	3.795.082	3.787.533
Ações preferenciais	3.660.144	3.656.223	3.648.674

b) Lucro por Ação Diluído

O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à Controladora pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o ano, excluindo o número médio de ações próprias detidas no ano e mantidas em tesouraria, incluindo o efeito diluidor potencial dos programas de remuneração de longo prazo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2024	2023	2022
Lucro atribuível à controladora	13.365.506	9.449.313	14.287.093
Lucro por Ação (em reais - R\$)			
Lucro Diluído por 1.000 ações (em reais - R\$) (1)			
Ações ordinárias	1.708,02	1.208,83	1.831,43
Ações preferenciais	1.878,82	1.329,71	2.014,57
Lucro líquido atribuído - Diluído (em reais - R\$) (1)			
Ações ordinárias	6.488.760	4.587.598	6.936.588
Ações preferenciais	6.876.746	4.861.715	7.350.505
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - Diluído			
Ações ordinárias	3.799.003	3.795.082	3.787.533
Ações preferenciais	3.660.144	3.656.223	3.648.674

(1) O preço de exercício dos programas de benefícios apresenta média, nos períodos apresentados, superior ao preço médio de mercado das ações, de modo a não ter o seu efeito diluível computado.

29. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (NTN-A), compromissadas, LCI Cancelável e em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Categoria	Tipo Ativo/Passivo	Técnica de valorização	Principais inputs não observáveis
Derivativos lineares	Fra de cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de Inflação	<i>Discounted cash flow</i>	Taxa de Cupom de IGPM
	Swap de taxa de juros	<i>Discounted cash flow</i>	Taxas pré-fixadas de longo prazo

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Derivativos não lineares	Opções de equities	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo IDI
	Opções de Moeda	Black&Scholes	Volatilidades Implícitas de longo prazo USD/BRL
Cash	Passivo de previdência	Modelo Atuarial	Taxa de Cupom de IGPM
	Títulos privados	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")
	Títulos públicos	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields") de NTN-C e TDA
Opções de Venda	Opções de venda	Discounted cash flow	Taxas de crescimento e taxas de desconto

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo.

	31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	90.905.041	132.973.627	7.123.218	231.001.886
Instrumentos de dívida	88.260.075	15.624.289	3.700.691	107.585.055
Instrumentos de patrimônio	2.644.966	296.834	27.023	2.968.823
Derivativos	-	39.468.524	707.294	40.175.818
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2.223.593	2.688.210	4.911.803
Reservas no Banco Central do Brasil	-	75.360.387	-	75.360.387
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	88.640.516	-	3.438.024	92.078.540
Instrumentos de dívida	88.620.903	-	3.438.004	92.058.907
Instrumentos de patrimônio	19.613	-	20	19.633
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	30.481	-	30.481
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	82.213.242	509.368	82.722.610
Derivativos	-	38.771.080	509.368	39.280.448
Posições vendidas	-	39.396.666	-	39.396.666
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	-	4.045.496	-	4.045.496
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	129.826	-	129.826

	31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	76.857.391	125.495.820	6.568.685	208.921.896
Instrumentos de dívida	74.213.933	6.115.373	3.961.886	84.291.192
Instrumentos de patrimônio	2.643.458	743.991	34.705	3.422.154
Derivativos	-	27.450.135	1.819.517	29.269.652
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2.288.135	752.577	3.040.712
Reservas no Banco Central do Brasil	-	88.898.186	-	88.898.186
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	54.822.917	1.618.535	2.610.638	59.052.090
Instrumentos de dívida	54.818.332	1.618.535	2.599.270	59.036.137
Instrumentos de patrimônio	4.585	-	11.368	15.953
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	25.069	-	25.069
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor justo no resultado	-	48.667.180	914.261	49.581.441
Derivativos	-	22.849.596	914.261	23.763.857
Posições vendidas	-	19.831.991	-	19.831.991
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	5.985.593	-	5.985.593
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	1.176.571	-	1.176.571

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o ano de 2024 e 2023 para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor Justo 31/12/2023	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/ não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2024
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6.568.685	(67.560)	(4.276.225)	4.898.318	7.123.218
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	2.610.638	(167.705)	(98.568)	1.093.659	3.438.024
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	914.261	(214.958)	(189.987)	52	509.368

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Valor Justo 31/12/2022	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências no e/ ou Fora do Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo 31/12/2023
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.652.114	(50.682)	1.093.895	1.873.358	6.568.685
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	1.503.441	30.764	1.090.459	(14.026)	2.610.638
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	233.762	(109.800)	384.082	406.217	914.261

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Ativo	31/12/2024				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	37.084.254	37.084.254	37.084.254	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	30.177.627	30.177.627	-	6.757.021	23.420.606
Empréstimos e adiantamentos a clientes	561.178.111	554.791.402	-	-	554.791.402
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	84.529.222	84.380.507	34.616.776	-	49.763.731
Reservas no Banco Central do Brasil	92.439.824	92.439.824	-	92.439.824	-
Total	805.409.038	798.873.614	71.701.030	99.196.845	627.975.739

Ativo	31/12/2023				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no mercado aberto	23.122.550	23.122.550	23.122.550	-	-
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	25.716.845	25.716.845	-	2.980.557	22.736.288
Empréstimos e adiantamentos a clientes	514.936.423	514.905.503	-	-	514.905.503
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Instrumentos de dívida	101.087.321	102.199.262	35.646.863	4.033.706	62.518.693
Reservas no Banco Central do Brasil	81.969.532	81.969.532	-	81.969.532	-
Total	746.832.671	747.913.692	58.769.413	88.983.795	600.160.484

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Passivo	31/12/2024				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos de instituições de crédito	158.565.482	158.565.482	—	35.608.595	122.956.887
Depósitos de clientes	605.068.163	605.831.373	—	81.663.106	524.168.267
Obrigações por títulos e valores mobiliários	135.632.632	137.664.088	—	—	137.664.088
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	23.137.784	23.137.784	—	—	23.137.784
Outros passivos financeiros	79.177.179	79.177.179	—	—	79.177.179
Total	1.001.581.240	1.004.375.906	—	117.271.701	887.104.205

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Passivo	31/12/2023				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos de instituições de crédito	118.511.957	118.511.957	-	21.632.841	96.879.116
Depósitos de clientes	583.220.576	582.530.160	-	97.165.180	485.364.980
Obrigações por títulos e valores mobiliários	124.397.422	124.265.003	-	-	124.265.003
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.626.967	19.626.967	-	-	19.626.967
Outros passivos financeiros	64.793.584	64.793.584	-	-	64.793.584
Total	910.550.506	909.727.671	-	118.798.021	790.929.650

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os spreads com base nos novos empréstimos são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

Depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

Obrigações por títulos e valores mobiliários – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – referem-se à transação integralmente pactuada com parte relacionada, no contexto do Plano de Otimização do Capital, cujo valor contábil é similar ao valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na **nota 2.e**.

A Administração revisitou os critérios atribuídos para classificação do nível do valor justo de ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, apresentados exclusivamente para fins de divulgação e concluiu que melhor se enquadram como nível 3 face aos dados observáveis de mercado.

30. Índices operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

Em milhares de Reais	2024	2023
Patrimônio de Referência Nível I	85.562,9	81.259,1
Capital Principal	77.547,6	75.042,8
Capital Complementar	8.015,3	6.216,3
Patrimônio de Referência Nível II	15.488,4	13.644,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	101.051,2	94.903,3
Risco de Crédito (1)	603.286,5	560.780,9
Risco de Mercado (2)	43.523,7	33.002,7
Risco Operacional	60.643,3	60.491,1
Total de RWA (3)	707.453,5	654.274,7
Índice de Basileia Nível I	12,09	12,43
Índice de Basileia Capital Principal	10,96	11,48
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	14,28	14,51

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAacva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

31. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do hedge. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2024, 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	17.990.483	13.807.832	10.202.362
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	2.992.514	2.234.602	2.722.311
Empréstimos e adiantamentos a clientes	75.859.217	81.330.804	73.596.047
Instrumentos de dívida	29.500.935	24.195.031	22.001.700
Planos de previdência (nota 21)	36.014	36.973	19.587
Outros juros	10.804.315	6.677.465	6.683.111
Total	137.183.478	128.282.707	115.225.118

32. Despesas com juros e similares

"Despesas com juros e similares" na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do hedge e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2024, 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Depósitos de instituições de crédito	8.905.425	9.828.381	6.736.736
Depósitos de clientes	58.469.742	48.543.885	38.508.954
Títulos de dívida e passivos subordinados :			
Obrigações por títulos e valores mobiliários (nota 18)	3.778.418	4.998.766	6.951.908
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (nota 19)	2.523.206	1.925.772	863.394
Planos de previdência (nota 21)	241.133	189.138	176.224
Outros juros (1)	6.586.994	15.912.731	14.484.725
Total	80.504.918	81.398.673	67.721.941

(1) É composto principalmente por Despesas com Juros de Operações Compromissadas

33. Receitas de instrumentos de patrimônio

A rubrica "Receitas de instrumentos de patrimônio" inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Títulos patrimoniais classificados como:			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	31.626	18.658	33.985
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	52.021	3.521	4.088
Total	83.647	22.179	38.073

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

34. Receitas de tarifas e comissões

A rubrica “Receitas de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	961.360	1.040.113	1.097.170
Contas à vista	2.965.171	2.940.423	2.917.271
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirentes	6.663.921	6.528.718	5.890.549
Cheques e outros	87.459	98.884	109.014
Ordens de pagamento	1.095.150	905.907	751.766
Total	11.773.061	11.514.045	10.765.770
Produtos financeiros de mercado não bancários:			
Fundos de investimento	573.929	510.695	568.455
Comissões de seguros e corretagem	4.183.116	3.646.974	3.524.201
Capitalização	622.573	712.660	803.052
Total	5.379.618	4.870.329	4.895.708
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	1.077.297	1.167.677	1.017.763
Negociação de títulos e valores mobiliários	329.009	291.167	325.960
Administração e custódia	984.656	898.058	704.936
Gestão de bens	418	1.645	890
Total	2.391.380	2.358.547	2.049.549
Outros:			
Cambiais	1.835.203	1.856.492	1.888.194
Garantias financeiras	884.711	757.770	678.908
Outros tarifas e comissões	1.401.014	1.097.595	959.594
Total	4.120.928	3.711.857	3.526.696
Total	23.664.987	22.454.778	21.237.723

35. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica “Despesas de tarifas e comissões” mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Tarifas e comissões designados a terceiros (1)	4.541.274	4.147.976	3.918.115
Outras tarifas e comissões	1.918.504	2.666.837	2.443.728
Total	6.459.778	6.814.813	6.361.843

(1) Composto, principalmente, por cartões de crédito.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

36. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (1)	(641.147)	3.440.830	4.801.086
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	(180.427)	(463.844)	(239.777)
Sendo: Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos de dívida	(105.789)	(42.405)	(42.552)
Instrumentos de patrimônio	(74.638)	(421.439)	(197.225)
Sendo: Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes			
Derivativos de hedge e outros	(537.100)	(247.467)	(407.973)
Total	(1.358.674)	2.729.519	4.153.336

(1) Inclui o hedge cambial da posição do Banco em Cayman (nota 23).

37. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais demonstram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Receitas com Variações Cambiais	121.821.934	104.400.557	170.221.459
Despesas com Variações Cambiais	(120.334.255)	(103.335.390)	(169.675.569)
Total	1.487.679	1.065.167	545.890

38. Outras Despesas Operacionais (Líquidas)

A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Outras receitas operacionais	1.135.725	714.363	885.774
Outras despesas operacionais	(1.172.124)	(866.732)	(1.238.328)
Contribuições Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(615.722)	(563.421)	(488.448)
Total	(652.121)	(715.790)	(841.002)

39. Despesas com pessoal**a) Composição**

A composição da rubrica "Despesas com pessoal" está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Remuneração direta	7.087.141	6.640.403	6.311.240
Encargos	1.692.382	1.654.056	1.431.129
Benefícios	1.753.478	1.659.195	1.602.744
Fundos de pensões de benefício definido (nota 21)	6.280	3.867	6.447
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	215.685	180.926	128.091
Remuneração com base em ações	294.088	163.695	39.876
Treinamento	68.043	61.686	59.832
Outras despesas de pessoal	480.899	450.098	317.636
Total	11.597.996	10.813.926	9.896.995

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Remuneração baseada em ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de seus instrumentos (ações/opções Locais e Globais). São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

b.1) Programa Local e Global

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício	01/01 a		01/01 a		01/01 a	
				31/12/2024		31/12/2023		31/12/2022	
		01/2024 a 12/2027	2026, 2027 e 2028	R\$	1.100.000 (1)	R\$	- (1)	R\$	- (1)
		01/2023 a 12/2026	2026		20.263 SANB11		15.637 SANB11		- SANB11
		01/2023 a 12/2026	2025 e 2026	R\$	750.000 (1)	R\$	750.000 (1)	R\$	- (1)
		01/2022 a 12/2025	2025		118.363 SANB11		118.363 SANB11		66.323 SANB11
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$	- (4)	R\$	- (4)	R\$	1.500.000 (4)
		01/2021 a 10/2024	2024	R\$	- (1)	R\$	18.270.000 (1)	R\$	23.490.000 (1)
Locais	Ações do Santander (Brasil)	09/2020 a 09/2022	2022		- SANB11		- SANB11		209.278 SANB11
		09/2020 a 09/2022	2024		- SANB11		217.291 SANB11 (2)		222.178 SANB11 (2)
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$	- (2)	R\$	- (2)	R\$	4.002.000 (2)
		01/2020 a 09/2023	2023		- SANB11		- SANB11		139.163 SANB11
		07/2019 a 06/2022	2022		- SANB11		- SANB11		111.066 SANB11
		07/2019 a 06/2022	2022		- SANB11		- SANB11		304.594 SANB11
		07/2019 a 06/2022	2024		- SANB11		292.537 SANB11 (2)		343.863 SANB11 (2)
		01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R\$	- (3)	R\$	- (3)	R\$	40.403 (3)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	2023	-	SAN (3)	80.412	SAN (3)	159.253	SAN (3)
	2023, com limite para exercício das opções até 2030	420.394	Op. Ações SAN (3)	420.394	Op. Ações SAN (3)	832.569	Op. Ações SAN (3)
	02/2024	117.601	SAN (4)	117.601	SAN (4)	124.184	SAN (4)
	02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029	183.840	Op. Ações SAN (4)	350.839	Op. Ações SAN (4)	370.477	Op. Ações SAN (4)
	2025	95.786	SAN (4)	95.786	SAN (4)	150.703	SAN (4)
	2025, com limite para exercício das opções até 2030	367.827	Op. Ações SAN (4)	367.827	Op. Ações SAN (4)	578.713	Op. Ações SAN (4)
	2026	175.476	SAN (4)	199.680	SAN (4)	199.680	SAN (4)
	2026, com limite para exercício das opções até 2033	472.469	Op. Ações SAN (4)	537.637	Op. Ações SAN (4)	537.637	Op. Ações SAN (4)
	2027	8.528	SAN (4)	9.095.000	SAN (4)	-	SAN (4)
	2027, com limite para exercício das opções até 2032	80.476	Op. Ações SAN (4)	-	Op. Ações SAN (4)	-	Op. Ações SAN (4)
	2028	2.411	SAN (4)	-	SAN (4)	-	SAN (4)
	2028, com limite para exercício das opções até 2033	9.888	Op. Ações SAN (4)	-	Op. Ações SAN (4)	-	Op. Ações SAN (4)
	12/2024, com pagamento em 2025	50.419	SANB11	-	SANB11	-	SANB11
	12/2025, com pagamento em 2026	70.346	SANB11	-	SANB11	-	SANB11
		R\$ 1.850.000	(1)	R\$ 19.020.000	(1)	R\$ 28.992.000	(1)
		-		9.095.000	Op. Ações SAN (4)	-	
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2024		259.391	SANB11	643.828	SANB11	1.436.867	SANB11
		-		293.799	Op. Ações SAN (4)	-	
		399.802	SAN (3) (4)	1.139.060	SAN (3) (4)	434.140	SAN (3) (4)
		1.444.530	SAN (3) (4)	106.147	SAN (3) (4)	1.781.759	SAN (3) (4)

(1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento. Ao longo de 2024, foram pagas 551.572 ações brutas e foi cancelado o montante de R\$ 1.820.000, pelo não atingimento dos indicadores de performance dos contratos.

(2) Planos de Incentivo de Longo Prazo finalizados, com 486.502 ações pagas e 23.326 ações canceladas ao longo de 2024.

(3) Plano finalizado com atingimento 100%. A parte equivalente à 80.412 ações foi paga em espécie em Mar/2024 (após o lockup) e 78.841 ações foram canceladas. As opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030, sendo que no período tivemos o cancelamento de 412.175 opções.

(4) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos locais e globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos 5 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções globais, com pagamento após um período de diferimento mínimo de três anos e liquidação do valor da venda dos ativos em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de €3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 07/01/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2033
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com vesting de 3 anos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao do pagamento do plano.

Ao final do período de vesting o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE..

Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Tipo de Liquidação	01/01 a	01/01 a	01/01 a
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Local	Ações do Santander (Brasil)	6.178	17.097	25.506
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	6.953	6.380	3.534

b.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a	01/01 a	01/01 a
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos	139.470	156.962	8.228
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	170.949	223.562	76.275

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

40. Outras Despesas Administrativas

a) Composição

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Imóveis, instalações e materiais	878.393	896.232	895.734
Tecnologia e sistemas	2.409.697	2.383.988	2.577.479
Publicidade	516.448	521.964	540.593
Comunicações	351.019	501.765	421.522
Ajudas de custo e despesas de viagem	201.195	163.057	72.647
Tributos exceto imposto sobre a renda	154.047	173.147	148.950
Serviços de vigilância e transporte de valores	474.477	524.680	548.759
Prêmios de seguros	25.311	26.783	21.977
Serviços técnicos especializados	2.413.970	2.397.149	2.228.715
Relatórios técnicos	409.138	512.257	425.767
Outros serviços técnicos e especializados	2.004.832	1.884.892	1.802.948
Outras despesas administrativas (1)	1.393.951	1.159.950	886.742
Total	8.818.508	8.748.715	8.343.118

(1) Em 31 de dezembro de 2024 é composto principalmente por Despesas com gastos com formalização de negócios R\$1.001.084 (2023 – R\$949.009 e 2022 - R\$926.119), Despesas de Processamento de Dados no saldo de R\$263.719 (2023 – R\$157.010 e 2022 - R\$155.326), Despesas de Serviços no saldo de R\$250.192 (2023 - R\$152.065 e 2022 - receita de R\$52.165), e Recuperação de Encargos e Despesas R\$558.296 (2023 – R\$304.025 e 2022 – R\$435.717).

b) Outras informações

O saldo dos “Relatórios técnicos” incluiu os honorários pagos pelas diferentes empresas do Consolidado aos respectivos auditores, com a seguinte composição:

Em milhares de Reais	2024	2023
Auditoria independente das demonstrações financeiras das empresas constantes no escopo da consolidação	29.987	27.100
Relacionados a Auditoria	588	300
Honorários de serviços tributários	105	215
Outros	1.980	2.885
Total	32.660	30.500

O valor aproximado dos tributos conforme lei 12.741/2012 totalizam R\$5.687 (2023 - R\$4.580).

41. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Ganhos	1.854.664	1.038.003	62.951
Alienação de tangíveis	84.633	114.159	62.951
Alienação de investimentos (1)	1.770.031	923.844	-
Perdas	(48.481)	(39.595)	(40.596)
Alienação de tangíveis	(48.481)	(33.956)	(40.596)
Alienação de investimentos	-	(5.639)	-
Total	1.806.183	998.408	22.355

(1) Em 2024 trata-se da operação de Parceria entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Pluxee International conforme termos descritos na Nota 3.d. Em 2023, resultados provenientes da venda de 40% da Webmotors conforme Nota 3.l.

42. Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Composição			
Constituição líquida de reversão de provisão de ativos não financeiros	79.024	29.707	47.130
Resultado na Alienação de ativos não financeiros	54.272	32.260	73.588
Despesas operacionais de ativos não financeiros	(27.260)	(16.772)	(11.591)
Total	106.036	45.195	109.127

43. Outras divulgações

a) Garantias e compromissos

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e permitam que estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Como exigido, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores notional que poderiam ser considerados como perda se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

Em milhares de Reais	2024	2023
Máximo valor potencial de pagamentos futuros		
Passivos contingentes		
Garantias e outras fianças	60.657.334	62.579.329
Garantias financeiras	33.246.872	44.891.226
Garantias de desempenho	1.903.656	1.994.311
Cartas de crédito financeiras	25.485.782	15.667.096
Outros	21.024	26.696
Outras exposições contingentes	3.730.419	3.091.932
Créditos de documentação	3.730.419	3.091.932
Total de passivos contingentes	64.387.753	65.671.261
Compromissos		
Compromissos de empréstimo resgatáveis (1)	205.309.683	177.455.391
Total de compromissos	205.309.683	177.455.391
Total	269.697.436	243.126.652

(1) Inclui os limites aprovados e não utilizados de cheque especial, cartão de crédito e outros.

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito (standby letter of credits) estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras standby e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

O registro das provisões para perdas por não recuperação referente à garantias e outras fianças (nota 9.c) é efetuado na rubrica Perdas com ativos financeiros (líquidas) na demonstração consolidada do resultado e seu cálculo está descrito na nota 2.i.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o prêmio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R\$ 300.711 (2023 - R\$282.613 e 2022 - R\$307.296).

b) Fundos geridos não registrados no balanço

O Banco Santander possui fundos sob gestão, os quais não possui participação significativa, não atua como "principal" e não possui participação acionária. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório. Ademais, o Banco atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal" (nota 2.w).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os fundos geridos pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

Em milhares de Reais	2024	2023
Fundos sob gestão(1)	134.133	11.871.919
Fundos administrados	242.717.969	291.736.828
Total	242.852.102	303.608.747

(1) Em 2024 ocorreu a migração da gestão dos fundos para Santander Asset.

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$51.196.827 (2023 - R\$80.174.807).

d) Vencimento residual

A composição, por vencimento, dos saldos dos Ativos Financeiros e Passivos Financeiros do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2024 Total
Ativo:							
Disponibilidades	15.131.969	21.952.285	-	-	-	-	37.084.254
Instrumentos de dívida	110.385	28.818.116	43.426.801	80.644.990	56.763.284	74.409.608	284.173.184
Instrumentos de patrimônio	2.117.553	571.818	198.961	100.124	-	-	2.988.456
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	41.763	6.746.688	4.400.946	12.206.990	6.157.811	623.429	30.177.627
Empréstimos e adiantamentos a clientes	38.842.391	149.527.493	112.549.440	147.550.348	68.790.302	48.829.940	566.089.914
Derivativos	22.753	17.117.638	588.359	18.411.051	1.701.330	2.365.168	40.206.299
Reservas no Banco Central do Brasil	167.800.211	-	-	-	-	-	167.800.211
Total	224.067.025	224.734.038	161.164.507	258.913.503	133.412.727	126.228.145	1.128.519.945
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito(1)	3.388.235	72.720.534	66.515.869	12.938.966	2.038.443	963.435	158.565.482
Depósitos de clientes(1)	227.425.242	184.353.360	87.235.595	46.521.772	59.474.729	57.465	605.068.163
Obrigações por títulos e valores mobiliários(1)	-	23.042.497	3.980.720	42.216.454	55.260.981	15.177.476	139.678.128
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	23.137.784	23.137.784
Outros passivos financeiros	1.121.506	20.529.202	7.482.333	37.652.435	12.377.824	13.879	79.177.179
Posições vendidas	-	972.415	2.728.931	5.637.952	11.872.654	18.184.714	39.396.666
Derivativos	-	4.506.806	5.611.956	12.539.932	1.652.110	15.099.470	39.410.274
Total	231.934.983	306.124.814	173.555.404	157.507.511	142.676.741	72.634.223	1.084.433.676
Diferença (ativo e passivo)	(7.867.958)	(81.390.776)	(12.390.897)	101.405.992	(9.264.014)	53.593.922	44.086.269

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	2023 Total
Ativo:							
Disponibilidades	9.213.539	13.909.011	-	-	-	-	23.122.550
Instrumentos de dívida	412.242	69.310.969	10.259.106	120.485.997	36.519.808	7.426.528	244.414.650
Instrumentos de patrimônio	2.768.129	365.129	155.528	149.321	-	-	3.438.107
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	54.683	7.259.224	4.100.331	13.974.320	320.376	7.911	25.716.845
Empréstimos e adiantamentos a clientes	24.033.838	130.798.304	120.472.284	136.237.815	56.969.138	49.465.756	517.977.135
Derivativos	27.780	7.346.217	874.329	17.727.138	1.035.989	2.283.268	29.294.721
Reservas no Banco Central do Brasil	170.867.718	-	-	-	-	-	170.867.718
Total	207.377.929	228.988.854	135.861.578	288.574.591	94.845.311	59.183.463	1.014.831.726
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito(1)	397.566	43.944.781	57.342.156	11.884.064	3.024.168	1.919.222	118.511.957
Depósitos de clientes(1)	73.434.602	248.146.746	105.182.508	99.181.326	53.188.713	4.086.681	583.220.576
Obrigações por títulos e valores mobiliários(1)	-	13.968.517	35.762.179	67.809.219	1.612.849	5.244.658	124.397.422
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	391.121	812.411	1.260.717	1.416.688	15.746.030	19.626.967
Outros passivos financeiros	1.492.807	15.473.357	3.863.003	43.925.800	38.617	-	64.793.584
Posições vendidas	-	722.785	1.672.459	3.182.266	2.741.410	11.513.071	19.831.991
Derivativos	-	4.344.309	4.013.055	12.858.091	1.674.379	2.050.594	24.940.428
Total	75.324.975	326.991.616	208.647.771	240.101.483	63.696.824	40.560.256	955.322.925
Diferença (ativo e passivo)	132.052.954	(98.002.762)	(72.786.193)	48.473.108	31.148.487	18.623.207	59.508.801

(1) Incluem obrigações que podem ter exigibilidade antecipada, sendo: depósitos à vista e a prazo, operações compromissadas com clientes, LCI e LCA.

e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

Valor equivalente em milhares de reais	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponibilidades	22.500.450	-	14.163.790	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	14.413.853	12.658.267	9.524.235	4.258.857
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	15.148.639	-
Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	105.973.276	174.910.624	76.408.125	133.451.264
Total	142.887.579	187.568.891	115.244.789	137.710.121

f) Outros Compromissos

O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional.

O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	2024	2023
Até 1 Ano	469.244	582.294
Entre 1 a 5 Anos	1.004.390	1.132.409
Mais de 5 Anos	139.324	734.431
Total	1.612.958	2.449.134

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$431 (2023 - R\$649) Correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento, reconhecidos como despesas no exercício de 2024, foram no valor de R\$256.371 (2023 - R\$326.745).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

44. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global (SCIB)

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

Em milhares de Reais	2024		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	51.563.173	5.115.387	56.678.560
Receitas de instrumentos de patrimônio	5.109	78.538	83.647
Resultado de equivalência patrimonial	259.321	53.665	312.986
Receitas líquidas de tarifas e comissões	14.943.536	2.261.673	17.205.209
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(1.487.662)	1.616.667	129.005
Outras receitas (despesas) operacionais	(479.848)	(172.273)	(652.121)
TOTAL DE RECEITAS	64.803.629	8.953.657	73.757.286
Despesas com pessoal	(10.534.033)	(1.063.963)	(11.597.996)
Outras despesas administrativas	(7.835.919)	(982.589)	(8.818.508)
Depreciação e amortização	(2.599.134)	(131.884)	(2.731.018)
Provisões (líquidas)	(4.582.750)	(12.488)	(4.595.238)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(28.450.756)	(33.274)	(28.484.030)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(252.550)	63	(252.487)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	1.912.219	-	1.912.219
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	12.460.706	6.729.522	19.190.228
Hedge Cambial (1)	664.616	-	664.616
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	13.125.322	6.729.522	19.854.844

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais	2023		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	44.651.967	2.232.067	46.884.034
Receitas de instrumentos de patrimônio	3.514	18.665	22.179
Resultado de equivalência patrimonial	184.889	54.347	239.236
Receitas líquidas de tarifas e comissões	13.269.837	2.370.128	15.639.965
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(1.125.430)	4.920.116	3.794.686
Outras receitas (despesas) operacionais	(595.993)	(119.797)	(715.790)
TOTAL DE RECEITAS	56.388.784	9.475.526	65.864.310
Despesas com pessoal	(9.753.972)	(1.059.954)	(10.813.926)
Outras despesas administrativas	(7.866.949)	(881.766)	(8.748.715)
Depreciação e amortização	(2.621.353)	(119.597)	(2.740.950)
Provisões (líquidas)	(4.404.408)	(20.004)	(4.424.412)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(26.582.759)	(1.425.327)	(28.008.086)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(250.044)	(129)	(250.173)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	1.043.603	-	1.043.603
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	5.952.902	5.968.749	11.921.651
Hedge Cambial (1)	(163.165)	-	(163.165)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	5.789.737	5.968.749	11.758.486

Em milhares de Reais	2022		
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	45.617.896	1.885.281	47.503.177
Receitas de instrumentos de patrimônio	11.239	26.834	38.073
Resultado de equivalência patrimonial	147.676	51.503	199.179
Receitas líquidas de tarifas e comissões	12.538.806	2.337.074	14.875.880
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(360.383)	5.059.609	4.699.226
Outras receitas (despesas) operacionais	(718.459)	(122.543)	(841.002)
TOTAL DE RECEITAS	57.236.775	9.237.758	66.474.533
Despesas com pessoal	(8.985.721)	(911.274)	(9.896.995)
Outras despesas administrativas	(7.571.376)	(771.742)	(8.343.118)
Depreciação e amortização	(2.479.643)	(105.859)	(2.585.502)
Provisões (líquidas)	(1.207.531)	(7.959)	(1.215.490)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(23.682.848)	(1.145.901)	(24.828.749)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(160.479)	(955)	(161.434)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	131.482	-	131.482
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	13.280.659	6.294.068	19.574.727
Hedge Cambial (1)	(129.406)	-	(129.406)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	13.151.253	6.294.068	19.445.321

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos

	2024		
Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	1.143.663.122	95.133.688	1.238.796.810
Empréstimos e adiantamentos a clientes	484.849.401	81.240.513	566.089.914
Depósitos de clientes	446.780.888	158.287.275	605.068.163

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2023

Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	1.010.503.261	105.149.515	1.115.652.776
Empréstimos e adiantamentos a clientes	445.085.759	72.891.376	517.977.135
Depósitos de clientes	425.724.599	157.495.977	583.220.576

45. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência significativa.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2024, o montante proposto pela Administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2024.

i) Benefícios de curto e longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

A tabela a seguir demonstra os Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Remuneração fixa	127.341	132.276	115.680
Remuneração variável - Em espécie	110.111	126.181	117.730
Remuneração variável - Em ações	94.787	91.306	87.702
Outros	111.000	79.229	61.294
Total Benefícios de curto prazo	443.239	428.992	382.406
Remuneração variável - Em espécie	113.766	99.506	95.398
Remuneração variável - Em ações	102.388	96.361	99.827
Total Benefícios de longo prazo	216.154	195.867	195.225
Total	659.393	624.859	577.631

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$43.124 (2023 - R\$40.863 e 2022 - R\$36.747).

ii) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - Diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - Pessoas jurídicas, cujo capital do Banco Santander participem com mais de 10%; e

IV - Pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

	2024					
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.754	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	- %	2.696	- %
Administradores (*)	2.828	0,1 %	2.828	0,1 %	5.656	0,1 %
Outros	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %
Total em Circulação	3.799.243	99,5 %	3.660.385	99,5 %	7.459.628	99,5 %
Ações em Tesouraria	19.452	0,5 %	19.452	0,5 %	38.904	0,5 %
Total	3.818.695	100,0 %	3.679.837	100,0 %	7.498.532	100,0 %
<i>Free Float (2)</i>	356.245	9,3 %	384.050	10,4 %	740.295	9,9 %

	2023					
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	—	—%	2.696	—%
Administradores (*)	3.184	0,1%	3.184	0,1%	6.368	0,1%
Outros	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,8%
Total em Circulação	3.791.502	99,3%	3.652.643	99,3%	7.444.145	99,3%
Ações em Tesouraria	27.193	0,7%	27.193	0,7%	54.386	0,7%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
<i>Free Float (2)</i>	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%

	2022					
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeek B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	—	—%	2.696	—%
Administradores (*)	4.444	0,1%	4.444	0,1%	8.888	0,1%
Outros	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,6%
Total em Circulação	3.787.533	99,2%	3.648.674	99,2%	7.436.207	99,2%
Ações em Tesouraria	31.162	0,8%	31.162	0,8%	62.324	0,8%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
<i>Free Float (2)</i>	342.919	9,0%	370.723	10,1%	713.642	9,5%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Transações com partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta as transações ocorridas entre as empresas do grupo:

	Controladores (1)(4)		Coligadas e de Controle Compartilhado (2)(4)		Pessoal Chave da Administração (3)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo	18.182.830	18.816.451	28.222.527	24.551.973	58.891	36.813	46.464.248	43.405.237
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	(333.181)	4.483.269	-	-	-	-	(333.181)	4.483.269
Instrumentos de Dívida	-	-	67.071	497.304	-	-	67.071	497.304
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	18.514.514	14.331.685	385.458	147.443	-	-	18.899.972	14.479.128
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	27.571.123	23.747.834	36.420	23.463	27.607.543	23.771.297
Outros ativos	1.497	1.497	198.875	159.392	-	-	200.372	160.889
Garantias e Limites	-	-	-	-	22.471	13.350	22.471	13.350
Passivo	(304.650)	(11.147.364)	(10.423.148)	(8.987.115)	(618.068)	(407.621)	(11.345.866)	(20.542.100)
Depósitos de instituições de crédito	(11.181)	(5.030.951)	(596.956)	(227.688)	-	-	(608.137)	(5.258.639)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(519.000)	(150.000)	(39.904)	(76.365)	(558.904)	(226.365)
Depósitos de clientes	-	-	(1.946.618)	(1.375.954)	(29.246)	(26.553)	(1.975.864)	(1.402.507)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	(7.268.606)	(7.186.249)	-	-	(7.268.606)	(7.186.249)
Outras obrigações	(293.469)	(195)	(91.968)	(47.224)	(548.918)	(304.703)	(934.355)	(352.122)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(6.116.218)	-	-	-	-	-	(6.116.218)
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Resultado	(2.790.659)	1.311.196	1.810.374	1.371.735	(665.054)	(618.470)	(1.645.339)	2.064.461
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	268.957	349.749	45.881	155.654	314	2.835	315.152	508.238
Garantias e Limites	-	-	-	-	25	16.276	25	16.276
Despesas com juros e similares	(625.820)	(871.324)	(149.293)	(261.360)	(665.501)	(638.304)	(1.440.614)	(1.770.988)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(5.344)	(12.674)	2.391.649	1.869.898	-	454	2.386.305	1.857.678
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(2.157.771)	2.056.710	(1.232)	(548)	108	269	(2.158.895)	2.056.431
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	326.301	227.882	-	-	326.301	227.882
Despesas administrativas e amortização	(270.681)	(211.265)	(642.983)	(459.842)	-	-	(913.664)	(671.107)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	(159.949)	(159.949)	-	-	(159.949)	(159.949)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeek B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 11.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito, Provisões e Resultado de remuneração variável com Pessoal Chave da Administração.

(4) Para melhor apresentação de determinadas operações com partes relacionadas, alguns saldos do comparativo de 31 de dezembro de 2023 foram remensurados.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

46. Gestão do risco

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- A. Independência da função de riscos com relação às áreas comerciais.
- B. Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão.
- C. Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais.
- D. Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais.
- E. Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring e behaviour scoring, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (Value at Risk, ou valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras.
- F. Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão.
- G. Instrumentos comuns de gestão
- H. Estrutura organizacional
- I. Alçadas e responsabilidades
- J. Limitação de riscos
- K. Reconhecimento
- L. Canais de informação eficientes
- M. Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:
 - A diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras.
 - Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Modelo Normativo de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco, seguindo as instruções do Conselho de Administração, a regulamentação do Banco Central do Brasil e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

No Santander Brasil, o processo de controle e gestão de riscos foi definido tomando-se como referência o Marco definido no nível corporativo, descrito de acordo com as seguintes fases:

- I. Adaptação das estruturas e políticas de gestão de risco que refletem os princípios de gestão de risco do Banco Santander.

O Marco Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Alta Administração (Riscos) tem a função de estabelecer os princípios e as normas para gestão e controle de risco do Banco Santander, com base nos modelos corporativos de organização e atendendo aos requisitos necessários de regulação para a gestão do crédito.

O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, que define as responsabilidades de cada área por tipo de risco, pela função de governança de risco e pela própria estrutura regulamentar.
- II. Identificação dos riscos, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.
- III. Medição dos riscos utilizando métodos e modelos testados periodicamente.
- IV. Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pela Diretoria do Banco Santander.
- V. Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Banco satisfaz as políticas aprovadas e os limites definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima), já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Banco. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para os demais segmentos, modelos baseados em classificações e scorings internos, análise de VaR e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram adaptados na rotina de gestão de risco enquanto a perda esperada, o capital econômico e RORAC estão em processo de integração na gestão de riscos.
- VI. Modelos baseados em classificação e score internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda com base nas estimativas LGD.
- VII. Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.
- VIII. RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação no segmento atacado, mais especificamente em empresas de relacionamento global, (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).
- IX. VaR, usado para controlar e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras da tesouraria.
- X. Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

a) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme prudente padrão de gestão de riscos, respeitando sempre o ambiente normativo e regulatório local. Suas principais atribuições são:

- A. Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- B. Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;
- C. Realizar um acompanhamento periódico de todos os riscos inerentes ao negócio, comprovando se o seu perfil está adequado ao que foi estabelecido no apetite ao risco.
- D. Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- E. Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios e de núcleos de análise e decisão dos créditos de maneira individualizada em Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Atacado. Uma área específica tem como missão consolidar os portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como à matriz do Grupo na Espanha, com a visão integrada de riscos.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é composta por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios do varejo e do atacado. Uma área específica tem como missão consolidar os portfólios e seus respectivos riscos, subsidiando a direção, assim como à matriz do Grupo na Espanha, com a visão integrada de riscos.

Uma estrutura específica é responsável pelo atendimento aos reguladores, supervisores e auditores internos e externos.

Possui um núcleo denominado ERM-Enterprise Risk management, integrado por um conjunto de funções, transversais a todos os riscos, necessárias para sua adequada gestão. Fazem parte desta estrutura as áreas de Metodologia (desenvolvimento e parametrização de modelos); Controle de Risco de Crédito; Gestão Integrada e Relação com Supervisores e Stress Test. Além disso, a diretoria Strategy Risk Management é a equipe responsável pela gestão e acompanhamento da Cultura de Riscos.

b) Risco de Crédito

b.1) Introdução ao tratamento do risco de crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (padronizados).

- Gestão individualizada – É executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento Banco de Atacado Global (Corporate e Santander Corporate & Investment Banking - SCIB) e Banco Comercial (Carteirizados, Empresas 3 e GIU- Governos, Instituições e Universidades);
- Gestão padronizada – Voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

b.2) Medidas e ferramentas de mensuração

Ferramentas de rating

O Banco usa modelos próprios de ratings para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não pagamento, determinada a partir da experiência histórica do Banco, para prever a inadimplência. Os scores/ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco de crédito.

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com a análise da situação econômico-financeira do cliente e outras informações cadastrais atualizadas frequentemente. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito e à verificação e adequação aos controles adotados pelo Banco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial. As ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Parâmetros de risco de crédito

Nós avaliamos todos os empréstimos no tocante à estimativa de perdas por redução ao valor recuperável de risco de crédito. Os empréstimos são individualmente avaliados para desvalorização ou, coletivamente avaliados por meio do agrupamento de características de risco semelhantes. Empréstimos individualmente avaliados para perdas por redução ao valor recuperável não são avaliados coletivamente.

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente, nós separamos os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito. Em outras palavras, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

Exposição à inadimplência (EAD): é a quantia de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na inadimplência. Modelos desenvolvidos incorporam hipóteses considerando possíveis modificações no cronograma de pagamento.

Probabilidade de inadimplência (PD): é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros. Para fins do IFRS 9, isso considerará tanto os PD-12 meses, que é a probabilidade de o instrumento financeiro entrar em default nos próximos 12 meses, como também a PD vitalícia, que é a probabilidade da transação entrar em default considerando o seu prazo remanescente. Informações futuras de relevância são consideradas necessárias para estimar esses parâmetros, de acordo com o padrão.

Loss Given Default (LGD): é a perda produzida em caso de inadimplência. Em outras palavras, isso reflete a porcentagem de exposição que não pôde ser recuperada no caso de um evento de default. Depende principalmente das garantias, que são consideradas mitigantes do risco de crédito associadas a cada ativo financeiro, e dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recuperados. De acordo com a norma, as informações prospectivas devem ser levadas em consideração na estimativa.

Taxa de desconto: a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

Para estimar os parâmetros acima, o Banco aplicou sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para cálculo de parâmetros tanto para fins regulatórios quanto de gestão.

A tabela demonstrada na **nota 9.b**, mostra o portfólio pelos níveis internos de rating de risco e sua probabilidade de default.

As perdas de crédito esperadas, mensuradas através de dados históricos suficientes e disponíveis, são apresentadas abaixo.

Em milhares de Reais	2024	2023
Por Vencimento		
Menos de 1 ano	320.774.167	287.366.871
Entre 1 a 5 anos	199.768.489	185.907.482
Mais de 5 anos	79.145.188	78.261.850
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	599.687.844	551.536.203

Por classificação interna de risco	2024	2023
Baixo	454.224.878	408.973.257
Médio-baixo	95.687.016	87.232.484
Médio	15.804.991	16.643.774
Médio-alto	12.180.529	13.238.069
Alto	21.790.430	25.448.619
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	599.687.844	551.536.203

	2024		
	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	241.177.143	5 %	39 %
Crédito imobiliário - construção	64.820.223	10 %	9 %
Empréstimos a pessoas físicas	290.347.271	10 %	62 %
Arrendamento	3.343.207	2 %	42 %

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2023

	Exposição	Probabilidade de Inadimplência (PD)	Perda por inadimplência (LGD)
Comercial e industrial	233.946.174	6 %	38 %
Crédito imobiliário - construção	61.747.722	8 %	6 %
Empréstimos a pessoas físicas	252.687.422	11 %	61 %
Arrendamento	3.154.886	1 %	37 %

b.3) Perdas observadas: medidas de custo de crédito

O Banco estima mensalmente as perdas relacionadas ao risco de crédito e, posteriormente as comparações dos valores estimados com as perdas efetivas do mês. Periodicamente é realizado análises com o objetivo de monitorar e manter o controle sobre o risco de crédito.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apoiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada.

O custo de crédito é medido pela soma das perdas de crédito do exercício e a média da carteira de crédito do exercício.

b.4) Ciclo de risco de crédito

O Banco Santander possui uma visão global de sua carteira de crédito ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comitê Executivo do banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco e sociedades do Conglomerado. O ciclo de crédito prevê três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação

Planejamento e estabelecimento de limites de risco

É o processo que identifica o interesse por risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido por meio do apetite ao risco aprovado pela Administração do Banco e das unidades.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes SCIB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento Corporate, utiliza-se o modelo de limite operacional em valores nominais máximos de crédito.

Para os riscos de clientes com gestão estandarizada, os limites das carteiras são planejados mediante programas de gestão de crédito (PEC), documento previamente acordado pelas áreas de negócios e riscos, e aprovado pelo Comitê Executivo. Esse documento contém os resultados esperados para o negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas a atividade e a gestão de riscos. Este grupo de clientes possui um tratamento mais automatizado em Riscos.

Análise de risco e processo de rating

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de crédito a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de decisão sobre operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisar e adotar de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar risco e retorno.

O Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (rentabilidade ajustada ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e controle de risco

No varejo Pessoa Física, os clientes são sistematicamente revisados por meio de um processo diário de classificação de crédito. Esse processo permite reavaliações na exposição de crédito, permitindo incrementos de exposição para clientes que apresentam boa qualidade de crédito. Em caso de detecção de deterioração no nível de risco, são gerados automaticamente ações para contenção de risco de crédito e ações preventivas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No caso de gestão individualizada, a detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos por meio de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em SCAN (trata-se de um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso).

Função de controle de risco

A função de controle é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, detectar situações específicas que requerem tomadas de decisões. Obter uma visão global da carteira de crédito do banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

As mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em situações futuras, de natureza exógena, e os decorrentes de decisões estratégicas são avaliados com o intuito de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

b.5) Recuperação de Crédito

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os respectivos montantes, que resultam em um Mapa de Responsabilidades e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente.

São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes ajustando os esforços de cobrança de modo que os clientes, com menor probabilidade de recuperação, recebam ações tempestivas. Nos casos de maior probabilidade de pagamento, o foco é dado na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes. Todos os clientes com valores em atraso mais severos ou créditos reescalonados possuem restrições internas.

Clientes com maiores volumes em Risco possuem modelo de recuperação Carteirizado, com acompanhamento comercial e especialista de recuperação.

b.6) Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial para ser analisado na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por setor econômico, localidade geográfica/país, grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira. Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Vice Presidência Executiva de Riscos do Banco atua juntamente com a Vice Presidência Executiva Estratégica de Finanças na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de garantias para mitigar o risco das empresas, derivativos para fins de proteção (hedge) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (REC) é definido como o somatório do valor atual mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

Risco Socioambiental

A fim promover um cenário mais controlado e seguro para nossas operações e ainda fomentar o desenvolvimento de negócios onde há adoção de práticas sustentáveis, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos social, ambiental e climático, que é orientado pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC), para concessão de crédito dos clientes Atacado e do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$7 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, segregados em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. Esta análise também abrange operações do agro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, aceitação e manutenção de clientes e fusões e aquisições. A análise de Risco Socioambiental e Climático tem como objetivo subsidiar e mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, sendo estes um conjunto de diretrizes empregado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos de infraestrutura e energia. Aplica-se o mesmo conjunto de critérios socioambientais nos projetos que não são enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943/2021 e nº 4.945/2021, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC) e Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC).

b.7) Gestão de Crédito - Principais variações

Foi observado melhora nas tendências em 2024 quando comparadas com o período de 2023. O Banco conseguiu preservar a boa qualidade dos negócios, apresentando uma melhora no índice de inadimplência, principalmente devido a melhora na qualidade do crédito. Em dezembro de 2024, esse índice era de 7,03% ante 7,23%, 31 de dezembro de 2023 e 7,5% em 31 de dezembro de 2022.

Abaixo o quadro que representa a evolução dos principais indicadores de crédito.

	2024	2023
Exposição ao risco de Crédito - clientes (Milhares de Reais)	750.357.060	719.880.952
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos (nota 9)	599.687.844	551.536.203
Passivos contingentes - Garantias e compromissos (nota 43.a)	64.387.753	65.671.261
Títulos Privados	86.281.463	102.673.488
Índice de empréstimos inadimplentes (%)	7,03%	7,23%
Índice de cobertura impairment (perda do valor recuperável) (%)	84,44%	88,13%
Provisão específica para perda sobre crédito líquida de RAWO (*) (Milhares de Reais)	35.668.907	35.152.998

Dados preparados com base em critérios de gestão e critérios de contabilidade da unidade controladora.

(*) RAWO = Recuperações de Ativos Baixados a Prejuízo.

O Banco incorpora informações acerca do futuro tanto em sua avaliação se o risco de crédito de um instrumento aumentou substancialmente desde o reconhecimento inicial quanto em sua mensuração das perdas de crédito esperadas. Com base em orientações de seus Comitês internos e de especialistas econômicos e considerando uma série de informações externas reais e previstas, o Banco elabora um cenário base, bem como outros cenários possíveis. Este processo envolve a projeção de dois ou mais cenários econômicos adicionais e considera as respectivas probabilidades de cada resultado. As informações externas compreendem dados e previsões econômicos publicados por agências governamentais e autoridades monetárias e por analistas do setor privado e acadêmicos selecionados.

O caso base representa o resultado mais provável e está em linha com as informações utilizadas pelo Banco para outros fins, tais como planejamento estratégico e elaboração de orçamentos. Os outros cenários representam resultados mais otimistas e mais pessimistas. Periodicamente, o Banco realiza testes de estresse de choques mais extremos para ajustar sua determinação desses outros cenários representativos.

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de risco);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias de gestão de riscos, como o Value At Risk - VaR (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e da Divisão de Riscos do Grupo Santander Espanha.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c.1) Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assume risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de commodities e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

- I. Intermediação financeira: esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.
- II. Gestão de balanço: a gestão do risco de balanço visa dar estabilidade à margem financeira da área comercial e ao valor econômico do Banco, mantendo-se níveis adequados de liquidez e solvência. O risco é medido através da exposição do balanço à movimentação da taxa de juros e nível de liquidez.
- III. Riscos estruturais:
 - Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados: risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (taxa de câmbio estrutural). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o Real (cobertura de resultados).
 - Risco estrutural de ações: este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais de forma centralizada através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Assim, na área de Moedas Conversíveis, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos da Matriz e coordena a gestão das demais unidades que operam nessas moedas. As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO (Asset Liability Control) nos respectivos países.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

Risco de Taxa de Juros

A tabela a seguir agrega por produto os fluxos de caixa das operações do nosso perímetro de empresas que possuem rendimento de juros. As operações estão apresentadas pelo saldo contábil na data de encerramento dos anos de 2024 e 2023. Ela não está associada à forma de gestão do risco de alterações nas taxas de juros ou descasamentos de indexadores, o que é feito por meio de acompanhamento de métricas de mercado. Todavia, permite avaliar concentrações de prazo e possíveis riscos e abaixo dela são apresentados os saldos dos mesmos produtos ao valor de resgate no vencimento, com exceção da linha que trata dos recebíveis e das obrigações atreladas a contratos de derivativos.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	2024					Total
	À Vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Após 5 anos	
Em milhões de Reais						
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	121	1.283	-	1.404
Instrumentos de Dívida	-	-	121	1.283	-	1.404
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	7.700	6.779	24.793	52.083	32.175	123.530
Instrumentos de Dívida	7.700	1.123	19.038	35.033	26.977	89.871
Instrumentos de Patrimônio	-	17	-	23	-	40
Derivativos	-	5.639	5.755	17.027	5.198	33.619
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	-	-	-	-	209	209
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	209	209
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	2.183	5.258	4.977	59.238	31.711	103.367
Instrumentos de Dívida	2.183	5.258	4.977	59.238	31.711	103.367
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	113.264	107.139	153.954	234.133	70.674	679.164
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	110.426	2.020	2.197	3.910	-	118.553
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.557	98.218	138.836	193.061	61.220	493.892
Instrumentos de dívida	281	6.901	12.921	37.162	9.454	66.719
Total	123.147	119.176	183.845	346.737	134.560	907.465

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Passivos Remunerados:

Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	39.403	2.529	1.958	6.497	1.206	51.593
Derivativos	6	2.529	1.958	6.497	1.206	12.196
Posições vendidas	39.397	-	-	-	-	39.397
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	174.985	116.741	249.441	242.650	32.136	815.953
Depósitos de instituições de crédito	508	32.060	68.882	21.268	326	123.044
Depósitos de clientes	174.477	59.547	124.584	160.324	33	518.965
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	25.134	55.975	61.058	8.435	150.602
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	23.342	23.342
Total	214.388	119.270	251.399	249.147	33.342	867.546

2023

Em milhões de Reais

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros	À Vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	-	1.591	1.591
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	1.591	1.591
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	17.088	5.722	7.003	45.863	30.323	105.999
Instrumentos de Dívida	8.822	1.425	4.940	35.164	26.137	76.488
Instrumentos de Patrimônio	22	1	3	17	-	43
Derivativos	8.244	4.296	2.060	10.682	4.186	29.468
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo do Resultado	-	-	-	-	183	183
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	183	183
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	1.237	4.360	2.684	44.722	10.994	63.997
Instrumentos de Dívida	1.237	4.360	2.684	44.722	10.994	63.997
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	135.427	105.253	86.314	220.663	84.800	632.457
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	86.391	1.394	3.496	2.978	-	94.259
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37.176	96.038	68.597	183.156	73.832	458.799
Instrumentos de dívida	11.860	7.821	14.221	34.529	10.968	79.399
Total	153.752	115.335	96.001	311.248	127.891	804.227

Passivos Remunerados:

Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	30.627	4.972	1.779	9.467	4.101	50.947
Derivativos	6.863	4.972	1.779	9.467	4.101	27.183
Posições vendidas	23.764	-	-	-	-	23.764
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	212.885	139.140	130.337	221.561	28.280	732.203
Depósitos de instituições de crédito	7.189	36.767	32.650	10.595	7.380	94.580
Depósitos de clientes	197.507	70.908	80.260	151.046	53	499.774
Obrigações por títulos e valores mobiliários	8.189	31.465	17.427	59.920	4.360	121.361
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	16.488	16.488
Total	243.512	144.113	132.116	231.028	32.381	783.150

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Risco de Moeda

	2024			
	Em milhões de Reais			
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	207.780	10.523	3.447	221.750
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	5.629	1	565	6.195
Derivativos	421.574	19.908	14.310	455.792
Outros	33.181	-	-	33.181
Total	668.164	30.432	18.322	716.918
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	172.082	8.333	2.778	183.193
Derivativos	384.550	25.804	12.402	422.756
Outros	116.669	501	2.778	119.948
Total	673.301	34.638	17.958	725.897

	2023			
	Em milhões de Reais			
Ativo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Disponibilidades/Aplicações/Instrumentos de Dívida	214.500	1.043	3.794	219.337
Empréstimos e Adiantamentos a clientes	3.699	2.585	90	6.374
Derivativos	267.585	11.024	9.002	287.611
Outros	3.687	-	-	3.687
Total	489.470	14.652	12.887	517.009
Passivo:	Dólar	Euro	Outros	Total
Captações em Moeda Estrangeira (ME)	154.096	851	2.873	157.820
Derivativos	238.389	14.392	8.183	260.964
Outros	99.544	3.043	1.733	104.320
Total	492.029	18.286	12.789	523.105

c.2) Metodologias**Intermediação financeira**

O Banco Santander calcula requerimento mínimo de capital por riscos de mercado utilizando o modelo interno desde a aprovação pelo Bacen em maio de 2018.

A metodologia-padrão de mensuração e controle de riscos de mercado aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2024 e 2023 foi a Value at Risk (VaR), que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido.

Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos ou 521 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida disponível para apuração do risco a qual uma instituição está exposta. Ele é utilizado pela sua facilidade de entendimento cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras métricas e metodologias também são utilizadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitam a obtenção um espectro muito mais completo do perfil de risco.

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente.

Uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito (créditos ativamente negociados - carteira de negociação) e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do underlying (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito (ativamente negociado) nas carteiras de negociação, as medidas controladas incluem sensibilidade ao spread, jump-to-default e concentrações de posições por nível de classificação.

c.3) Gestão de balanço

Risco da taxa de juros

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco, ou a exposição às taxas de juros nessas atividades são o gap das taxas de juros, onde é calculada a sensibilidade da margem financeira (NIM) e valor patrimonial (MVE) às variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR), os Ganhos em Reais (EaR – Earning At Risk) e a análise de cenários.

Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de gaps das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações nas curvas das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Sensibilidade do Valor Justo da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Valor em Risco (VaR) e Ganhos em Risco (EaR)

Define-se com o percentil 99% da função de distribuição de perdas do MVE, calculado considerando o valor justo atual das posições, com base nos retornos obtidos nos dois últimos anos e com um grau de certeza estatística (nível de confiança) e para um horizonte temporal definido.

Aplica-se também uma metodologia similar para calcular a perda máxima em NII (EaR), com o objetivo de considerar o risco de taxa de juros tanto em termos de impacto em valor econômico, como em margem financeira.

A unidade soma os vetores de retorno do VaR com os vetores de retorno do EaR, resultando o vetor total de retornos. A composição é feita considerando na métrica do EaR as perdas na margem financeira que ocorrem entre o momento inicial (data de referência) e o holding period da carteira de não-negociação. As perdas em valor econômico têm em consideração o impacto nas posições vencidas após o holding period.

c.4) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento.

Gestão de liquidez do Banco Santander

Para o controle e gestão de liquidez, o Banco Santander utiliza-se de métricas de curto e longo prazo e métricas em situações de estresse que são capazes de mensurar o colchão de liquidez seguro para que o banco honre de forma confortável suas obrigações com o mercado e acionistas. Desta forma, podemos citar:

Métricas de curto prazo e estresse de liquidez:

a. LCR

O Banco Santander utiliza em sua gestão de risco de liquidez o "Liquidity Coverage Ratio" (LCR). LCR é um índice de liquidez de curto prazo para um cenário de estresse de 30 dias, resultado da divisão de ativos líquidos de alta qualidade e saídas líquidas em 30 dias.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O total de High Quality Liquidity Assets - HQLA (Ativos Líquidos) é composto principalmente por títulos públicos federais brasileiros e retornos de compulsório. As saídas líquidas são compostas majoritariamente por perdas de depósitos, compensadas em parte pelas entradas, principalmente créditos.

b. Cenários de estresse de liquidez:

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de estresse.

O Teste de estresse avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de estresse para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de stress definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez para um determinado horizonte de dias, em todos os cenários de crises simuladas.

Métrica de longo prazo:

Visa mensurar a estabilidade das fontes de financiamento frente aos ativos comprometidos. O NSFR, métrica desenvolvida por BIS e adaptada pelo regulador local, que visa, através de percentuais determinados verificar se a instituição possui fonte de financiamento estável para sustentar seus ativos. Esta métrica possui ponderações diferentes por prazo, segmento do cliente e tipo de produto. É calculado mensalmente pela instituição.

c. Índices de liquidez

Para auxiliar a gestão, alguns índices de liquidez são mensalmente calculados como índices de concentração de contrapartes e concentração por segmentos.

Recursos de Clientes

O Banco Santander possui distintas fontes de financiamento, tanto em termos de produtos como do mix de clientes, com uma distribuição saudável entre os segmentos. O total de recursos de clientes está atualmente no patamar de R\$787 bilhões e apresentou um incremento em comparação com o volume de 2023, tendo como destaque o aumento nas captações de depósito a prazo e a manutenção de estoque de letras financeiras.

	2024			2023			Em milhões de Reais
	0 a 30 dias	Total	%	0 a 30 dias	Total	%	2023
	Depósito a Vista	40.398	40.398	100 %	35.714	35.714	100 %
Depósito Poupança	57.369	57.369	100 %	58.112	58.112	100 %	
Depósito a Prazo	103.569	403.686	26 %	103.519	393.757	26 %	
Depósito Interfinanceiros	1.058	5.850	18 %	779	4.264	18 %	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.237	151.686	7 %	8.820	142.553	6 %	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	9.959	105.768	9 %	6.711	87.236	8 %	
Dívidas Subordinadas / Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	23.125	0 %	-	19.627	0 %	
Total	223.590	787.882	28 %	213.655	741.263	29 %	

Os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados são os seguintes:

	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Após 5 anos	Total	2024
							Em milhões de Reais
Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos							
Ativos Remunerados:							
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	121	1.283	-	1.404	
Instrumentos de Dívida	-	-	121	1.283	-	1.404	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	10.844	7.206	32.461	66.004	42.695	159.210	
Instrumentos de Dívida	10.844	1.550	26.706	48.954	37.497	125.551	
Instrumentos de Patrimônio	-	17	-	23	-	40	
Derivativos	-	5.639	5.755	17.027	5.198	33.619	
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	2.931	7.339	6.576	81.687	44.655	143.188	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Instrumentos de Dívida	2.931	7.339	6.576	81.687	44.655	143.188
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	114.080	163.232	211.015	223.938	106.752	819.017
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	110.426	2.535	2.863	3.187	-	119.011
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.373	150.960	181.405	198.944	88.425	623.107
Instrumentos de dívida	281	9.737	26.747	21.807	18.327	76.899
Total	127.855	177.777	250.173	372.912	194.102	1.122.819
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	39.403	2.529	1.958	6.497	1.206	51.593
Derivativos	6	2.529	1.958	6.497	1.206	12.196
Posições Vendidas	39.397	-	-	-	-	39.397
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	222.840	130.959	282.616	325.846	80.804	1.043.065
Depósitos de instituições de crédito	505	32.408	74.803	22.099	1.237	131.052
Depósitos de clientes	222.279	75.866	158.729	204.254	42	661.170
Obrigações por títulos e valores mobiliários	56	22.685	49.084	99.493	56.183	227.501
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	23.342	23.342
Total	262.243	133.488	284.574	332.343	82.010	1.094.658

	2023					
	Em milhões de Reais					
Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativos Remunerados:						
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	-	-	1.591	1.591
Instrumentos de Dívida	-	-	-	-	1.591	1.591
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	19.295	6.077	8.225	54.467	36.616	124.679
Instrumentos de Dívida	11.028	1.780	6.161	43.768	32.430	95.168
Instrumentos de Patrimônio	22	1	3	17	-	43
Derivativos	8.244	4.296	2.060	10.682	4.186	29.468
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	1.393	5.054	3.222	55.140	13.951	78.761
Instrumentos de Dívida	1.393	5.054	3.222	55.140	13.768	78.578
Instrumentos de Patrimônio	-	-	-	-	183	183
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	145.514	145.270	103.823	206.862	115.879	717.347
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	86.325	1.162	2.836	2.899	-	93.222
Empréstimos e adiantamentos a clientes	54.270	128.381	85.109	178.329	101.509	547.599
Instrumentos de dívida	4.919	15.727	15.877	25.634	14.369	76.527
Total	166.202	156.401	115.269	316.469	168.037	922.379
Passivos Remunerados:						
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	30.627	4.972	1.779	9.467	4.101	50.947
Derivativos	6.863	4.972	1.779	9.467	4.101	27.183
Posições Vendidas	23.764	-	-	-	-	23.764
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	318.836	145.130	156.974	270.185	51.853	942.977
Depósitos de instituições de crédito	16.811	38.298	36.953	12.990	8.252	113.304
Depósitos de clientes	295.413	82.892	93.485	175.856	53	64.770
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.612	23.940	26.535	81.339	27.060	165.486
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	16.488	16.488
Total	349.463	150.102	158.753	279.652	55.954	993.924

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Análise de cenário/plano de contingência

Com base nos resultados obtidos no Teste de Stress, o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez. A ativação do Plano decorre do acompanhamento de parâmetros internos relativos às condições de mercado e de liquidez do Banco. Tais parâmetros servem para identificar diferentes níveis de severidade de crise e, assim, determinar se há necessidade ou não de iniciar o processo de ativação.

Após identificada a crise, é estabelecida uma clara comunicação entre as áreas internas capaz de executar as ações corretivas e mitigar os problemas originados. Estas ações corretivas são as medidas capazes de gerar liquidez para solucionar ou mitigar os efeitos da crise e são tomadas levando em consideração suas complexidades, prazos de implementação e impacto de liquidez.

Os parâmetros e medidas deste Plano são revisados a qualquer momento que se faça necessário, entretanto seu período mínimo de revisão é anual.

c.5) Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas mediante posições, VaR e resultados.

c.5.1) Medidas complementares

Medidas de teste e calibragem

O back-testing consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte) e “sujos” (resultado gerencial levando em conta também os custos, resultados intradia e carregamento). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de back-testing realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de Spearman, medidas de excesso médio, etc. Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

c.6) Sistema de controle

Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Administração. A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.

Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Administração, a fim de evitar riscos não desejados.

Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.

Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.

Delimitar a faixa de produtos e underlyings em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

c.7) Riscos e resultados em 2024

Atividades de Intermediação Financeira

O VaR final da carteira de negociação do Banco em 2024 ficou em R\$ 4.527 milhões. A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

c.7.1) Gestão de balanço

Risco dos juros

Moedas conversíveis

No final de 2024, o risco de juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Banco Santander, ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou positiva em R\$ 798 milhões. Também no encerramento de 2024, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor justo da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, foi de R\$ 2.643 milhões.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Análise quantitativa do risco

O risco de juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 100 pontos básicos da curva das taxas de juros, aumentou em R\$ 31 milhões entre 2024 e 2023, tendo atingido o máximo de R\$ 972 milhões no mês de abril de 2024. A sensibilidade de valor aumentou R\$ 691 milhões durante o ano de 2024, obtendo o nível máximo de R\$ 2.663 milhões no mês de abril de 2024. Os principais fatores que ocorreram no ano de 2024 e influenciaram nas sensibilidades foram a inclinação e aumento da curva de juros (efeito convexidade), afetando negativamente os passivos sem vencimento.

Em milhões de Reais	2024	2023	2022
Sensibilidades			
Margem Financeira	798	754	954
Valor Patrimonial	2.643	1.924	2.154
Risco de Gestão do Balanço			
VaR	731	415	971

c.8) Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com IFRS 7, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2024.

Em milhares de Reais		2024		
Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(7.496)	(261.418)	(522.835)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(111)	(1.638)	(3.276)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(8.884)	(19.405)	(38.809)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(4.078)	(16.472)	(32.944)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(431)	(2.553)	(5.107)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(209)	(5.222)	(10.443)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(10.988)	(112.284)	(224.568)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(265)	(6.613)	(13.226)
Commodities	Exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities)	(37)	(920)	(1.841)
Total(1)		(32.499)	(426.525)	(853.049)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Em milhares de Reais		2024		
Carteira Banking				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(86.965)	(3.507.350)	(7.035.646)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(36.810)	(1.312.615)	(2.353.906)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(19.327)	(328.089)	(617.049)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(6.453)	(225.401)	(415.722)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(567)	(6.601)	(13.150)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(37.222)	(663.043)	(1.404.832)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	893	22.318	44.637
Total(1)		(186.451)	(6.020.781)	(11.795.668)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte do correto processamento do grande número de transações, de forma eficiente e precisa, realizado pelos sistemas de tecnologia da informação, assim como também da capacidade do Banco em confiar nas tecnologias digitais, serviços de computação e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão segura de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede.

O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as suas atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

e) Estrutura Independente

A área de Risco Operacional & Controle Interno, subordinada a Vice-Presidência Executiva de Riscos atua de forma independente como segunda linha, apoiando e desafiando a primeira linha. Possui diretrizes, políticas e processos para assegurar a condução e adequação do Modelo de Controle e Gestão do Risco Operacional.

A área adota a definição do Comitê de Basileia, Banco Central do Brasil e demais instruções Corporativas aplicáveis localmente para Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de inadequação ou falha de processos, operacional, sistemas, ou por eventos externos. Essa definição abrange o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição, excluindo os riscos estratégicos e de reputação.

e.1) Riscos Operacionais & Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controle Interno tem como missão perante o Banco Santander corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação e disseminação da cultura de Riscos Operacionais.

Adicionalmente, a área de Risco Operacional & Controle Interno atua na prevenção aos Riscos Operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de Controles Internos, atendendo aos requerimentos dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basileia, resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Reguladores Aplicáveis. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Internal Control – Integrated Framework 2013*.

Modelo de Controle e Gestão

O Santander Brasil implementou o Modelo baseado nas três linhas que visa a melhora e desenvolvimento contínuo da gestão e controle dos riscos operacionais, assegurando que as estruturas possam avaliar, monitorar, controlar, mitigar, reportar e reduzir os riscos e perdas a que estão expostas.

Nas atribuições desse modelo inclui-se a realização de atividades para a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e reporte do Risco Operacional. Assim, distintas análises e acompanhamentos são realizados e reportados. A seguir, são apresentados os principais instrumentos que integram o Modelo de Controle e Gestão de Riscos Operacionais:

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Definição do apetite de Risco Operacional;
- Captura e avaliação de eventos de perdas (internas e externas);
- Treinamento, Comunicação e Cultura;
- Avaliação de produtos e serviços;
- Autoavaliação de riscos operacionais;
- Análise de Cenários;
- Indicadores de Riscos e Controles;
- Controles Internos.

Governança do Modelo

O Modelo conta com a aprovação do Comitê Executivo de Riscos e aprovação pelo Conselho de Administração, integrando à estrutura a responsabilidade de Governança Corporativa da Organização. Periodicamente, os assuntos relevantes de Riscos Operacionais são comunicados à Alta Administração para ciência e deliberações.

Como parte do sistema de Governança de Riscos, também está implantado o Fórum Sênior de Controles Internos e Riscos Operacionais (FSCIRO) cujo objetivo é deliberar para os Risk Pro Officers (RPO), da primeira linha as políticas, processos, procedimentos, estratégia e decisões sobre os temas a serem aplicados nas unidades de negócio, e possui periodicidade mensal, salvo exceções de calendário/conflito de agenda dos membros, podendo ser substituída pela Reunião de Riscos Operacionais.

Para assegurar um processo estruturado da divulgação da cultura da gestão e controle de Riscos Operacionais, os temas relevantes são tratados em Comitês e Fóruns específicos.

e.2) Atribuições da área de Riscos Operacionais e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controle Interno atua como segunda linha no modelo do Banco Santander e visa manter o cumprimento, alinhamento e conformidade às diretrizes corporativas do Grupo Santander, aos Acordos da Basileia, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Reguladores Aplicáveis. Exerce o controle e desafio das atividades desempenhadas pela primeira linha de, contribuindo para o seu fortalecimento, vislumbrando uma abordagem integrada para a gestão dos riscos. A seguir são apresentadas as principais atribuições:

- Disseminar a cultura orientada à gestão de Riscos Operacionais e Controles Internos e convergir para a prevenção e redução de eventos e perdas por Risco Operacional, mitigando os impactos financeiro, legal e reputacional.
- Aprimorar a análise dos riscos para reduzir, consolidar e priorizar ações de mitigação.
- Manter a dinâmica e controle da exposição de riscos operacionais em linha com o apetite ao risco.
- Estabelecer os papéis e responsabilidades, com acompanhamento junto aos responsáveis nas linhas de defesa.
- Assegurar a continuidade dos negócios e fortalecer o ambiente de Controles Internos.
- Fornecer adequado nível de cobertura nas unidades de negócio.
- Fornecer o apoio para as decisões estratégicas da Organização, baseadas no perfil integrado de Riscos Operacionais e tendências emergentes.
- Implementar as melhores práticas para gestão e controle de riscos operacionais nas 1ª e 2ª Linha de Defesa.
- Identificar o perfil de Risco Operacional da Organização.
- Proporcionar o contínuo aperfeiçoamento das metodologias já existentes e o aprofundamento da cultura de responsabilidade pelos Riscos Operacionais e Controles Internos.

e.3) Fator diferencial

A área de Risco Operacional & Controle Interno investe no desenvolvimento, treinamento e atualização de seus profissionais para atuar frente às mudanças identificadas no ambiente de negócios e disponibiliza treinamentos para os demais profissionais por meio de cursos na Intranet, presenciais e virtuais em tempo real. Para os presenciais e virtuais em tempo real priorizamos a realização de treinamentos voltados ao fomento da cultura de gestão de Riscos Operacionais, Controles Internos, treinamentos para a captura das perdas operacionais, entre outros.

Estas realizações contribuem significativamente para o Banco Santander Brasil atingir os objetivos estratégicos e operacionais de maneira consistente, com conhecimento quanto à exposição aos riscos operacionais assumidos e ambiente controlado, mantendo o banco em perfil de risco considerado baixo e assegurando o desenvolvimento sustentável de suas operações. O Banco destaca:

- Treinamentos obrigatórios para todos os funcionários do Banco Santander, por meio da Academia Santander, sobre Riscos Operacionais e Controles Internos.
- Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos.
- Coordenação do processo anual de elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais, definição de planos de ação para a redução destas perdas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Desenvolvimento de Indicadores chaves que possuem o objetivo de monitorar os principais riscos operacionais.
- Composição das linhas de governança com o “ORM - Operational Risk management” Networks: “RPO-Risk Pro Officer”, cuja a função é reportar ao executivo o acompanhamento dos temas de Risco Operacional no nível estratégico da Diretoria Executiva, o “RPA-Risk Pro Agent” que é o responsável da VPE perante o Modelo de Gestão e Controle do Risco Operacional e “Auxiliar de Riscos Operacionais” abrangendo o perímetro de RO e “Especialistas” para os casos onde o risco operacional seja transversal à organização.

e.4) Comunicação

A área de Risco Operacional & Controle Interno integra a estrutura de Governança do Banco Santander e mantém um processo periódico de comunicação e reporte para a Administração por meio do Fórum Sênior de Controles Internos e Riscos Operacionais (FSCIRO) e da Reunião de RO. Esse processo inclui a apresentação de eventos materializados, principais riscos, planos de ações corretivos e informações sobre o ambiente de Controles Internos, assegurando transparência e conhecimento aos fóruns de governança. Adicionalmente, os principais riscos (materializados e emergentes) são reportados e escalados, quando aplicável, ao Comitê de Controle de Riscos e ao Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e Compliance do Conselho.

f) Risco de Reputação

f.1) Risco de Reputação

O risco reputacional é definido como o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, devido a uma percepção desfavorável do Banco por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes e, em muitos casos, deriva-se de outros eventos de risco. Em geral, estas fontes podem estar relacionadas com o negócio e outras atividades de suporte que são realizadas pelo Santander, o contexto econômico, social ou político, ou mesmo outros eventos causados por outros concorrentes que possam afetar o Banco.

f.2) Compliance

É definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de *compliance* tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, consultoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.

f.3) Diretrizes de atuação

a. Princípios de Compliance - Ética e conduta nos mercados de valores

Os princípios éticos e parâmetros estão contidos em políticas internas disponibilizadas e divulgadas a todos. O Código de Ética é aplicável a todos os funcionários da Organização e o Código de Conduta nos Mercados de Valores conta com a adesão de todo o público considerado próximo ao Mercado de Valores. Canais para esclarecimentos e denúncias são disponibilizados, além da realização de monitoramentos e controles que são aplicados de forma que possam garantir a adesão às regras por todos os funcionários.

b. Prevenção à lavagem de dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo baseia-se no conhecimento e no rigor aplicado à aceitação de nossos clientes, complementado pelo contínuo monitoramento de todas as transações em que o Banco é envolvido. A preocupação com o tema reflete-se no envolvimento da gestão, através do Comitê Operacional de PLD e Comitê de Ética e Compliance, que se reúne mensalmente para deliberar assuntos relacionados ao tema. O comitê envolve-se diretamente nos processos de aceitação de clientes e nas denúncias de situações suspeitas.

c. Novos produtos e serviços e adequação

Todos os novos produtos e serviços são analisados internamente por diferentes áreas técnicas, assegurando o mapeamento multidisciplinar dos riscos, e para posterior aprovação pelo Comitê Local de Comercialização (CLC), composto por executivos do Santander. Após a análise e aprovação, os novos produtos e serviços são objeto de monitoramento e testes para mitigar eventuais riscos de conduta na comercialização.

g) Adequação ao Arcabouço de Regulamentação Prudencial

O Santander Brasil possui gerenciamento integrado de riscos e capital para o processo de tomada de decisão, respeitando as diretrizes da Resolução BCB nº 4.557. Esse processo contribui para a otimização e eficiência na utilização do capital em suas operações, considerando os objetivos da Instituição com relação aos índices de capital e o retorno aos acionistas.

A participação brasileira no Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária (BCBS - Basel Committee on Banking Supervision) estimula a implementação tempestiva de normas prudenciais internacionais no arcabouço regulatório brasileiro.

Alinhado a essa perspectiva, o Santander Brasil investe no aperfeiçoamento contínuo dos processos e das práticas de gestão de capital, em conformidade com os referenciais internacionais de mercado, de regulação e de supervisão.

A gestão do capital da Instituição consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes do Conglomerado. Considera a avaliação do capital necessário para suportar os riscos de Pilar 1 (crédito, mercado e operacional); desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional para os riscos de Pilar 2; processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP); projeção e monitoramento dos índices de capital; elaboração do plano de capital, elaboração dos planos de contingência elaboração do plano de recuperação; elaboração do plano de saída organizada; testes de estresse; e elaboração do relatório trimestral de gerenciamento de riscos e capital – Pilar 3.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

g.1) Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é uma etapa importante do ciclo de vida de um modelo, além de ser um pré-requisito do processo de validação por órgãos de supervisão. Uma equipe especializada do próprio Banco, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade. A equipe também deve avaliar se os procedimentos de gestão e controle dos riscos estão adequados à estratégia e ao perfil de riscos do Banco.

Adicionalmente, a área de validação interna fornece suporte essencial aos comitês de riscos e à direção do Banco, pois, a área de validação interna é responsável pelo fornecimento de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão ou regulatórios).

O âmbito de Validação Interna no Banco Santander engloba principalmente os modelos de riscos de Crédito, Compliance Operacional, Mercado, ALM, Pricing, Provisões, Capital Econômico e demais modelos relacionados ao exercício do ICAAP. O escopo de validação inclui tanto os aspectos teóricos e de metodologia quanto à arquitetura tecnológica, a qualidade dos dados e todos os aspectos relevantes de uma gestão avançada de riscos (controles, reporting, uso, envolvimento da gestão etc.). Desta forma, o objetivo de validação interna é revisar os aspectos quantitativos, qualitativos, tecnológicos e de governança corporativa relacionados aos processos regulatórios e de gestão de riscos.

Dentre as principais funções da área de Validação Interna de Modelos se destacam as seguintes:

- i. Estabelecer os princípios gerais de validação, conduzindo um processo independente de avaliação incluindo (I) qualidade dos dados, (II) fundamentos metodológicos, (III) entorno tecnológico, (IV) performance e (V) uso e governança;
- ii. Emitir um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade; e
- iii. Fornecer suporte essencial aos comitês de riscos e a direção do Banco, através de uma opinião qualificada e independente para que as instâncias responsáveis decidam sobre a autorização do uso de modelos (para fins de gestão bem como uso regulatório).

É importante notar que a função de validação interna do Banco Santander é totalmente consistente com os critérios de validação independente para abordagem avançada emitidos pelo Comitê de Basileia, pelo supervisor europeu 'home regulator' (Banco de Espanha e Banco Central Europeu) e pelo Banco Central do Brasil. Neste caso, o Banco mantém uma segregação de funções entre Validação Interna e Auditoria Interna, que é a última camada de validação do controle do Banco.

A Auditoria Interna é responsável pela avaliação e revisão da metodologia e do trabalho de validação interna e emite opiniões com um nível de autonomia efetiva. Auditoria Interna (terceira linha de defesa), na função de última instância de controle existente no Grupo, deve (i) avaliar periodicamente se as políticas, os métodos e os procedimentos são adequados e (ii) confirmar que os mesmos estejam efetivamente implantados na gestão.

g.2) Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os aspectos regulatórios e econômicos e tem como objetivo alcançar uma estrutura de capital eficiente em termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos dos órgãos reguladores e contribuindo para atingir as metas de classificação das agências de rating assim como as expectativas dos investidores.

h) Capital Econômico

h.1) Principais objetivos

O desenvolvimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, a Sensibilidade ao Risco.

Nesse contexto, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco, permitindo uma maior precisão na gestão de risco, bem como uma melhor alocação do capital econômico por unidades de negócios do Banco Santander.

O Banco Santander tem direcionado esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e integrado à gestão do negócio. Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Banco Santander são:

- 1 - Consolidar o Pilar I e outros riscos que incidem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.
- 2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.
- 3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RORAC).
- 4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócio. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Banco.
- 5 – Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II pelos órgãos supervisores.

h.2) O Modelo de Capital Econômico

No cálculo do capital econômico, é atribuição do Banco a definição do nível de perda a ser coberto. Desta forma, utiliza-se um intervalo de confiança necessário para assegurar a continuidade do negócio.

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos riscos de Crédito, Mercado, ALM, Negócio, Operacional e Ativos Materiais. Entretanto, visando antecipar as mudanças propostas em Basileia III, foram incorporados novos riscos ao modelo: Intangíveis, Fundos de Pensão (benefício definido) e Ativos Fiscais Diferidos, que permitem ao Banco adotar um posicionamento ainda mais conservador e prudente.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

% Capital	2024	2023
Tipo de Risco		
Crédito	48%	55%
Mercado	2%	2%
ALM	5%	6%
Negócio	8%	11%
Operacional	7%	2%
Imobilizado	1%	1%
Intangíveis	2%	3%
Fundos de Pensão	1%	1%
Ativos Fiscais	26%	19%
Total	100%	100%

Ainda assim, por ser um banco comercial, o Crédito é a principal fonte de risco do Banco Santander e a evolução de sua carteira um dos principais fatores para sua oscilação.

RoRAC

O Banco Santander Brasil tem utilizado o RORAC, com os seguintes objetivos:

- Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).
- Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital econômico, maximizando a eficiência do Banco.
- Medir e acompanhar o desempenho dos negócios.

Para avaliar as operações dos clientes globais, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo das perdas esperadas e inesperadas. Entre essas variáveis temos:

- Rating de contraparte.
- Vencimento.
- Garantias.
- Natureza do financiamento.

O valor econômico adicionado é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Banco Santander.

47. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de janeiro de 2025, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 22 de janeiro de 2025 (inclusive). Dessa forma, a partir de 23 de janeiro de 2025 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio foi pago em 12 de fevereiro de 2025. Os Juros sobre o Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO I – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e o International Financial Reporting Standards (IFRS®), com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Em milhares de Reais	Nota Explicativa	2024	2023	2022
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em Bacen Gaap		90.743.958	86.084.331	82.061.915
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	h	(76.256)	(75.538)	(54.801)
Reclassificação de instrumentos financeiros mensurados por meio de resultados abrangentes	i	4.200	2.814	(33)
Perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados a custo amortizado	a	(387.348)	234.410	(816.600)
Transferências de categoria - IFRS 9	b	(187.807)	(664.635)	(219.671)
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	c	2.044.873	1.689.463	1.493.810
Reversão da amortização do ágio	d	26.925.987	26.618.368	27.136.573
Realização dos ajustes do preço de compra	e	577.831	586.024	594.784
Ajuste referente a diferença entre o Valor contábil vs. o justo na entrada da Carsale na Webmotors		79.175	79.175	-
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	f	181.717	181.717	(798.016)
Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)	g	(298.978)	(298.978)	(298.978)
Reversão Provisão PIS Lei 9.718	j	-	-	980.212
Outros		(115.667)	15.853	103.639
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		119.491.685	114.453.004	110.182.834
Participações não-controladoras em IFRS		335.447	403.350	497.342
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		119.827.132	114.856.354	110.680.176

Em milhares de Reais	Nota Explicativa	2024	2023	2022
Lucro líquido atribuído à Controladora em Bacen Gaap		13.477.390	8.973.657	12.570.191
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	h	(33.811)	(29.788)	(9.826)
Reclassificação de instrumentos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes	i	3.080	(1.383)	(177.887)
Perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	a	(587.260)	1.036.851	805.578
Transferências de categoria - IFRS 9	b	-	(17.584)	14.722
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	c	340.362	195.653	(90.260)
Reversão da amortização do ágio	d	138.404	147.171	96.162
Realização dos ajustes do preço de compra	e	(8.193)	(8.760)	(8.760)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	f	181.717	181.717	184.810
Reversão Provisão PIS Lei 9.718	j	-	(980.212)	980.212
Outros		(146.183)	(48.008)	(77.849)
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		13.365.506	9.449.313	14.287.093
Participações não-controladoras em IFRS		48.257	49.499	52.382
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		13.413.763	9.498.812	14.339.475

a) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados a custo amortizado

Refere-se ao ajuste decorrente da estimativa da perda esperada sobre a carteira de ativos sujeitos à redução do valor recuperável, compromissos de empréstimos a liberar e contratos de garantias financeiras, apurada com base nos critérios descritos na nota de prática contábil e de conformidade com o previsto pelo IFRS 9. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o Bacen Gaap, que usa os limites regulatórios definidos pelo Banco Central (Bacen), além da diferença de escopo da base de cálculo dessas perdas, que para fins de IFRS considera outros ativos além daqueles previstos pelo Bacen.

b) Categorias de ativos financeiros

Conforme detalhado na nota de práticas contábeis exceto quando indicado de outra forma, o IFRS 9 prevê a definição dos modelos de negócio associados a cada portfólio, bem como a realização do teste de SPPI – se os retornos daquele ativo são exclusivamente principal e juros, para a classificação nas categorias de ativos financeiros. O Bacen Gaap prevê certas diferenças na categorização desses ativos financeiros, bem como estabelece como indicador a intenção da Administração para que a classificação seja efetuada. Os critérios para reclassificação entre categorias também são distintos entre as duas práticas contábeis.

c) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva

Segundo o IFRS, as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes, que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o Bacen Gaap, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

d) Reversão da amortização do ágio

Segundo o Bacen Gaap, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos, estando sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma evidência adicional. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 “Ativos Intangíveis”, o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que possa sofrer redução no seu valor recuperável. A amortização fiscal do ágio do Banco Real representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recurso futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12 – Imposto sobre a renda, relativo as diferenças temporárias.

e) Realização dos ajustes do preço de compra

Como parte da alocação do preço de compra em aquisições de entidade, substancialmente, na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 “Combinações de Negócios”. O Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida ao valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o Bacen Gaap, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente à apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos ao valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal, o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.

f) Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet S.A. e do Banco Olé Consignado uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. e do Banco Olé Consignado por eles detidas. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro pelo compromisso assumido, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$950 milhões e R\$67 milhões respectivamente. Subsequentemente, as opções foram atualizadas, tendo seu efeito reconhecido em resultado. Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se comprometeu a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R\$1.431.000. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e concluída em 25 de fevereiro de 2019, de modo que o Banco Santander passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Getnet S.A. Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A., pelo valor total de R\$1,6 bilhão, a ser pago na data de fechamento da Operação. Em 30 de janeiro de 2020, foi alterado o nome do Banco Olé de Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. para Banco Olé Consignado S.A. Em 31 de janeiro de 2020, O Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$1.608.773. Como resultado, o Banco se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

g) Ágio aquisição Santander Serviços (Santusa)

Segundo o IFRS 3 “Combinações de Negócios”, quando a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deverá considerar esse valor como redução do seu patrimônio líquido. Segundo o Bacen Gaap, esse montante deve ser registrado no ativo como ágio ou compra vantajosa na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações.

h) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Segundo o Bacen Gaap, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. No IFRS, em conformidade com o IFRS 9 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, ativos financeiros podem ser mensurados ao valor justo e incluídos na categoria “Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado”, visando eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil (accounting mismatch) de reconhecimento ou mensuração derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com estes ativos/passivos em bases diversas, os quais são geridos e seus desempenhos avaliados com base no valor justo. Desta forma, o Banco classificou os empréstimos, financiamentos e depósitos, que atendem esses parâmetros, como sendo a “valor justo através do resultado”, como também certos instrumentos de dívidas classificados como “disponível para venda” no Bacen Gaap. O Banco optou por essa base de classificação no IFRS, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

i) Reclassificação de instrumentos financeiros para ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes

Segundo o Bacen Gaap, o Banco contabiliza alguns investimentos, como por exemplo, títulos de dívida inicialmente mensurados ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Na ocasião de elaboração deste balanço, a administração revisou a estratégia de gestão dos seus investimentos e de acordo com as premissas da Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil, os títulos de dívida foram reclassificados para categoria “negociação” com registro do seu valor justo através do resultado. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado estes Investimentos

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes, mensurando-os ao valor justo com os efeitos desta marcação sendo reconhecidos nas "Demonstrações consolidadas de resultado abrangente", cumprindo com o determinado pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", que não permite a reclassificação de nenhum instrumento financeiro para a categoria valor justo através do resultado após o reconhecimento inicial.

j) Reversão Provisão PIS Lei 9.718

Em dezembro de 2022, o ajuste refere-se à reversão da provisão referente ao processo do PIS (Lei 9.718), descrito na nota explicativa 22 c.4, efetuado em função da adoção da Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelece regras diferenciadas para fins de Bacen Gaap para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, cujo montante compõe-se de R\$160.806 de impostos e R\$819.406 de receitas de juros e similares, resultando em um efeito líquido de impostos de R\$980.212.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A demonstração do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IFRS, mas está sendo apresentada como informação complementar, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IFRS.

	2024		2023		2022	
Em milhares de Reais						
Receitas com juros e similares	137.183.478		128.282.707		115.225.118	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	17.205.209		15.639.965		14.875.880	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(28.484.030)		(28.008.086)		(24.828.749)	
Outras Receitas e Despesas	(2.705.149)		5.260.422		2.174.855	
Despesas com juros e similares	(80.504.918)		(81.398.673)		(67.721.941)	
Insumos de Terceiros	(8.682.746)		(8.677.366)		(8.207.227)	
Material, Energia e Outros	(878.393)		(896.232)		(895.734)	
Serviços de Terceiros	(6.165.611)		(6.329.546)		(6.317.067)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(252.487)		(250.173)		(161.434)	
Outros	(1.386.255)		(1.201.415)		(832.992)	
Valor Adicionado Bruto	34.011.844		31.098.969		31.517.936	
Retenções						
Depreciações e Amortizações	(2.731.018)		(2.740.950)		(2.585.502)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	31.280.826		28.358.019		28.932.434	
Resultado de Participações em Coligadas e controle em conjunto	312.986		239.236		199.179	
Valor Adicionado Total a Distribuir	31.593.812		28.597.255		29.131.613	
Distribuição do Valor Adicionado						
Pessoal	10.304.959	32,6%	9.567.687	33,5%	9.894.413	34,0%
Remuneração	7.381.229		6.804.098		6.351.116	
Benefícios	1.975.443		1.843.988		1.737.282	
FGTS	569.555		549.538		2.221	
Outras	378.732		370.063		1.803.794	
Impostos, Taxas e Contribuições	7.640.888	24,2%	9.382.381	32,8%	4.749.350	16,3%
Federais	7.632.666		9.375.150		4.625.498	
Estaduais	-		-		123.852	
Municipais	8.222		7.231		-	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	234.202	0,7%	148.375	0,5%	148.375	0,5%
Remuneração de Capitais Próprios	13.413.763	42,5%	9.498.812	33,2%	14.339.475	49,2%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	6.000.000		6.200.000		8.100.000	
Reinvestimentos de Lucros	7.365.506		3.249.313		6.187.093	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	48.257		49.499		52.382	
Total	31.593.812	100,0%	28.597.255	100,0%	29.131.613	100,0%

Relatório da Administração**Senhores Acionistas:**

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com a International Financial Reporting Standards (IFRS®) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB®) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como “normas contábeis IFRS®”) e as interpretações emitidas pela IFRS® Interpretations Committee (nome atual do International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC®). Serão divulgadas no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

- ❖ O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

- ❖ **Vitória expressiva de Trump nas eleições presidenciais norte-americanas, com o chamado “red-sweep”, que significa vitória dos Republicanos tanto no Senado quanto na câmara dos deputados.**

Tal fato deve reforçar as propostas de campanha, trazendo desafios a parcerias comerciais com imposições tarifárias, com impactos significativos no crescimento global.

Além disso, a resiliência da economia norte-americana junto com uma inflação ainda acima da meta pressiona o banco central norte-americano (Fed) a adotar postura mais cautelosa, sinalizando menos cortes de juros, e em ritmo mais lento para 2025.

- ❖ **Cenário geopolítico segue com diferentes pontos de tensão, na Europa, Oriente Médio e Ásia.**

Esse ambiente, somado às incertezas com a nova liderança norte-americana intensificam as dúvidas quanto ao crescimento.

- ❖ **Anúncio de estímulos monetários e sinalização de estímulos fiscais por parte das autoridades chinesas, mas aquém do esperado pelos analistas. Mais estímulos podem vir em caso de um acirramento da disputa comercial com os EUA.**

No ambiente doméstico

- ❖ **A Deterioração na percepção de risco fiscal, com desvalorização importante da taxa de câmbio, acentuou desancoragem das expectativas de inflação.**

O principal evento macroeconômico do quarto trimestre de 2024 foi o anúncio de medidas para contenção de despesas públicas federais, cujo impacto inicial não atingiu as expectativas. O governo projetava um corte total de R\$ 70 bilhões em dois anos, mas o Banco Santander estima um potencial menor, em torno de R\$ 50 bilhões. A percepção de que as medidas anunciadas foram insuficientes afetou significativamente os preços dos ativos e as expectativas dos agentes econômicos. A cotação do real frente ao dólar norte-americano, por exemplo, atingiu sua máxima histórica nominal de R\$ 6,32/US\$ em dezembro. Da mesma forma, as projeções do IPCA, conforme a pesquisa Focus, aumentaram em todo o horizonte de divulgação, afastando-se ainda mais do centro da meta perseguida pelo Banco Central.

- ❖ **O Copom promoveu ajustes de maior magnitude na Selic, elevando a taxa básica de juros para 12,25% a.a. ao final de 2024.**

Os condicionantes da decisão de juros por parte do Banco Central do Brasil apontavam para a necessidade de uma política monetária mais contracionista. Após iniciar o ciclo de alta de forma gradual, com aumentos de 0,25 p.p., o comitê acelerou o ritmo no quarto trimestre de 2024, elevando a taxa em 0,50 p.p. em novembro e 1,00 p.p. em dezembro. Além disso, diante de um cenário mais adverso para a convergência do IPCA, o Comitê prevê ajustes de mesma magnitude nas reuniões do primeiro trimestre de 2025, o que levaria a Selic para 14,25%, caso seu cenário básico se confirme. Com base nesse guidance, o Banco Santander passou a estimar que a Selic atinja 15,50% em junho de 2025. Essa mudança também é consistente com a revisão do cenário inflacionário; o Banco Santander agora projeta que o IPCA fique em 5,5% no acumulado de 2025.

- ❖ **Desempenho do PIB no 3T24 acima do esperado, com destaque para os componentes mais cíclicos do lado da oferta, do consumo e dos investimentos.**

Em contraste com a expectativa do Banco Santander e a mediana das projeções de mercado, o PIB no terceiro trimestre de 2024 surpreendeu positivamente, registrando um forte crescimento. Segundo o Banco Santander, esse desempenho foi impulsionado principalmente pela resiliência do mercado de trabalho e pelo acúmulo de estímulos fiscais recentes. Como resultado, houve uma nova onda de revisões altistas nas projeções de crescimento do PIB para 2024. Ao final do terceiro trimestre de 2024, a mediana das projeções dos agentes econômicos indicava um crescimento de 3,0% para o PIB brasileiro em 2024. No final do quarto trimestre de 2024, essa mediana subiu para 3,5%, alinhando-se com a projeção atual do Banco Santander.



2. Desempenho Consolidado

Mantivemos nossa contínua evolução em direção à retomada de níveis mais elevados de rentabilidade. A margem financeira apresentou evolução pautada pela estratégia de crescimento qualificado e seletivo direcionando os esforços para ativos de melhor retorno sobre capital. As comissões mantêm trajetória positiva refletindo uma maior diversificação de nossas fontes de receitas. Mantivemos uma boa qualidade do nosso portfólio de crédito com índices de inadimplência controlados.

No que se refere à eficiência, mantemos o foco em nossa cultura de produtividade.

Continuamos avançando na construção de um balanço sólido, menos volátil e com capacidade de gerar resultados sustentáveis.



Lucro Líquido (gerencial)
R\$ 13,9 bilhões 2024
(+47,8% vs 12M23)



Carteira ampliada
R\$ 682,7 bilhões
(+6,2% vs Dez/23)



Margem Financeira
R\$ 60,7 bilhões 2024
(+14,2% vs 2023)

Demonstração de resultados gerencial ¹

(R\$ milhões)	4T24	3T24	4T24 x 3T24	2024	2023	2024 x 2023
Margem Financeira Bruta	15,978	15,227	4,9 %	60,746	53,179	14,2 %
Comissões	5,515	5,334	3,4 %	20,917	18,458	13,3 %
Receita Total	21,493	20,561	4,5 %	81,663	71,637	13,2 %
Resultado de PDD	(5,932)	(5,884)	0,8 %	(23,755)	(25,200)	(5,7)%
Despesas Gerais	(6,769)	(6,457)	4,8 %	(25,837)	(24,713)	4,5 %
Outros	(3,688)	(3,887)	(5,1)%	(15,188)	(13,240)	14,7 %
Lucro líquido antes de impostos	5,104	4,333	17,8 %	16,883	8,484	99,0 %
Impostos e minoritários	(1,250)	(669)	86,9 %	(3,011)	898	(435,3)%
Lucro líquido gerencial recorrente	3,854	3,664	5,2 %	13,872	9,382	47,8 %
Lucro líquido contábil	3.746	3.548	5,5 %	13.477	8.974	50,2 %

1 O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados do livro BRGAAP.



3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão, tem função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção, asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2024.



6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional vocacionada a contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 55.646 colaboradores, considerando todo o grupo, comprometidos com a ambição de fazer do Santander o banco principal de cada um de seus clientes.

Para isso, o Santander investe em um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a diversidade faz com que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da experiência do cliente e da evolução da jornada de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos. O Santander foi eleito novamente como uma das Melhores Empresas para trabalhar no Brasil pela GPTW, ocupando a 8ª posição no ranking nacional de empresas com mais de 10.000 funcionários e o 2º lugar no Ranking Setorial de Grandes Bancos.



7. Sustentabilidade

Nossa história em sustentabilidade começou há mais de 20 anos. Ao longo desse período, vivemos uma intensa jornada de evolução, na qual aprimoramos nossos programas, negócios e governança dirigida ao tema.

Nessa trajetória, destacam-se a avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos para a concessão de crédito a projetos e empresas; a geração de negócios que apoiem a transição dos clientes para uma economia de baixo carbono; e a construção de uma sociedade mais inclusiva, por meio de ações de educação e empregabilidade, inclusão financeira e empreendedorismo e inclusão social. Muitas dessas iniciativas são acompanhadas por metas globais nas áreas em que temos maior impacto potencial, como net zero, inclusão financeira e diversidade.

Para garantir uma boa governança desse processo, contamos com políticas e controles robustos, amparados pela alta liderança.

Ao final do 4T24, destacamos os seguintes resultados:

Ambiental:
Fomentando negócios sustentáveis, com compromisso de sermos Net Zero até 2050

<ul style="list-style-type: none">❖ R\$ 32,2 bilhões em negócios sustentáveis viabilizados, com uma carteira de R\$ 37,7 bilhões em emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e opções de produtos dedicados.❖ Liderança de mercado em CBIOS (créditos de descarbonização): 41% de participação de mercado no Brasil.❖ Santander Brasil foi novamente confirmado na carteira do o ICO2 B3 que tem como principal propósito ser uma ferramenta indutora das discussões sobre mudança do clima no Brasil.
--

Social:

Há mais de 20 anos contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com acesso à educação e produtos financeiros.

- ❖ 207 mil pessoas beneficiadas com cursos e bolsas de estudo por meio do Santander Universidades.
- ❖ O programa Amigo de Valor, dedicado à garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, apoiou cerca de 9.342 crianças e adolescentes e suas famílias em 64 municípios.
- ❖ Aproximadamente 6.271 idosos e suas famílias beneficiados pelo programa Parceiro do Idoso, que tem como objetivo proteger os direitos de idosos vulneráveis.

Governança:

Promovendo o ESG em nossa cultura, conectando todos os nossos negócios.

- ❖ Nosso Conselho de Administração conta atualmente com 45% de membros mulheres e 55% de membros independentes.

**8. Auditoria Independente**

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

**9. Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 27 de fevereiro de 2025).

Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2024**Conselho de Administração**

Deborah Stern Vieitas – Presidente (independente)
 Jose Antonio Alvarez Alvarez – Vice-presidente
 Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
 Ede Ison Viani - Conselheiro
 José de Paiva Ferreira – Conselheiro (independente)
 Javier Maldonado Trinchant – Conselheiro
 Marília Artimonte Rocca - Conselheira (independente)
 Mario Roberto Opice Leão – Conselheiro
 Cristiana Almeida Pipponzi – Conselheira (independente)
 Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador
 Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado
 Andrea Maria Ramos Leonel – Membro
 René Luiz Grande – Membro
 Luiz Carlos Nannini – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

José de Paiva Ferreira – Coordenador
 Deborah Stern Vieitas – Membro
 José Mauricio Pereira Coelho – Membro
 Jaime Leôncio Singer - Membro

Comitê de Sustentabilidade

Marília Artimonte Rocca – Coordenadora
 Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Membro
 Vivianne Naigeborin - Membro
 Tasso Rezende de Azevedo – Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
 Deborah Patricia Wright – Membro
 Cristiana Almeida Pipponzi – Membro
 José Antonio Alvarez Alvarez - Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
 Deborah Stern Vieitas - Membro
 Luiz Fernando Sanzogo Giorgi - Membro
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa – Membro

Diretoria Executiva**Diretor Presidente**

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Carlos José da Costa André

Ede Ilson Viani

Franco Raul Rizza

Germanuela de Almeida de Abreu

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias

Alexandre Teixeira de Araujo

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André Juaçaba de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus De Queiroz

Cezar Augusto Janikian

Claudia Chaves Sampaio

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Mendonça Pareto

Eduardo Alvarez Garrido

Eduardo Luis Sasaki

Enrique Cesar Soares Fragata Lopes

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Gustavo de Sousa Santos

Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis

Leonardo Mendes Cabral

Luciana de Aguiar Barros

Marilize Ferrazza Santinoni

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Fernando Alves Lima

Paulo Sérgio Duailibi

Rafael Abujamra Kappaz

Ramón Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Robson de Souza Rezende

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Thomaz Antonio Licarião Rocha

Vanessa Alessi Manzi

Vítor Ohtsuki

Contadora

Camilla Cruz Oliveira de Souza – CRC Nº 1SP – 256989/O-0

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS)[®] e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)[®]. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2024:

Diretoria Executiva**Diretor Presidente**

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Carlos José da Costa André

Ede Ilson Viani

Franco Raul Rizza

Germanuela de Almeida de Abreu

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias

Alexandre Teixeira de Araujo

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André Juaçaba de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus de Queiroz

Cezar Augusto Janikin

Claudia Chaves Sampaio

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Mendonça Pareto

Eduardo Alvarez Garrido

Eduardo Luis Sasaki

Enrique Cesar Suares Fragata Lopes

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Gustavo de Sousa Santos

Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis

Leonardo Mendes Cabral

Luciana de Aguiar Barros

Marilize Ferrazza Santinoni

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Fernando Alves Lima

Paulo Sérgio Duailibi

Rafael Abujamra Kappaz

Ramón Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Robson de Souza Rezende

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Thomaz Antonio Licario Rocha

Vanessa Alessi Manzi

Vítor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre os Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com o critério International Financial Reporting Standards (IFRS)[®] e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)[®]. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2024:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

Carlos José da Costa André

Ede Ilson Viani

Franco Raul Rizza

Germanuela de Almeida de Abreu

Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias

Alexandre Teixeira de Araujo

Alexandre Guimarães Soares

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André Juaçaba de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus de Queiroz

Cezar Augusto Janikin

Claudia Chaves Sampaio

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Mendonça Pareto

Eduardo Alvarez Garrido

Eduardo Luis Sasaki

Enrique Cesar Soares Fragata Lopes

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Gustavo de Sousa Santos

Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis

Leonardo Mendes Cabral

Luciana de Aguiar Barros

Marilize Ferrazza Santinoni

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Fernando Alves Lima

Paulo Sérgio Duailibi

Rafael Abujamra Kappaz

Ramón Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Robson de Souza Rezende

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Thomaz Antonio Licario Rocha

Vanessa Alessi Manzi

Vítor Ohtsuki

Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander (“Conglomerado”), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, incluindo as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em atendimento à U.S. Securities and Exchange Commission – SEC, o Comitê de Auditoria desempenha a função de Audit Committee do Santander, em conformidade com o disposto no Sarbanes-Oxley Act.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por cinco membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizadas em 02 de maio 2024. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras do Santander, confirmando sua adequação, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e, por ser listada na NYSE, das normas emitidas pela SEC e Lei Sarbanes-Oxley. Nesse sentido, tomou conhecimento dos resultados contabilizados do segundo semestre de 2024 do Santander, no padrão IFRS.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos, inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Diretoria de Compliance, Controles Internos e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate a Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2024, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque (i) cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como “A melhorar”; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2024. Nessas reuniões tiveram destaque: discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2024, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (“PAAs”) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, o Comitê reuniu-se com o Auditor Independente em sessões executivas para debater temas de interesse, como a Reforma Tributária. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2024, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantém reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas de Sustentabilidade em conjunto com o Comitê de Sustentabilidade; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2024, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo – Coordenador

Maria Elena Cardoso Figueira – Especialista Financeiro

René Luiz Grande

Andrea Maria Ramos Leonel

Luiz Carlos Nannini